



**UNIVERSIDADE ABERTA**  
**MESTRADO EM RELAÇÕES INTERCULTURAIS**

**A Imigração Ilegal em Moçambique: O Caso dos Migrantes Somalis**

**Mestrando: Francisco Wetimane. No.1002751**

**Orientadora: Prof. Dra. Ana Paula Cruz Beja Orrico Horta**

**Dezembro 2012**

## **Declaração**

**É autorizada a consulta e reprodução parcial desta dissertação para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.**

**Universidade Aberta/Dezembro , 2012**

---

**Francisco Wetimane**

**fwetimane@yahoo.com.br**

## **Dedicatória**

**À minha companheira “mana” July que, tal como eu,  
acreditou que o que se faz com amor ganha forma e  
conteúdo.**

## **Agradecimentos**

**Engana-se quem pensa que o produto final de um trabalho de dissertação é resultado da sua única contribuição. Se não tivesse havido a colabração de pessoas de boa vontade não seria possível ter este produto acabado. O filósofo grego, Sócrates, disse uma vez que só sabia que nada sabia. Foi na senda desse sábio que solicitei apoios de tantas individualidades, e por cada pessoa que abordava ia abrindo novos horizontes.**

**Assim, encaminho os meus sinceros agradecimentos à orientadora, Professora Doutora Ana Paula Cruz Beja Orrico Horta, que acreditou em mim e tudo fez, com paciência académica, incentivando e encorajando-me, para que pudesse dar andamento ao meu projecto de dissertação.**

**Às minhas colegas Roshni Savchande e Maria Isabel Chainho Gomes, que apesar da distância que nos separa trocamos ideias como se estivessemos próximos uns dos outros graças às tecnologias modernas.**

**Às colegas de turma do 18º. Curso de Mestrado em Relações Interculturais que ajudaram-me a vencer os obstáculos inevitáveis de um estudo muito desconhecido, sobretudo quando pensava não poder continuar mais.**

**Ao doutorando, meu “irmão” de longa data, Azevedo Baptista Binguanhane Nhantumbo, que tendo admirado a tenacidade com que enfrentei este desafio, aligeirou algumas das arestas rugosas que eu ainda tinha, sobretudo na área crucial de Metodologia de Investigação.**

**Este trabalho não teria sido possível se o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados de Moçambique, o Instituto Nacional de Apoio aos Refugiados de Moçambique, a Organização Internacional das Migrações, o Ministério do Interior (Direcção Nacional da Migração) e o Centro de Acolhimento**

dos Refugiados de Maratane não tivessem facultado dados através das entrevistas e questionário que fiz. Para todos os que nestas instituições me receberam e deram apoio vão os agradecimentos do fundo do meu coração.

Ao Gerson Afai, estudante da Faculdade de Medicina da Universidade UniLúrio, que facilitou-me os contactos no Centro de Acolhimento de Maratane e ajudou-me na tradução e transcrição das entrevistas do inglês para o português, quero depositar uma especial gratidão. Sem este jovem as entrevistas com os imigrantes somalis teriam sido um calcanhar de aquiles.

Um outro jovem desempenhou um importante papel no tratamento de dados. Trata-se do Nelson Aissa André, estudante do Instituto Superior de Relações Internacionais que me iniciou no Programa Informático SPSS, que foi útil no tratamento de dados.

Ao João António Siquice, Engenheiro de Informática, que deu-me os primeiros passos na formatação de toda a dissertação com enfoque na paginação automática, arrumação dos quadros, gráficos e mapas.

A Dra. Inês Macamo Raimundo, Docente e Investigadora da Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Departamento de Geografia e Centro de Análise de Políticas, por ter-me facilitado alguns dos seus trabalhos sobre a migração internacional e ter-me orientado para consultar algumas teses publicadas na internet sobre migração indocumentada para a RSA.

E, por último, “*os primeiros serão os últimos*”, à minha esposa, que ao meu lado, passou noites atrasadas por que tinha que me acompanhar no duro trabalho que se estendia por noites africanas até às madrugadas.

**Título da Tese: A Imigração Ilegal em Moçambique: O Caso dos Migrantes Somalis**

**Nome do Mestrando: Francisco Wetimane**

**Área de Especialização: Relações Interculturais**

**Universidade Aberta/Ano de 2012**

## **Resumo**

Na última década, Moçambique tem vindo a defrontar-se com o aumento considerável de influxos de imigrantes ilegais provenientes da Somália. A profunda crise política, económica e social que este país atravessa tem estado na origem do crescimento exponencial dos fluxos de saída, sendo, presentemente, Moçambique um dos principais países de destino. Na sua maioria estes imigrantes têm vindo a ser associados, no discurso público, a redes de criminalidade e a negócios ilícitos. Este estudo pretende caracterizar a natureza destes novos movimentos migratórios, centrando-se na identificação da trajetória dos imigrantes somalis e nos processos de fixação na sociedade moçambicana. Neste contexto, especial enfoque é, igualmente, dado à análise das respostas institucionais que têm vindo a ser implementadas, na gestão desta nova realidade migratória em Moçambique.

**Palavras-chave: migrações internacionais, imigração ilegal, redes sociais, transnacionalismo, Somalis, Moçambique.**

**Dissertation's Title: An illegal Immigration in Mozambique. Case Study of Somalis Migrants**

**Name of Candidate: Francisco Wetimane**

**Specialization Area: Intercultural Relations**

**Universidade Aberta/ Year 2012**

## **Abstract**

In the last decade, Mozambique has been confronted with a considerable increase of illegal influxes of immigrants from Somalia . The political, economic and social crisis that this country has come across have fostered a exponential increase of migrant outflows, being Mozambique, one of the major receiving countries. In the public discourses, the majority of these immigrants has been associated to criminal networks as well as to illicit business. This study aims to examine the nature of these new migratory movements, by focusing on the identification of somalis' immigratory trajectories and on their processes of settlement in mozambican society. In this context, special focus is, also, given to the analysis of the institutional management responses to this new migratory reality in Mozambique.

**Keywords: international migrations, illegal immigration, social networks, transnationalism, Somalis, Mozambique.**

## **Siglas e Abreviaturas**

**ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados**

**AIM – Agência de Informação de Moçambique**

**CEMIRDE – Comissão Episcopal para Migrantes, Refugiados e Deslocados**

**CTI – Conselho de Tribunais Islâmicos**

**DNM - Direcção Nacional da Migração**

**DPSS – Departamento de Protecção e Serviços Sociais**

**EUA – Estados Unidos da América**

**Frelimo – Frente de Libertação de Moçambique**

**GFT - Governo Federal de Transição**

**INAR – Instituto Nacional de Apoio aos Refugiados**

**ISRI - Instituto Superior de Relações Internacionais**

**MICOA – Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental**

**MINT – Ministério do Interior**

**MOZAL – Mozambique Aluminium**

**OIM – Organização Internacional das Migrações**

**OUA – Organização da Unidade Africana**

**PIB – Produto Interno Bruto**

**PRM – Polícia da República de Moçambique**

**Renamo – Resistência Nacional de Moçambique**

**RDA – República Democrática Alemã**

**RSA – Republic of South Africa (República da África do Sul)**

**SASOL – Suid Afrikaanse Steenkool en Olie (Carvão e Óleos Sulafricanos)**

**SEN – Sistema Estatístico Nacional**

**SNASP – Serviço Nacional de Segurança Pública**

**SPSS – Statistical Package for Social Science**

**TVM – Televisão de Moçambique**

**URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas**

**II GM – Segunda Guerra Mundial**

**III RGPH 2007 – Terceiro Recenseamento Geral da População e Habitação 2007**

## ÍNDICE GERAL

Declaração .....	I
Dedicatória .....	II
Agradecimentos.....	III
Resumo .....	V
Abstract .....	VI
Siglas e Abreviaturas .....	VII
ÍNDICE DE QUADROS .....	XII
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	XII
ÍNDICE DE MAPAS.....	XII
INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO I: PROBLEMÁTICA DA INVESTIGAÇÃO .....	5
1.1. Problemática .....	6
1.2. Objectivos do estudo.....	14
1.3. Justificação e contribuição do estudo .....	15
CAPITULO II: ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL .....	17
2.1. Teorias sobre as migrações.....	18
2.1.1. Teorias económicas (neoclássicas) .....	20
2.1.1.1. Teoria do push-pull.....	20
2.1.1.2. Teoria do capital humano.....	24
2.1.2. Teorias sociológicas: abordagem histórico-estrutural .....	30
2.1.2.1. Teoria do mercado de trabalho dual.....	33
2.1.2.2. Teorias do sistema mundo e selectividade dos imigrantes.....	36
2.1.2.3. Teorias institucionais e sistemas migratórios .....	42
2.2. Definição de conceitos .....	45
2.2.1. Migrações: emigração e imigração.....	46

2.2.2. Imigração ilegal.....	47
2.3. As redes sociais.....	49
2.3.1. O conceito de redes sociais.....	50
2.3.2. As redes sociais clandestinas.....	54
2.3.3. As redes como capital social.....	55
2.4. Globalização e transnacionalismo.....	61
<b>CAPÍTULO III: ITINERÁRIO METODOLÓGICO.....</b>	<b>71</b>
3.1. O paradigma qualitativo.....	72
3.2. O paradigma quantitativo.....	73
3.3. Método: estudo de caso.....	74
3.4. Amostra e respectiva caracterização.....	76
3.4.1. Caracterização da amostra do inquérito por entrevista.....	77
3.4.2. Caracterização da amostra do inquérito por questionário.....	81
3.5. Instrumentos e técnicas de recolha de dados.....	83
3.5.1. Inquérito por entrevista.....	83
3.5.2. Inquérito por questionário.....	85
3.5.3. Diário de bordo.....	86
3.6. Técnicas da análise de dados.....	88
3.6.1. Análise documental.....	89
3.6.2. Análise de conteúdo.....	90
3.6.3. Análise de dados estatísticos.....	92
3.7. Ética da Investigação.....	93
3.8. Limitações do estudo.....	95
<b>CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS.....</b>	<b>97</b>
4.1. Moçambique na mira de imigrantes ilegais somalis.....	98
4.2. As motivações por detrás da escolha de Moçambique.....	101
4.2.1. O factor geográfico.....	101

4.2.2. O factor político .....	104
4.2.3. O factor económico .....	107
4.2.4. O factor cultural e religioso.....	109
4.3. As trajectórias dos imigrantes.....	110
4.3.1. As províncias do norte .....	111
4.3.2. As províncias centrais.....	116
4.4. As redes moçambicanas e a imigração ilegal.....	119
4.4.1. Tipologia das redes .....	123
4.4.1.1. As redes familiares .....	123
4.4.1.2. As redes clandestinas .....	131
4.5. O papel das instituições na integração dos imigrantes .....	134
4.5.1. O papel da polícia .....	135
4.5.2. O papel do Instituto Nacional de Apoio aos Refugiados .....	138
4.5.3. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.....	141
4.5.4. Perspectivas futuras.....	144
<b>CAPÍTULO V: CONCLUSÃO .....</b>	<b>146</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>151</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>164</b>

## ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1: NACIONALIDADES.....	2
QUADRO 2: FACTORES PUSH E PULL.....	24
QUADRO 3: CUSTOS E BENEFÍCIOS/RETORNOS .....	29
QUADRO 4: MERCADO DE TRABALHO DUAL/SEGMENTADO .....	35
QUADRO 5: RELAÇÃO CENTRO, SEMIPERIFERIA E PERIFERIA .....	39
QUADRO 6: PAPEL DAS INSTITUIÇÕES NA PROMOÇÃO DAS MIGRAÇÕES .....	44
QUADRO 7: AMOSTRA DE ENTREVISTAS.....	80
QUADRO 8: AMOSTRA DE QUESTIONÁRIO .....	82
QUADRO 9: IMIGRANTES ILEGAIS DEPORTADOS.....	115

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: RAZÕES DA PREFERÊNCIA DE MOÇAMBIQUE PELOS IMIGRANTES.....	105
GRÁFICO 2: SITUAÇÃO POLÍTICO SOCIAL DA SOMÁLIA .....	106
GRÁFICO 3: ROTAS DE MOÇAMBIQUE.....	114
GRÁFICO 4: DIFICULDADES AO LONGO DO PERCURSO .....	121
GRÁFICO 5: PERIGOS DURANTE A VIAGEM.....	122
GRÁFICO 6: REDES DE INFORMAÇÃO .....	127
GRÁFICO 7: MEIOS DE INFORMAÇÃO DAS ROTAS.....	128
GRÁFICO 8: INSTITUIÇÕES QUE RECEBERAM OS IMIGRANTES .....	129
GRÁFICO 9: RELAÇÕES ENTRE OS IMIGRANTES .....	130
GRÁFICO 10: OCUPAÇÃO DE IMIGRANTES.....	144
GRÁFICO 11: PERSPECTIVAS DE VIDA DOS IMIGRANTES.....	145

## ÍNDICE DE MAPAS

MAPA 1: MOÇAMBIQUE .....	102
MAPA 2: ÁFRICA .....	103
MAPA 3: NIASSA .....	112
MAPA 4: CABO DELGADO .....	113
MAPA 5: NAMPULA.....	116
MAPA 6: TETE.....	117
MAPA 7: MANICA .....	119

## INTRODUÇÃO

Moçambique é desde séculos um país de migrações tanto internas como externas. Durante o período colonial conhecem-se movimentos migratórios para as colónias britânicas da Rodésia do Sul (Zimbabwe) e do Norte (Zâmbia), da Niassalândia (Malawi) e do Tanganyika (Tanzania). Foram as migrações para a África do Sul as que mais marcaram e continuam a marcar a história dos moçambicanos.

A guerra civil tem sido explicada como a principal causa dos movimentos migratórios da década de 1980 até princípios da década de 90. Como descreve Raimundo (2009:95), devido a guerra houve moçambicanos que se refugiaram nos países vizinhos, nomeadamente Zimbabwe, Swazilândia, Malawi, Tanzania, Zâmbia e África do Sul.

Dados do III RGPH (Terceiro Recenseamento Geral da População e Habitação) realizado no ano 2007 indicam que residiam em Moçambique mais de 10 nacionalidades com 205.906 cidadãos entre sulafricanos, zimbabweanos, tanzanianos, zambianos, malawianos, etc. (cf. Raimundo, 2011:1)<sup>1</sup> (*Vide Quadro 1*).

---

<sup>1</sup> Raimundo (2011): *Causas, consequências e padrões da migração internacional de Moçambique: questões emergentes no espaço da lusofonia*.

Este artigo foi publicado na Revista Internacional em Língua Portuguesa, juntamente com outros trabalhos de autores dos países lusófonos. O site <http://www.aulp.org/publicacoes/revista/3045-rilp-no23> trás apenas o índice dos trabalhos de autores lusófonos sobre as migrações nos seus respectivos países. O texto que citei, foi-me cedido gentilmente pela autora, que ainda não tinha a revista em mão.

**Quadro1: Nacionalidades**

No.	Nacionalidade	H	M	Total
01	Sul Africana	4.064	4.549	8.613
02	Zimbabweana	10.063	14.549	24.612
03	Sutho	40	26	66
04	Tanzaniana	3.631	3.775	7.406
05	Malawiana	35.346	39.650	74.996
06	Zambiana	2.579	3.174	5.753
07	Outras da África Austral (1)	1.012	1.194	2.206
08	Cabo Verdiana	3.208	3.352	6.560
09	Outras Africanas (2)	6.449	3.919	10.368
10	Portuguesa	2.609	1.670	4.279
11	Outras Europeias	1.082	803	1.885
12	Indiana	1.463	894	2.357
13	Paquistanesa	773	470	1.243
14	Outras	1.440	1.136	2.576
15	Desconhecidas	26.735	26.251	52.986
Total		100.494	105.412	205.906

Fonte: Adaptado do III RGPB (2007)

Nota: 1) Excluem-se as nacionalidades Sul Africana, Zimbabweana, Sutho, Tanzaniana, Malawiana e Zambiana.

2 ) Excluem-se as nacionalidades dos países da África Austral e Cabo Verde.

Na actualidade, não só se assiste a um movimento dos moçambicanos para a África do Sul, mas também a um novo fenómeno na área da Sociologia das Migrações: é a imigração ilegal de estrangeiros, que procuram fixar-se em território moçambicano ou transitar para a RSA. O maior número de imigrantes ilegais provém das regiões em conflito dos Grandes Lagos e do Corno de África. Também, existem imigrantes ilegais provenientes de alguns países asiáticos como Tailândia, Bangladesh.

Como observa Raimundo (2009:97) estudos publicados recentemente têm

relacionado as migrações com refugiados e migrações transfronteiras. O comércio transfronteiriço é considerado um meio de sobrevivência devido ao aumento da pobreza e agravamento da situação económica em Moçambique e a instabilidade política nos Grandes Lagos. A África do Sul aparece como o destino final dos migrantes.

O site oficial do governo de Moçambique “*Portal do Governo de Moçambique*”<sup>2</sup> notificou, através da Agência de Informação de Moçambique (AIM), no dia 18 de Janeiro de 2011, a fuga de mais de seis mil imigrantes do Centro de Refugiados de Maratane, Província de Nampula, Norte de Moçambique Segundo este Portal (18.01.2011):

“Nos últimos meses, Moçambique tem sido destino ou paragem preferencial de imigrantes ilegais, na sua maioria somalis e etíopes que fogem das crises vividas nos seus países de origem. As Províncias de Nampula e Cabo Delgado, tem sido os principais pontos de entrada”.

Os imigrantes entram em território moçambicano através das Províncias nortenhas do país: Cabo Delgado, Niassa e Nampula e do centro: Tete e Zambézia provenientes do Malawi e da Tanzânia. Este fenómeno é novo porque Moçambique foi, ao longo da sua história, um país de emigrantes que iam à procura de emprego nos países da região, sobretudo na África do Sul e no Zimbabwe.

Os meios de comunicação de massas não têm traçado uma imagem positiva dos imigrantes ilegais que se encontram em Moçambique. Os média têm associado a vinda ou trânsito de imigrantes ao crime organizado, ao tráfico de pessoas e órgãos humanos, à lavagem de dinheiro, à exploração e contrabando de pedras preciosas e semi-preciosas e ao tráfico de drogas.

O presente trabalho pretende fornecer uma análise dos fluxos migratórios somalis para Moçambique, incidindo sobre a natureza destes percursos migratórios e dos processos de fixação.

---

<sup>2</sup> Portal do Governo – é um website oficial do Governo de Moçambique que se dedica a publicação da legislação importante e outra informação oficial relacionada com o poder executivo.

**Esta dissertação está estruturada em cinco capítulos:**

**O primeiro capítulo aborda a problemática do estudo onde são apresentados os objectivos , a justificação e a contribuição do estudo.**

**O segundo capítulo é de natureza teórica e busca um suporte conceptual a partir de algumas teorias e conceitos correlatos sobre as migrações internacionais. As teorias abordadas são as teorias do push-pull/atracção e repulsão, do capital humano, do mercado de trabalho dual e segmentado, do sistema mundo e institucionais. O estudo baseia-se nos conceitos de migrações, emigração, imigração, imigração ilegal, redes sociais, redes sociais clandestinas, redes como capital social, globalização e transnacionalismo.**

**O terceiro capítulo refere-se às opções metodológicas seguidas nas diferentes etapas de pesquisa. Tratando-se de um estudo de caso, optou-se por uma metodologia qualitativa, tendo sido aplicados os seguintes instrumentos de recolha de dados: inquéritos por entrevista e questionário e diário de bordo. Também foram utilizadas as seguintes técnicas de análise de dados: análise documental, análise de conteúdo e análise de dados estatísticos. Neste capítulo fazemos referência às limitações enfrentadas ao longo do processo de levantamento de dados.**

**O quarto capítulo apresenta os resultados do trabalho empírico, que se desdobra em duas partes. Na primeira parte a análise incide sobre as seguintes dimensões: motivações que estão por detrás da escolha de Moçambique por parte dos imigrantes ilegais somalis, as trajectórias seguidas por eles desde o local de partida até ao local de destino, as redes que sustentam as migrações. Na segunda parte examina-se o papel de algumas instituições no processo migratório nomeadamente, o controlo de fronteiras, o registo dos imigrantes, a assistência aos imigrantes, a legalização da sua documentação, a formulação de políticas de integração dos imigrantes, entre outras acções relevantes.**

**No último capítulo são apresentadas as principais conclusões do trabalho.**

## **CAPÍTULO I: PROBLEMÁTICA DA INVESTIGAÇÃO**

## **1.1. Problemática**

**Devido à estabilidade política, vulnerabilidade das fronteiras terrestres e marítimas Moçambique está entre os principais destinos e rotas de trânsito de imigrantes indocumentados, sobretudo provenientes das regiões dos Grandes Lagos e do Corno de África. A imigração ilegal somali aparece com maior destaque no conjunto de toda a imigração ilegal dado o número crescente de cidadãos oriundos daquela região.**

**A Somália é um país situado na Costa Oriental de África, no chamado Corno de África. Desta região fazem parte o Djibout e a Etiópia. O país situa-se entre o Golfo de Aden, no norte e o Oceano Índico, a leste. A sua superfície é de 637.657 km<sup>2</sup>.**

**Cardoso (2011:29) acentua que a história conflituosa da Somália remete-se ao seu processo de colonização que, tal como os outros países africanos colonizados pelas potências ocidentais, não teve em consideração os diferentes povos e clãs ali existentes. Citando Polowsky (2004), este autor (Ibid, 2011:29) considera ainda que a sua localização estratégica, após a construção do Canal de Suez, em 1869, fez com que o país se tornasse alvo da expansão europeia no século XIX e fosse palco duma história política conturbada e conflituosa.**

**A elite do período que tomou o poder preocupou-se em manter os seus interesses e privilégios do que construir um Estado. Os governantes no poder dirigiram uma política de favorecimento dos clãs donde eram originários. Os clãs locais foram marginalizados tendo, por isso, se insurgido contra o governo.**

**Depois do derrube do governo do general Mohamad Siad Barre, assistiu-se a uma corrida dos clãs para a tomada, pela força, do poder governamental.**

**As disputas entre clãs acabaram dividindo o país em regiões autónomas. Enquanto isto acontecia dois grupos lutavam pelo controlo da capital Mogadíscio**

e um outro clã declarava a independência da Somalilândia, um território que era protetorado britânico, no nordeste do país.

Os resultados desta disputa foram mergulhar o país numa situação de ingovernabilidade do quase-Estado caracterizada por guerra e caos social, fome, doenças, miséria, morte por inanição, sobretudo no centro e sul considerada a base da agricultura do país.

**Segundo Castro (2010:3):**

“ A instabilidade da Somália que a torna território fértil ao aparecimento de novos grupos extremistas; a grande desordem nacional que, por várias vezes, impede abastecimento de suas regiões; a inexistência de um governo central e responsável pelas dinâmicas de um Estado consolidado; são todos factores que levaram o país a ser classificado como quase-Estado. A aplicabilidade do termo á situação vivida na Somália se deve ao facto de que, ainda que seja considerado um Estado soberano juridicamente o poder governamental somali não tem legitimidade e/ou vontade política para exercer sua autoridade, gradativamente se afastando da noção de estado nas Relações Internacionais.”

A Somália é um Estado que existe no papel, reconhecido por outros Estados , membro da União Africana e da Organização das Nações Unidas. Porém, a instituição Estado como tal ainda não existe.

**Zago e Minillo (2008:11) afirmam que:**

“ A Somália constitui típico exemplo de um Estado falido. Desde 1991, o país não possui um governo que, de facto, exerça controle sobre a integridade de seu território. Dessa forma, inúmeros problemas surgiram no território somali, dentre os quais possui destaque a pirataria. A Somália não prevê para seu povo serviços públicos sociais, nem securitários, acabando por impor a população uma situação em que esta se vê desamparada e obrigada a, por si só, partir em busca de seu bem-estar.”

**Randig (2008:21) salienta que o termo Estado falido aplica-se àqueles Estados cujos governos centrais são ineficientes, fracos e que não possuem controle**

sobre o seu território e que são incapazes de proporcionar saúde, educação e segurança à sua população, como serviços públicos essenciais. (cf. Filho, 2011: 45; Cardoso, 2011:9-25; Fagundes, 2011:9-12; Figueiredo, 2010: 4-6).

Da Costa Schneider (2012:15-16) salienta que segundo dados do Banco Mundial, a Somália é um dos países mais pobres do mundo, como resultado de décadas de guerra civil e ausência de um governo central. Segundo este autor o seu PIB é estimado em US\$ 5.596 bilhões, dos quais 60,2% provêm da agricultura e menos 8% “ da quase inexistente indústria”. Grande parte de alimentos provem da importação e ajuda humanitária.

Figueiredo (2010:18-19) estima o PIB da Somália em 2008 em U\$ 5.575.000.000, ocupando o 154 lugar do mundo. A expectativa de vida não chega aos 50 anos. Em 2005 era de 49 anos. Citando Rodrigues (2000), o autor destaca ainda que em Setembro de 1992 mais de 300 mil pessoas, das quais 75% de crianças abaixo dos cinco anos, “havia morrido de fome enquanto cerca de 1,5 milhão de somalis corriam risco de morrer por inanição.”

De acordo com o mesmo autor (Ibid:16):

“ A CIA, em seu relatório sobre a Somália, estima que o país tenha grandes reservas de minério de ferro, urânio, bauxite, cobre, sal, gás natural e reservas de petróleo. Apesar desse potencial de recursos minerais, estes permanecem praticamente inexplorados, em grande parte pela constante guerra civil que assola o país há mais de duas décadas.”

O país tem que importar com ajuda da comunidade internacional cereais, açúcar e diversos produtos manufacturados provenientes do Djibouti, Quênia e Países Árabes.

Segundo Filho (2011:45), a Somália vive um período longo de caos que com o fim da Guerra Fria e a queda do governo de Siad Barre, que governou o país de 1969 a 1991, se tornou ainda pior, com o seguinte panorama: ausência de governo reconhecido interna e externamente, falência de instituições estatais e declínio da actividade económica.

Igualmente, a pirataria na Somália tomou forma desde que o país entrou numa guerra civil. Como resultado desta actividade têm sido sequestrados navios e petroleiros com as suas tripulações. Os piratas têm exigido como resgate avultadas quantias em dólares, o que torna esta região como uma das mais perigosas para a navegação internacional (Zago e Minillo; 2008:13-14).

As razões para a emergência de pirataria naquela região podem ser encontradas na seguinte explicação. Antes da guerra civil, uma das grandes actividades na Somália era a pesca, exercida por pescadores artesanais. Depois que o país se tornou politicamente ingovernável, e na ausência de uma autoridade que controlasse a costa, barcos pertencentes a países estrangeiros começaram a pescar ilegal e predatoriamente nas suas águas. Outros barcos foram deitando detritos tóxicos o que criou consequências ambientais nefastas para a actividade piscatória artesanal.

Os pescadores artesanais viram-se prejudicados com esta situação. Assim, ela surge como forma de protecção contra pescadores ilegais estrangeiros. Porém, com o tempo a pirataria começou a interessar outros sectores da sociedade somali. De acordo com Zago e Minillo (2008:12):

“ A pirataria do início dos anos 1990 era dirigida a navios pesqueiros e visava, primordialmente, restabelecer a pesca regional. No entanto, o potencial de se obter lucro fazendo-se uso de sequestros e exigindo-se uma contrapartida financeira para a libertação de navios e tripulações atraiu a atenção de outras parcelas da população somali. Em especial senhores da guerra e homens de negócios perceberam que, se explorado em maior escala, o ramo da pirataria poderia conferir vultosos dividendos. Assim, o número de sequestros cresceu e eles deixaram de ser estritamente ligados aos pescadores.”

Considera-se que a actividade económica da região da Putland, na Região do Eden, costa norte da Somália, seja a pirataria. O porto de Eyl é considerado o local onde são conduzidos os barcos e os reféns capturados no alto mar.

É dentro desta conjuntura político-social e económica que Moçambique se apresenta como território preferido pelos imigrantes ilegais somalis.

Muitos dos dados sobre a imigração ilegal no país provém dos órgãos de comunicação social, dos debates políticos ao nível do parlamento moçambicano e da Polícia da República de Moçambique.

Segundo estas fontes de informação, os imigrantes que entram ilegalmente em Moçambique, através das Províncias de Cabo Delgado, Niassa e Nampula são provenientes dos países da Região dos Grandes Lagos, do Corno de África e da Ásia.

Segundo um artigo publicado no jornal *a Verdade*<sup>3</sup> sob o título: “*Moçambique rota preferencial de imigração ilegal:*”

“ o fluxo (de imigrantes) integra pessoas de países como a Mauritânia, Burundi e Somália, mas também etíopes, chineses e tailandeses e muitos passaram pelo Centro de Maratane, nos arredores de Nampula, norte, superlotado com vítimas de conflitos e da miséria, misturando-se com genuínos refugiados”.

O Relatório da Procuradoria-Geral da República, apresentado no Parlamento Moçambicano<sup>4</sup> nos inícios de 2011, afirma que os imigrantes ilegais eram de diferentes nacionalidades: zimbabueana, bengali, paquistanesa, tanzaniana, queniana, etíope, sul-africana, congoleza, maliana, camaronesa, senegalesa e somali.

---

<sup>3</sup> Disponível em <http://www.verdade.co.mz/nacional/18144-mocambique-rota-preferencial-de-imigracao-ilegal> (acessado a 15.03.2011)

<sup>4</sup> Disponível em <http://www.radiomocambique.com/rm/noticias/anmviewer.asp?a=3232&z=1080> (acessado a 27.10.2011)

As Províncias mais preferidas pelos imigrantes são as de Nampula, Niassa e Cabo Delgado no norte; Zambézia, Tete e Manica no Centro e Maputo no sul. Porém, existem imigrantes em números insignificantes nas restantes províncias do País.

O Semanário *Canal de Moçambique*<sup>5</sup> reproduziu uma entrevista com o Ministro do Interior de Moçambique na qual destaca que:

“ de acordo com o Ministro do Interior os registos do MINT<sup>6</sup> indicam que nos últimos três anos aumentaram significativamente os casos de imigração ilegal, subindo de forma acentuada de um pouco mais de 100, em 2008, para cerca de 1000, em 2009, e mais de 8 000, em 2010. Segundo o ministro, esta tendência ascendente continuou ao longo dos primeiros dois meses do presente ano, tendo-se registado, só na Província de Cabo Delgado um total de 6 621 casos ocorridos no período de 1 de Janeiro a 12 de Março corrente. Dados recolhidos no processo de controlo da situação indicam, segundo o titular da pasta do Interior, que os imigrantes ilegais são provenientes maioritariamente dos países do Corno de África e de alguns países da Ásia, isto sem descuar outras origens”:

Desde há alguns anos a Somália sofre uma crise humanitária resultado de disputas políticas.

Dias (2010:83) salienta que:

“ a Somália, após praticamente uma década de menor visibilidade desde a retirada, em 1995 da Operação de Apoio à Paz das Nações Unidas, voltou a ocupar protagonismo na agenda internacional pelas ramificações regionais e globais do total colapso e desintegração do Estado desde 1991. Os factores que colocaram a Somália nos radares dos estados regionais e extra-regionais foram

---

<sup>5</sup> Disponível em <http://www.canalmoz.co.mz/hoje/19031-ha-muita-conivencia-dos-funcionarios-publicos-na-entrada-de-ilegais-em-mocambique.html> (acessado a 14.10.2011)

<sup>6</sup> Ministério do Interior de Moçambique

a ascensão do Conselho de Tribunais Islâmicos (CTI), de Junho a Dezembro de 2006, pelas alegadas conexões de elementos do mesmo movimento militante transnacional salafita (Al-Qaida) e a maior incidência de ataques de pirataria na bacia da Somália e no Golfo de Adem, desde 2007 até à data de publicação do presente artigo.”

Os imigrantes somalis, objecto deste estudo, constituem a comunidade mais representativa no quadro da imigração ilegal em Moçambique. O *Jornal Diário de Moçambique*<sup>7</sup>, citando dados com base no informe anual do Procurador Geral da República de Moçambique, apontava para a existência de 17.575 imigrantes ilegais. Cerca de 6.000 eram de nacionalidade somali. Estes têm entrado através do Oceano Índico, nas Províncias de Nampula e Cabo Delgado.

A localização da Somália em relação a Moçambique pode ser considerada como um dos factores que facilita a entrada de imigrantes ilegais.

Nos últimos anos, muitos incidentes têm sido reportados sobre os imigrantes ilegais somalis: apreensão de barcos na região de Cabo Delgado, detenções, naufrágio de barcos com resultados fatais para os seus ocupantes, comércio obscuro.

A Agência de Informação de Moçambique publicou (24.11.2010) no Portal do Governo de Moçambique uma informação segundo a qual:

“as autoridades policiais na Província de Nampula, norte de Moçambique, neutralizaram, na madrugada da última segunda-feira, um grupo de 141 imigrantes ilegais de nacionalidade somali que se faziam transportar em dois camiões, escondidos debaixo de uma lona.”

---

<sup>7</sup> Disponível em [www.radiomocambique.com/rm/noticias/anviewer.asp?10511/2=103](http://www.radiomocambique.com/rm/noticias/anviewer.asp?10511/2=103) (acessado a 15.10.2011). O artigo é de 01.10/2011 e tem como título: “Fugindo de conflitos: mais de cinco mil refugiados pediram asilo ao Governo de Moçambique.”

A presença de imigrantes ilegais em território moçambicano tem levantado debates especulativos ao nível da opinião pública e política. As especulações que giram à sua volta ligam-nos à redes de tráfico de pessoas, ao crime organizado, a lavagem de dinheiro, a exploração de pedras semi-preciosas, ao tráfico de drogas e outras actividades ilícitas do submundo do crime e da droga.

Paira, no seio da sociedade civil, o receio de que o fenómeno possa, a médio ou longo prazo, fazer eclodir uma situação de insegurança e instabilidade político-social como actos de racismo e xenofobia à semelhança do que tem acontecido na vizinha África do Sul e em diferentes partes do mundo, se as autoridades não começarem, desde já, a olhar para a imigração ilegal como um assunto que ameaça a soberania nacional.

O jornal *O País Online* publicou um artigo (13.10.2011) intitulado: “ *A Crise dos Grandes Lagos e a Problemática dos Refugiados em Moçambique*”, no qual se pode ler:

“Mas também, esta entrada massiva de estrangeiros no território nacional pode ser, a semelhança daquilo que ocorreu na África do Sul, um foco potencial de xenofobia. A Liga dos Direitos Humanos e a Citizenship Rights da África do Sul, referem, por exemplo, no relatório que publicaram sobre as causas das acções xenófobas de 2008, que ‘é real’ o risco de violência contra estrangeiros noutros países da África Austral que acolhem comunidades imigrantes significativas, como Moçambique, porque há também um olhar de desconfiança da população local em relação aos de fora, principalmente em relação a algum desafogo financeiro que alguns estrangeiros ostentam’. Muitos moçambicanos vivem de facto numa situação de pobreza aguda, em oposição à situação apresentada por alguns destes estrangeiros que, como foi já referido, têm estado a tomar o comércio informal nas cidades do país, ostentando em pouco tempo sinais de riqueza, para muitos moçambicanos, difíceis de perceber.

Esta situação pode desenvolver, por parte dos nacionais, a ideia de que os estrangeiros são privilegiados e têm a vida facilitada, como

sucedeu em parte com os sul-africanos, o que contribuiu para a situação explosiva que África do Sul viveu e continua a viver”.

O mesmo artigo fala da existência de segmentos da sociedade em Nampula que começam a levantar vozes que associam os imigrantes a redes criminosas transnacionais.

Face à lacuna de estudos sistemáticos sobre esta nova realidade imigratória, o presente trabalho procura identificar os itinerários migratórios dos imigrantes somalis, para Moçambique. Por outras palavras, que razões levam os imigrantes somalis a escolher Moçambique como principal país de destino?

Face a esta problemática, colocam-se as seguintes interrogações complementares:

- Que factores político-económicos e culturais contribuem para atrair os imigrantes somalis para Moçambique?
- Que possíveis redes sociais foram criadas e que servem de apoio aos imigrantes provenientes da Somália?
- Que políticas e estratégias de integração e de regulação de fluxos de imigrantes somalis foram instituídas pelo Governo de Moçambique?

## **1.2. Objectivos do estudo**

Este estudo tem como objectivo principal identificar os percursos migratórios dos imigrantes somalis, bem como os seus processos de fixação em Moçambique. Pretende-se, ainda, no âmbito deste trabalho, traçar as políticas de regulação e integração adoptadas pelo Estado Moçambicano.

Para operacionalizar o objectivo de base definimos alguns objectivos complementares, nomeadamente:

- **Caracterizar os percursos migratórios dos imigrantes somalis para Moçambique, com especial enfoque nas motivações, processos de fixação e redes sociais, que tendem a configurar estas migrações internacionais;**
- **Identificar as condições político-económicas e culturais que servem de atractivo aos imigrantes somalis;**
- **Analisar as políticas e estratégias de regulação e de integração instituídas pelo Governo de Moçambique.**

### **1.3. Justificação e contribuição do estudo**

**Até aqui Moçambique tem lidado com este fenómeno de forma muito discreta. Em contrapartida, os órgãos de comunicação social, os partidos de oposição e a opinião pública em geral levantam vozes não muito abonatórias sobre esta vaga de solicitantes de guarida.**

**A entrada de imigrantes ilegais – particularmente os cidadãos de origem somali - através do Canal de Moçambique e dos países vizinhos: Tanzania, Malawi e Zâmbia, tem agitado política e economicamente a sociedade moçambicana. Esta agitação deve-se ao facto de muitas das actividades que estes desenvolvem (negócios ilícitos, exploração de pedras semi-preciosas, tráfico de pessoas e drogas, lavagem de dinheiro) ainda carecerem de uma análise aprofundada.**

**O trabalho aqui apresentado pretende contribuir para colmatar esta lacuna. Face às novas realidades migratórias em Moçambique importa compreender as dinâmicas do fenómeno da imigração ilegal, neste caso particular dos indocumentados somalis, à luz dos instrumentos internacionais e da legislação vigente no país.**

**O presente estudo pretende, ainda, ser um contributo para desconstruir mitos e potenciais preconceitos que têm surgido em torno da realidade migratória somali em Moçambique. Além disso, o trabalho pretende fornecer novas pistas de investigação sobre as migrações, potenciando a compreensão da imigração ilegal como um fenómeno global e transnacional e que preocupa a comunidade internacional da qual Moçambique é parte integrante.**

## **CAPITULO II: ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL**

## **2.1. Teorias sobre as migrações**

**As migrações são hoje tidas sob múltiplas explicações e sob diferentes variáveis. Jansen (1969:60) citado por Gonçalves (2007:30-31) afirma que as migrações constituem um problema demográfico, económico, político e sociológico.**

**Durante muito tempo o estudo das migrações foi feito de maneira fragmentada. Cada ramo das ciências procurou puxar para si a legitimidade explicativa dos fenómenos migratórios. Os teóricos da economia tentavam explicar o fenómeno tendo como base as disparidades de renda entre regiões; os cientistas sociais defendiam a tese segundo a qual as migrações deviam ser vistas como fenómeno macro, onde o transnacionalismo e a teoria das redes sociais ocupavam um lugar de destaque.**

**As migrações, como qualquer outro fenómeno social, não podem ser explicadas com recurso a uma teoria isolada, mas sim como um fenómeno multidisciplinar e estrutural.**

**Para sociólogos como Malthus, Marx, Durkheim e Weber a emigração era o resultado do desenvolvimento do capitalismo, expresso através do processo da industrialização e urbanização. Este processo tinha levado a que as comunidades rurais se deslocassem às grandes cidades à procura de emprego.**

**Malthus, segundo Silva (2003:21), considerava a migração como consequência da superprodução; Marx como resultado dos movimentos de cercamento – enclausures- que forçaram os camponeses e pequenos proprietários para a migração em países como a Escócia, Irlanda e França. Durkheim considerava as migrações como resultado da decadência das comunidades tradicionais baseadas na solidariedade mecânica e a emergência de laços baseados na solidariedade orgânica. Weber achava que a emigração era um factor incidente que *criava* “novas classes sociais e grupos de status étnicos”.**

Um número cada vez maior de teóricos das migrações tem em Ravenstein o pioneiro dos estudos sobre migrações. Foi ele o primeiro a estudar os movimentos migratórios na Inglaterra e, depois, em 20 outros países.

Este estudo é fundamentado por um quadro conceptual constituído pela discussão de teorias que foram desenvolvidas para analisar as migrações internacionais nas suas diferentes dimensões.

No mundo de hoje em que as nações, as culturas, os povos e as fronteiras estão-se cada vez mais abrindo, o estudo das migrações aparece como um dos temas aliciantes para os académicos sociais . Daí que depois da Segunda Guerra Mundial surgiram muitos estudos a analisar a movimentação das pessoas tanto dentro do seu território, como fora das suas regiões de origem.

Estas movimentações foram categorizadas pelos estudiosos das migrações internacionais de acordo com as motivações que obrigavam cidadãos a deixar os seus países.

Desta feita, surgiram muitas abordagens sobre as migrações como são as que passamos a descrever. Esta multipolaridade de teorias tem como explicação a tese segundo a qual os fenómenos sócio-económicos e as suas teorias explicativas nascem de acordo com os contextos do seu tempo, são dinâmicos e flexíveis. As razões que no século XIX ditavam a mobilidade das pessoas do campo para a cidade evoluíram.

Castiglioni (2009:39-41) aponta as migrações como um fenómeno complexo, onde muitas das vezes as reflexões são diferentes, convergentes e divergentes. Aponta como factores que contribuem para dificultar a apreensão e a explicação os seguintes elementos:

- Variabilidade do conceito por causa dos objectivos do estudo e percepção do fenómeno;
- Dificuldades de construir um quadro conceptual geral devido a heterogeneidade dos modelos das migrações;

- Dificuldades de separar os modelos macros (factores estruturais) e micros (factores individuais);
- Dificuldades de edificar uma teoria geral devido a multidisciplinaridade dos fenómenos migratórios onde demógrafos, economistas, historiadores, sociólogos, psicólogos e políticos têm interesses e campos diferentes de abordagens das migrações;
- Apesar desta complexidade do fenómeno é possível estabelecer uma generalização mínima a partir de certas “regularidades e repetições” do fenómeno.

### **2.1.1. Teorias económicas (neoclássicas)**

As teorias microeconómicas neoclássicas baseiam-se no modelo racional e na relação custo/benefício para explicar as motivações dos migrantes. Segundo estas teorias, as pessoas equacionam os custos e os benefícios na sua decisão de partir. Se os benefícios forem superiores aos custos, então eles abandonam as suas terras de origem apoiados pela sua racionalidade individual e quando as coisas sugerem o contrário, então não arriscam a deixar as suas zonas de origem. Fazem parte desta categoria os modelos de push- pull e de capital humano, que a seguir passamos a desenvolver.

#### **2.1.1.1. Teoria do push-pull**

O modelo de push-pull ou atracção-repulsão encontra em Ravenstein o seu precursor. É preciso ter em vista que Ravenstein viveu e elaborou a sua teoria na época da revolução industrial.

Durante esta época a tendência das migrações era do campo para as cidades em rápido crescimento, devido a decadência das zonas rurais.

Segundo Rocha-Trindade (1995:74) Ravenstein elaborou sete leis das migrações, nomeadamente:

**a) Migrações e distância**

- De acordo com esta lei a maioria dos migrantes tendem a realizar movimentos de curta distância que se dirigem para os grandes centros industriais nas cidades;
- Os indivíduos optam assim porque grandes distâncias estariam associadas a custos elevados.

**b) Migrações por etapas**

- As migrações por etapas devem-se aos custos. Os migrantes vindos das zonas rurais dirigem-se para as cidades pequenas e mais próximas das zonas onde residem antes de alcançar as grandes cidades.

**c) Correntes e contracorrentes**

- Os movimentos migratórios ascendentes têm como resposta os descendentes chamados de retorno.

**d) Propensão relativa das populações rurais e urbanas para a migração**

- As populações que vivem nas zonas rurais tendem mais a migrar para as cidades que as urbanas.

**e) O sector feminino é mais preponderante às migrações de curta distância**

- O sexo é determinante no processo migratório. As mulheres tendem a migrar para regiões de curta distância, enquanto os homens para regiões longínquas.

**f) *Relação da tecnologia com as migrações***

- Os transportes vieram facilitar os fluxos migratórios e aumentar os movimentos migratórios.

**g) *Relevância dos motivos económicos***

- Considerando a época em que estas leis foram elaboradas os motivos de procura de emprego nas zonas urbanas eram determinantes para desencadear fluxos migratórios.

A teoria do push-pull ou atracção/repulsão defende que os imigrantes, ao abandonar os seus países para procurar outros, são atraídos por oportunidades económicas, sociais, políticas que os seus países não podem oferecer. Esse acto é racional e individual.

Uma outra explicação encontra seus defensores nos economistas que se têm debruçado sobre as causas dos movimentos migratórios que defendem que as disparidades entre os rendimentos salariais, facilidades de encontrar emprego, bem-estar social entre diferentes regiões do mundo, estariam na origem dos movimentos migratórios. Os migrantes colocariam no prato da balança factores atractivos e repulsivos. Ao confrontar os pesos decidiriam se partir seria uma opção correcta e racional.

Existem motivos, no local de partida, que empurram imigrantes para outras regiões e factores que funcionam como atractivos dos imigrantes.

Soares (2002:8) sustenta que as teorias de atracção e repulsão reúnem factores económicos e sociais que forçam os indivíduos a sair do seu próprio país.

Peixoto (2004:15) afirma que:

“A existência de factores que levam a uma rejeição de origem – factores de ordem económica, social ou política – e outros que promovem o apelo da região de destino é determinante. Entre estes (como admitia

Ravenstein e confirmam numerosos estudos empíricos), os motivos materiais ocupam um lugar preponderante: condições actuais e potenciais de emprego e níveis de rendimento.”

Castiglioni (2009:44) citando Lee (1966) encontra a base da decisão de migrar em factores pessoais que actuam em factores de natureza micro e os factores estruturais que incluem estímulos económicos, políticos e sociais. Por isso, as regiões de origem e destino possuem uma série de factores positivos, negativos e neutros que atraem, expulsam e deixam os indivíduos indiferentes. Lee (1966) citado pelo mesmo autor encontra quatro factores que contribuem nas decisões de imigrar, nomeadamente:

- Factores ligados às regiões de origem;
- Factores ligados às regiões de destino;
- Obstáculos que se interpõem entre os dois factores e
- Factores individuais.

Castiglioni (2009:45) apoia-se nas abordagens sobre os diferenciais de renda e oferta de emprego de Todaro (1969) e Harris e Todaro (1970) para explicar a decisão de migrar. Segundo a abordagem de Todaro os indivíduos decidem migrar em função das variantes: diferencial rural-urbano de renda e a possibilidade de encontrar emprego nas zonas urbanas. Os dois autores em referência chegam à conclusão de que as mudanças das populações das zonas rurais para as urbanas continuarão a existir enquanto a “renda real urbana for maior que à “produtividade agrícola real”.

A confrontação da atracção e repulsão com os obstáculos que se levantam à qualquer decisão de partir explicavam o fenómeno migratório.

Para Lee<sup>8</sup>, as razões que presidem as migrações são factores aliados a “jusante”, obstáculos que se interpõem e “factores pessoais”. Os factores

---

<sup>8</sup> Citado em Peixoto (2004:14)

ligados a “montante” incluem os motivos económicos, infraestruturais sociais e factores climáticos, os obstáculos podem ser a distância, os custos de mobilidade, a extensão da família, a idade, as informações e os contactos à disposição (*Vide Quadro 2*). Estes influem na decisão dos potenciais migrantes de forma individual.

**Quadro 2: Factores push e pull**

Factores push ( emigração)	Obstáculos	Factores pull ( imigração)
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Poucas oportunidades</li> <li>• Falta de emprego</li> <li>• Ameaças políticas</li> <li>• Condições primitivas</li> <li>• Discriminação</li> <li>• Guerra e terrorismo</li> <li>• Desastres naturais</li> <li>• Falta de protecção ( courtship)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Distância</li> <li>• Barreiras físicas</li> <li>• Transporte</li> <li>• Falta de informação</li> <li>• Idade</li> <li>• Estado civil</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhores condições de vida,</li> <li>• Oportunidades de emprego</li> <li>• Segurança</li> <li>• Educação</li> <li>• Cuidados médicos</li> <li>• União familiar</li> <li>• Ambiente saudável</li> <li>• Melhores condições de protecção</li> </ul>

Fonte: adaptado de Andrea Jubthana-Fernand (2009:186)

### 2.1.1.2. Teoria do capital humano

A teoria do capital humano enquadra-se ainda dentro das teorias micro-sociológicas assentes em fundamentos económicos. Esta teoria surgiu a partir

das áreas da educação, saúde e migração na década 60 do século XX. Ela sustenta que a educação é um investimento precioso para o desenvolvimento dos recursos humanos.

A teoria do capital humano foi desenvolvida pela Escola Económica de Chicago, pelos economistas Gary Becker e Theodore Schultz. O desenvolvimento de uma nação depende do investimento em pessoas.

Saul (2004: 232-233) explica que num

“discurso proferido no encontro da associação americana de economia, em Dezembro de 1960, Theodore Shultz (1961), especialista em economia agrícola e então presidente da referida associação, buscou estabelecer a substância do capital humano e as condições da sua formação, sustentando residir nessa forma de entender a capacitação das pessoas a resolução de muitos paradoxos e confusões a respeito da dinâmica de crescimento económico dos Estados Unidos. Na sua avaliação, o investimento em capital humano devia ser considerado como diferente do consumo, tanto pelas suas dimensões quantitativas quanto pelas dimensões qualitativas. Não obstante a dificuldade de medição desse tipo diferenciado de capital, algumas actividades poderiam ser descartadas como promovendo as capacidades humanas. Assim, por exemplo, os serviços de saúde, entendidos em sentido amplo, envolvendo as despesas que afectem a expectativa de vida, o vigor e a vitalidade das pessoas. Outro ponto a considerar era o treinamento no emprego, incluindo o velho estilo de aprendizagem organizado pelas empresas. Também deveria incluir-se a educação formal, em seus diferentes níveis. Também incluíam-se aí os programas de educação de adulto, não organizados por empresas, incluindo os programas de extensão, principalmente na agricultura. Por último, mas não menos importante, Schultz citava o processo de migração de indivíduos e de famílias para ajustar-se às oportunidades de emprego, em constante transformação.”

Outra contribuição nos estudos sobre capital humano veio de Gary Becker. Na sua obra *Human Capital* desenvolveu estudos sobre a economia familiar com base na teoria do capital humano (Saul, 2004:234).

O modelo do capital humano tem como fundamento a teoria neoclássica de investimento.

Castiglioni (2009) assevera que:

“o movimento migratório é considerado, (...), como um investimento pessoal que será realizado, se os retornos desse comportamento forem considerados satisfatórios. A análise dos custos-benefícios feita pelo migrante potencial não se limita aos fatores do momento, mas considera também os efeitos futuros, e a tomada de decisão a migrar pode resultar da avaliação positiva das perspectivas, a um prazo maior, da melhoria das condições futuras das famílias, mesmo que os custos do deslocamento sejam muito elevados para o migrante.”

O autor divide os custos e os benefícios em privados monetários e não monetários (*Vide Quadro 3*).

Gonçalves (200:36-37) explica que este modelo parte do princípio de que o indivíduo possui um capital intelectual e um de saúde e que a este capital deve-se acrescentar educação, formação, competências e prevenção de doenças como factores fundamentais para o desenvolvimento e para acabar com a pobreza. Assim, emigrar é tido como um investimento, que como uma despesa.

A especificidade desta teoria assenta no facto de que o aspecto custo/benefício tem que olhar para o factor temporal.

Ninguém pode decidir-se a emigrar para um país desconhecido quando teoricamente não se vislumbram retornos para recompensar os investimentos

que ele fez. Os custos incluem os investimentos que a pessoa fez na educação, formação profissional ou aquisição de vários conhecimentos, habilidades e capacidades que acha que deverão ser recompensados financeiramente e materialmente no futuro. As pessoas que decidem partir para terras distantes devem realizar estes cálculos.

Para Rocha-Trindade (1995:77) a teoria do capital humano procura dar resposta a questão porque certas pessoas decidem-se a migrar enquanto outras não. Os teóricos desta abordagem asseveram que o mercado de imigração não acontece ao acaso sobre as escolhas dos indivíduos, não é aleatória. Ela provoca um equilíbrio ao nível da distribuição dos recursos no mercado que se prende com o “ impacto económico da imigração nos países de acolhimento.”

De acordo com Figueiredo (2005:29):

“a teoria do capital humano, da qual Becker se apresenta como autor de referência, tem sido de grande relevância no estudo das migrações. Ao nível do pensamento neoclássico, Borjas (2000) considera os fluxos migratórios de trabalhadores como um investimento em capital humano, surgindo em consequência dos diferenciais salariais existentes entre as economias e considerados como a causa principal das migrações.”

Assim, as migrações são consideradas como um investimento em capital humano, pois os resultados reais em renda desse processo devem saldar positivamente os gastos dispendidos pelo imigrante durante a sua educação e formação profissional.

Fazendo fé em Sjaastad (1962:83), Peixoto (2004:16) considera que os custos de migração

“são vários: procura de informação (gastos de tempo e dinheiro – informação sobre novas oportunidades profissionais e infraestruturais várias, incluindo formação e aprendizagem); custos de deslocação; custos de adaptação (aprendizagem de nova língua e cultura; criação de novas

redes de apoio; custos de afastamento do meio de origem). Os benefícios da migração passam, em contrapartida, pelo aumento de rendimentos, dada a melhoria da produtividade individual permitida pela mudança.”

Lacerda (2007:4) alarga o pensamento de Sjaastad (1962) considerando também a migração como investimento em capital humano onde o indivíduo compara os custos e os retornos e agindo em conformidade com essa comparação. Nesse investimento existem desembolsos directos como gastos em alimentação, alojamento e transporte e custos indirectos que incluem as receitas não auferidas ao longo da viagem, o tempo que se gasta na procura de emprego e a formação correspondente. Estes custos incorporam a distância entre os locais de origem e de destino e a taxa de desemprego no local de destino.

Có (2007:24) considera o investimento em capital humano importante no âmbito da mobilidade individual e colectiva de certos grupos profissionais dos migrantes e representa uma mais-valia para a integração sócio-profissional e mobilidade ascendente do migrante.

Becker (1993) e Portes (1991)<sup>9</sup> defendem que as limitações familiares e o papel das famílias na socialização primária e como redes de incorporação de determinados grupos de migrantes são elementos com impacto negativo na transmissão de conhecimentos entre diferentes grupos e gerações.

Os migrantes, para Chiswick (1978)<sup>10</sup>, chegam ao país de destino sem as qualificações sociais e económicas básicas como língua, conhecimentos sobre oportunidades de emprego. Mas com o decurso do tempo e face aos salários baixos que auferem, encontram motivações maiores que os nativos para investir em capital humano, que lhes permite produzir rendimentos médios superiores aos nacionais.

---

<sup>9</sup> Citados em Có (2007:24)

<sup>10</sup> Citado em Gonçalves (2007:37)

Tal como qualquer investimento, o investimento em capital humano na área das migrações é um risco. O migrante assume-se como um investidor que espera retorno do seu investimento. Como o retorno pode não acontecer, os imigrantes investem ariscadamente em território de que, na prática, têm pouco conhecimento.

O que distingue os custos e benefícios da teoria do capital humano das outras teorias (push pull) é o factor tempo. Os retornos do investimento em capital humano levam algum tempo - médio ou longo prazo – a concretizar-se.

**Quadro 3: Custos e benefícios/retornos**

Custos		Benefícios/retornos	
Privados monetários	Privados monetários não	Privados monetários	Privados monetários não
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Transporte</li> <li>• Alojamento</li> <li>• Alimentação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Custos de oportunidade ( emprego, aprendizagem numa nova profissão, remunerações não ganhas na viagem)</li> <li>• Psicológicos ( separação familiar, amigos, parentes, conhecidos)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incremento positivo ou negativo da renda como resultado ( variações de remunerações, dos custos de emprego e custos de deslocamento entre regiões).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preferência por determinado local de residência</li> <li>• Satisfação do migrante perante a nova realidade.</li> </ul>

Fonte: Elaborado a partir de Castiglioni (2009:46)

## **2.1.2. Teorias sociológicas: abordagem histórico-estrutural**

As teorias sociológicas tiveram como pioneiros os estudos clássicos de Thomas e Znaniecki, publicados em 1918 sob o título “ *The Polish Peasant in Europe and America*”,<sup>11</sup> referentes ao processo de identidade cultural e adaptação dos polacos que tinham imigrado para os Estados Unidos.

São estudos importantes que influenciaram pesquisas posteriores sobre as migrações e que levaram ao nascimento da Escola de Chicago.

A Escola de Chicago desenvolveu-se nos anos 20 e 30 quando um grupo de sociólogos começou a preocupar-se pelas concentrações de populações nas cidades americanas o que originou o nascimento da Sociologia Urbana. Entre os representantes desta escola contam-se William Thomas, Florian Znaniecki e Robert E. Park, cujos estudos estavam centrados na dinâmica dos processos sociais ligados a concentração das comunidades imigrantes nas cidades (Rocha-Trindade, 1995:95).

Os teóricos desta Escola acreditavam que haveria, como resultado das migrações para os Estados Unidos, uma completa assimilação estrutural e cultural – melting pot – dos imigrantes, o que não aconteceu (Sasaki e Assis, 2000:4).

O estudo das migrações, baseando-se nos ensinamentos da psicologia social e sociologia de teóricos como Charles Cooley, Robert Park e George, defende que as causas de todo o tipo de fenómenos individuais e sociais, devia ser

---

<sup>11</sup> Segundo Rocha-Trindade (1995:95) esta obra descreve a vida dos migrantes polacos nos subúrbios de Chicago. Eles constataram que a decadência da família como instituição levava a índices de criminalidade. Eles elaboraram um esquema de análise baseado na psicologia social e sociologia de Charles Cooley, Robert Park e George Mead que defende que as causas de fenómenos individuais e sociais deveriam ser analisadas na interdependência entre a organização social e a individual que pressupunha o equilíbrio entre as necessidades individuais e as sociais. Portanto, os comportamentos anómalos dos imigrantes polacos estavam relacionados com a desintegração da coesão social e da instituição família.

encontrada numa análise que favorece a dependência recíproca entre a organização social e o indivíduo.<sup>12</sup>

A teoria macroeconómica neoclássica (*mercado de trabalho dual, teorias estruturais e teorias dos sistemas-mundo*) aborda as migrações a partir das diferenças de oferta e demanda pelo trabalho. Esta abordagem analisa as migrações como fenómenos movidos por factores conjugados, que devem ser analisados na sua relação intrínseca e dialéctica.

As teorias histórico-estruturalistas surgiram nos anos 70 do século passado, inspiradas na economia política do capitalismo. Elas opõem-se a estratégia que considera a mobilidade populacional como produto de uma escolha livre, autónoma, individual e racional dos agentes migratórios. Consideram as migrações como transformação macro, à escala global. Elas são estudadas como fenómenos estruturais que acontecem em conexão com outros fenómenos.

Massey (1998)<sup>13</sup> salienta que a teoria preocupou-se primeiro com as consequências do crescimento da população urbana, a concentração das populações nas grandes cidades e com a penetração das forças de mercado no campo. Centrou seus estudos na migração interna (campo-cidade) e só com a crise da década de 70 é que as concepções histórico-estruturalistas começaram a ser aplicadas aos fluxos internacionais de trabalhadores.

Para Singer (1976)<sup>14</sup>:

“ a migração é vista como fenómeno (relação, processo) social, no qual a unidade de análise é o fluxo composto por indivíduos de determinado grupo socioeconómico, que emana de estruturas societárias geograficamente delimitadas e não como ato soberano ou soma das escolhas individuais. A migração resulta das

---

<sup>12</sup> Rocha-Trindade, Maria (1995:15). A autora faz uma abordagem esclarecedora da forma como esta escola teria contribuído para a análise macro de fenómenos sociais.

<sup>13</sup> Citado em Soares (2002:13)

<sup>14</sup> Citado em Soares (2002:13)

desigualdades regionais advindas do espaço transformado, do rearranjo espacial das atividades produtivas; daí que os determinantes e consequências da migração devem ser remetidos a outros fenómenos sociais, historicamente condicionados, que se relacionam com o processo de mudança estrutural em determinada formação social”.

**Peixoto (2004:22) sustenta que as teorias macro-sociológicas distinguem-se das outras por privilegiar a acção de factores de tipo colectivo, ou estruturante. Estas acções condicionam, de diferentes maneiras, as decisões dos agentes sociais.**

**Para este autor as zonas de confluência entre as perspectivas micro e macro são múltiplas e as distinções não são absolutas, quer dizer, as estratégias colectivas e individuais podem cruzar-se.**

**Figueredo (2005:39) defende que as teorias histórico-estruturais estudam as transformações em larga escala que modelam os movimentos populacionais e aponta as graves desigualdades que existem na distribuição da renda e as fortes disparidades na regulação dos poderes político e económico a nível mundial.**

**Para tal, estes fenómenos devem ser analisados na sua relação interdependente e não de forma desestruturada, unilateral e isolada.**

**De acordo com Santos *et al* (2010: 60):**

**“as Teorias do Tipo Histórico-Estruturalistas examinam as relações e funções que os diversos elementos possuem dentro de um dado sistema. Todos os elementos são interdependentes, não sendo possível analisá-los de forma isolada.”**

**Considerando esta visão os factores que engendram as migrações podem ser encontrados a partir do cruzamento de factores de natureza política, social, económica, cultural, religiosa, psicológica entre outros e a mobilidade populacional internacional seria consequência de mudanças estruturais nas sociedades de destino e origem.**

### **2.1.2.1. Teoria do mercado de trabalho dual**

A teoria do mercado de trabalho dual ou segmentado fundamenta-se numa abordagem que defende que são as estruturas económicas geradas pelo capitalismo que originam as migrações internacionais.

A teoria de mercado dual considera o mercado dividido em primário e secundário. O mercado secundário seria destinado aos trabalhadores menos qualificados, enquanto o primário aos mais qualificados. No mercado segmentado, os imigrantes, porque não têm qualificação, são absorvidos nos sectores que exigem menos qualificação e com estatuto social baixo, como é o caso do sector de construção civil, manutenção de estradas, serviços de lavandaria em restaurantes, entre outros. Este emprego é, até, desprezado pelos nacionais. O mercado primário absorve os imigrantes com alta qualificação e com estatuto social elevado.

No primeiro, os salários, o emprego, as relações laborais, as perspectivas de subir na carreira e promoção, protecção social apresentam-se estáveis. Porém, no segundo, os empregos são de baixa qualidade, os salários são baixos, as oportunidades de subir na carreira e promoção são fracas. Não há segurança social e protecção laboral. Desta feita, as correntes migratórias desenvolvem-se das zonas periféricas para o centro, por este apresentar condições atractivas especiais. Os migrantes movem-se, neste sentido, dos países menos desenvolvidos para os mais desenvolvidos ( sistema mundo).

De acordo com Soares (2002:15)<sup>15</sup> as variações de salários não acontecem apenas devido a flutuações entre a oferta e a demanda de trabalhadores, mas exprimem o status social das pessoas. Face a isto, a importação de trabalhadores

---

<sup>15</sup> Soares, Weber (2002:16) defende que a migração não é causada por factores de repulsão nos países de origem, como por exemplo baixos salários e alto desemprego, mas por factores de atracção nos países de destino. A demanda de trabalhadores migrantes realiza-se através de recrutamento de empregadores dos países de destino.

estrangeiros de baixa qualificação afigura-se como aposta viável dos empreendedores capitalistas em detrimento dos nacionais, pois estes aspiram a salários mais elevados.

Peixoto (2004:25), parafraseando Portes (1981), defende que:

“segundo ele, os imigrantes atraídos pelo mercado primário apresentam como principais características a entrada através de canais legais; o acesso ao emprego por qualidades individuais e não por origens étnicas; condições de mobilidade idênticas à dos nativos; e uma função de `reforço` da força de trabalho nacional. Tipicamente, este tipo de acesso é representado (...) pelo brain drain. Em contrapartida, o acesso ao mercado secundário (num sentido amplo) apresenta como principais atributos um estatuto jurídico precário (habitualmente temporário ou ilegal); um recrutamento baseado nas origens étnicas e não em qualificações (dadas as vulnerabilidades associadas àquela condição); ocupação de tarefas pontuais, sem perspectivas de mobilidade; e uma função disciplinadora da força de trabalho local (forçando a redução dos salários gerais)”.

A maioria dos trabalhadores imigrantes vai ocupar empregos que se situam no mercado secundário, sujeitos a todo o tipo de discriminação e injustiças e, muitas vezes, sem protecção jurídica e direito à assistência médica e medicamentosa.

Muitos destes trabalhadores conformam-se com este tipo de discriminação devido a sua situação de imigrantes ilegais. (*Vide Quadro 4*).

Um dos teóricos da teoria do mercado de trabalho segmentado ou mercado de trabalho dual foi Piore.

Rocha-Trindade (1995:86) salienta que:

“As questões ligadas as migrações entre países subdesenvolvidos e áreas desenvolvidas constituíram o objecto de trabalho para Michael Piore (1979), um dos pioneiros das teorias do mercado de trabalho dualista. Piore defende que as diferenças entre as oportunidades de emprego, relativamente as qualificações requeridas para o trabalho, constituem a chave para a compreensão dos processos migratórios. O argumento central da sua obra

sustenta que as migrações internacionais devem ser entendidas em função da estrutura das oportunidades de trabalho e das motivações dos trabalhadores imigrantes, relativamente as motivações dos trabalhadores das áreas para as quais os imigrantes se deslocam. Ao analisar as migrações laborais, o autor conceptualiza as migrações como um processo circular que se desenvolve em torno do sector secundário de um mercado de trabalho dual.”

**O Relatório da Comissão Mundial Sobre as Migrações Internacionais - As migrações num mundo interligado: novas linhas de acção (2005:35) reconhece a existência, na maioria de Estados, deste tipo de mercado ( trabalho duplo) no qual o trabalho formal tem salários, horas de trabalho e outras condições de trabalho regulamentadas e um mercado de trabalho informal dominado por trabalhadores ocasionais que não beneficiam daquelas protecções. Em muitos destes países a**

**Quadro 4: Mercado de trabalho dual/segmentado**

Mercado Primário	Mercado Secundário
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Absorve mão-de-obra qualificada</li> <li>• Altos salários</li> <li>• Estatuto social superior</li> <li>• Condições de trabalho seguras</li> <li>• Oportunidades de subir na carreira</li> <li>• Estabilidade de mobilidade</li> <li>• Migrações legais</li> <li>• Protecção laboral</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Absorve mão-de-obra pouco qualificada</li> <li>• Baixos salários</li> <li>• Baixo estatuto social</li> <li>• Condições de trabalho inseguras</li> <li>• Fracas oportunidades de subir na carreira</li> <li>• Falta de protecção jurídica</li> <li>• Grande mobilidade</li> <li>• Migração ilegal e temporária</li> <li>• Inexistência de protecção laboral</li> <li>• Falta de segurança social</li> </ul>

Fonte: Adaptado de Cristina Matos ( 1993:11-12)

agricultura, a construção civil, a hotelaria e restauração, trabalho doméstico depende do mercado informal. Os empregadores servem-se deste para reduzir os custos e compensar a falta de mão-de-obra local.

Concluindo, as economias dos países desenvolvidos originam dois segmentos: o primário, para os nacionais e o secundário, para a mão-de-obra migratória importada. Este último tende a ser informal, ilegal ou irregular.

### **2.1.2.2. Teorias do sistema mundo e selectividade dos imigrantes**

As teorias que olham para os agentes migratórios como actores movidos por racionalidade individual ao decidir partir ou não, encontraram muitos opositores entre os quais os defensores de inspiração marxista da década de 70 do século XX.

As teorias do sistema mundo são de índole histórico-estruturalista e explicam como é que as economias dos países capitalistas se relacionam com as dos países em vias de desenvolvimento.

A teoria do sistema mundo trás à superfície a tese de que as migrações internacionais devem ser tratadas como um sistema mais amplo que articula dois extremos opostos: os países emissores de migrantes e os de destino (receptores).

A abordagem histórico –estruturalista é o resultado da reorganização do sistema económico mundial segundo a qual os países se incorporam de maneiras diferentes no sistema económico global.

Soares (2003:16) defende que:

“a penetração de regiões periféricas pelo capitalismo provocou desequilíbrios na estrutura sócio-económica interna dessas regiões, ou seja, a emigração resulta de problemas internos que foram induzidos pela expansão do sistema económico global.”

**Esta teoria defende que a migração internacional é o resultado do sistema capitalista mundial, que cria um mercado de trabalho global no qual os cidadãos que vivem nos países da periferia (países pobres) tendem a imigrar para o centro (países desenvolvidos) à busca de melhores oportunidades de emprego.**

**As migrações são entendidas como um processo de recrutamento da mão de obra barata dos países com economias dependentes e frágeis para os países ricos. Os países pobres, usando a terminologia marxista, criam “ um exército de reservas” que, quando necessário, é drenado para os países industrializados devido a sua vulnerabilidade por não possuir meios de produção.**

**Peixoto (2004:24) argumenta que estas teorias**

**“provém tanto da economia como da geografia: trata-se de análises que lidam explicitamente com a variável espaço e que procuram enunciar os factores que levam a um desenvolvimento particular dos territórios. Segundo estas correntes, existem mecanismos que levam a uma dada localização dos estabelecimentos humanos em realidades de tipo urbano ou regional, central ou periférico, e tanto em contextos nacionais como internacionais. Quer as teorias o admitam ou não explicitamente, e esta, distribuição territorial que conduzirá, por sua vez, a movimentos populacionais (migratórios) concretos.”**

**As teorias dos sistemas migratórios defendem que as migrações são o resultado de contextos históricos particulares e possuem dinâmicas específicas que lhes permitem ter características de um sistema (Ibid; 2004: 27).**

**Portes e Bach (1985)<sup>16</sup> argumentam que:**

**“ os movimentos populacionais recentes apoiam-se na difusão das redes de comércio e de informação pelo mundo, na expansão da**

---

<sup>16</sup> Citado em Soares (2002:16)

influência cultural dos países de destino sobre os de origem ( o modo de vida americano conforma hoje um padrão global) e na ampliação das expectativas de consumo até áreas remotas do planeta. A penetração de regiões periféricas remotas do planeta pelo capitalismo procurou desequilíbrios na estrutura socioeconómica interna dessas regiões, o que conduziu a pressões migratórias, ou seja, a emigração resulta de problemas internos que foram induzidos pela expansão do sistema económico social.”

**Soares (2002:17) defende que a pobreza, a explosão demográfica e a estagnação económica dos países em vias de desenvolvimento não bastam para explicar a origem dos fluxos migratórios internacionais. É necessário combinar os factores pobreza, superpopulação e estagnação económica com as formas de como os países pobres foram incorporados no espaço económico transnacional.**

**Segundo esta perspectiva, os movimentos migratórios de âmbito internacional devem ser analisados segundo as dinâmicas das forças globais da economia. Como resultado, estes movimentos assentam em paradigmas estruturais.**

**O mundo como um sistema estaria polarizado entre os países do centro, fortes, detentores do poder de decisão a nível político e económico; os países periféricos, fracos e com pouco poder de decidir as suas próprias escolhas sem que os primeiros se interponham quando os seus interesses estão em jogo. Entre as regiões centrais e periféricas encontra-se uma zona de transição - semiperiférica – onde habitam os países com uma certa autonomia, mas que devido a sua posição intermediária tendem a inclinar-se para a centralidade. Os salários nas regiões centrais são elevados e aliciantes. Na periferia os salários são baixos e com excedente da mão de obra, o que condiciona o seu deslocamento para o centro.**

**Matos (1993:9) defende que:**

“A dinâmica do modo de produção capitalista a nível internacional gerou (e continua a gerar), através da Divisão Internacional do Trabalho, uma estruturação da economia- mundo em três grandes grupos: o centro, a semiperiferia e a periferia. Os fluxos entre estes blocos são determinados, tanto em direcção como em magnitude, pela dinâmica do centro e, portanto, as migrações particulares devem ser situadas e interpretadas em termos das suas ligações às maiores alterações na direcção dos fluxos de trabalho e de capital a nível global.” (Vide Quadro 5).

**Quadro 5: Relação centro, semiperiferia e periferia**

	Regiões		
	Centro	Semiperiferia	Periferia
<b>Características</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Poder de decisão</li> <li>• Autonomia política e económica</li> <li>• Absorção dos agentes migratórios</li> <li>• Incorporadores da periferia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Autonomia relativa nas decisões</li> <li>• Incorporação relativa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sem poder de decisão</li> <li>• Dependência política e económica</li> <li>• Vulnerabilidade política e económica</li> <li>• Gerador de movimentos migratórios</li> <li>• Incorporados pelo centro</li> </ul>

Fonte: Adaptado de Cristina Matos (1993:9)

No estudo das migrações internacionais se pode destacar a teoria que considera a mobilidade dos indivíduos como processo selectivo. Segundo esta perspectiva, a migração internacional é um processo que selecciona pessoas com base em

**factores comuns que os diferenciam dos que não se decidem a deixar o local de origem.**

**De acordo com Crispim (2003:4):**

**“ a seletividade refere-se principalmente à ideia de que os imigrantes são em geral mais ambiciosos, agressivos, empreendedores e motivados que os demais indivíduos. Desta forma, deveríamos esperar que os rendimentos dos migrantes se diferenciassem de alguma forma dos rendimentos dos não-migrantes, uma vez que as características que afetam a decisão de migrar podem, também, influenciar os rendimentos.”**

**Lacerda (2007:5) descreve o carácter selectivo das migrações em função de características determinadas ou combinação destas. Neste contexto, a selecção depende do contexto económico e social das áreas de origem e da sua comparação com as áreas de destino.**

**Os estudiosos que se têm debruçado sobre a teoria da selectividade das migrações internacionais têm em Chiswick uma referência obrigatória. Chiswick desenvolveu sua teoria com base na teoria de Sjaastad (1962) que considera as migrações como investimento em capital humano e , por isso, sujeito a custos e benefícios como qualquer investimento económico.**

**Chiswick (1999) segundo Ramalho (2005:19):**

**“ mostra que os migrantes tendem a ser uma amostra populacional não-aleatória, isto é, os migrantes seriam positivamente selecionados quando, em média, são mais motivados, agressivos, perseverantes, hábeis, empreendedores, etc. que o grupo populacional composto pelos indivíduos que não migram:” ( cf. Lacerda, 2007:7)**

**Desta feita, quando os indivíduos decidem imigrar devem esperar retorno em função dos custos envolvidos na mobilidade.**

Chiswick elaborou uma fórmula da taxa de benefícios/retorno:

$$r = \frac{W_b - W_a}{C_f + C_d}$$

Onde:

**r** = corresponde a taxa de retorno

**W<sub>b</sub>** = rendimentos esperados na região de destino

**W<sub>a</sub>** = rendimentos na região de origem

**C<sub>f</sub>** = custo de oportunidade envolvidos

**C<sub>d</sub>** = custos monetários

Este modelo pressupõe a existência de um grupo de trabalhadores com habilidades baixas e outro com habilidades altas. As habilidades envolvem diferentes dimensões ou atributos individuais como motivação, ambição, inteligência, velocidade na aprendizagem, agressividade, entre outros. São estes atributos que os imigrantes possuem que os tornam mais seleccionados que aqueles que não migram.<sup>17</sup>

A selecção se apresenta menos intensa nos migrantes cuja decisão de migrar é provocada por outros agentes como os refugiados, migrantes ideológicos, etc.

Lacerda (2007:6) fazendo referência aos estudos de Borjas (1987), sobre a autoselecção dos salários dos migrantes nos Estados Unidos, concluiu que estes podiam diferir do salário da população nativa devido a “endogeneidade da decisão para migrar”. Assim, deve-se considerar duas condições para que

---

<sup>17</sup> Existem outros postulados sobre selectividade baseados em modelos matemáticos como os modelos de Borjas (1987); Katz e Stark (1987) e Crozet (2000). O modelo de Chiswick (1999) apresenta-se como aquele que tem merecido muitas referências.

aconteça uma selecção positiva. Primeiro, que deve existir uma correlação positiva entre o salário que o imigrante espera receber nos Estados Unidos da América e aquele que ele espera no seu país de origem. Segundo, a distribuição de renda entre os Estados Unidos e os países dos imigrantes deve ser desigual, o que leva a que os salários para trabalhadores qualificados sejam superiores nos Estados Unidos que nos países de origem dos imigrantes. Isto atrairá os imigrantes mais qualificados para os EUA, o que origina uma selecção positiva.

### **2.1.2.3. Teorias institucionais e sistemas migratórios**

As instituições jogam um papel importante tanto na tomada de decisões dos migrantes para abandonar os seus locais de origem, bem como na assistência dos mesmos, sobretudo nas suas necessidades básicas.

Uma das instituições que desempenha um papel de fundamental importância na emergência do fenómeno migratório é o Estado. Ela assume esta importância através do estabelecimento de políticas de migração e regulação, nomeadamente políticas que estabelecem controlo das fronteiras, políticas que estimulam a permanência e integração dos migrantes, políticas que favoreçam a concessão de vistos de residência ou participação nas decisões políticas.

O Estado pode, por sua vez, fomentar políticas nas áreas de saúde, da educação, de emprego que facilitam a integração dos migrantes nas regiões de acolhimento.

Peixoto (2004:28) chama atenção ao facto de as teorias sociológicas que explicam as migrações segundo uma perspectiva macro poderem ser separadas em alguns grupos como as que salientam o papel das instituições no desencadear e acompanhamento dos fluxos migratórios. Estas teorias não são uniformes porque as instituições tanto podem ter o papel de promotores dos fluxos como de enquadramento e suporte de percursos já desencadeados pelos indivíduos.

Por sua vez Castles (2005:55) salienta que:

“ As abordagens histórico-institucionais sublinham o papel das grandes instituições, sobretudo as empresas e os Estados, no desencadeamento e na modelação dos fluxos migratórios. Os recrutamentos maciços da mão-de-obra, protagonizados pelas autoridades económicas e pelos agentes dos mercados de trabalho, foram decisivos para o surgimento de fluxos migratórios apontados para a Europa Ocidental depois de 1945. Os sistemas de trabalho contratado também têm tido um papel fundamental na migração para os países produtores do petróleo do Golfo Pérsico e para alguns países asiáticos como Taiwan, a Malásia e Singapura.”

Os governos assumem um papel de importância fundamental na medida em que podem formular políticas, criar instrumentos legais que estimulam e favorecem a constituição, por parte de imigrantes, de associações para proteger os interesses dos imigrantes. Neste âmbito, o *Relatório da Comissão Mundial Sobre as Migrações: “ As migrações num mundo interligado – Novas linhas de acção”* (2005:65) recomenda a todos os Estados para estabelecer políticas migratórias que tenham objectivos acordados, em conformidade com políticas afins e o direito internacional dos tratados, não descurando os direitos humanos. A nível interno de cada Estado devem-se encentar esforços de coordenação entre os diferentes ministérios e consultas a instituições independentes.

Massey et al (1993)<sup>18</sup> sublinham que a partir do momento em que as migrações internacionais começam a surgir, várias instituições privadas, públicas e de assistência que tentarão arranjar contrabalançar o desequilíbrio entre o número de imigrantes interessados em entrar em certos países e o número de imigrantes que os países de destino estariam dispostos a receber. Estas instituições podem agir de forma legal ou ilegal.

---

<sup>18</sup> Citado em Santos et al, (2010:14)

As empresas industriais que, por sua vez, podem desencadear as migrações, sobretudo através do recrutamento oficial de trabalhadores estrangeiros. Estes podem, até, forçar o Estado a recuar quando pretender recambiar imigrantes para os seus países de origem. Castles (2005:55) dá exemplos da Malásia que durante a Crise Asiática de 1997–1999 pretendia repatriar contingentes de trabalhadores imigrantes. Perante o protexto dos proprietários de plantações o governo viu-se obrigado a recuar.

O tipo de instituições é, segundo Peixoto (2004:28), variável, incluindo

“organizações empregadores (empresas privadas e públicas, estado, etc.), agências de emprego, associações de apoio a migrantes, entidades financeiras, departamentos governamentais ligados directa ou indirectamente às migrações e habitação, etc. Aquilo que podemos considerar como ponto de intersecção destas acepções é a centralidade atribuída (embora de forma diversa) a agentes colectivos”.

As agências de emprego por sua vez são instituições que têm um lugar de importância a destacar no desencadear dos processos migratórios, quando intervêm como intermediários entre as empresas públicas e privadas e os agentes migratórios. (*Vide Quadro 6*).

**Quadro 6: Papel das instituições na promoção das migrações**

Instituições	Instrumentos de promoção
Estado	Formulação de políticas que favoreçam e estimulem as migrações: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Medidas de controlo fronteiriço não rígidas;</li> <li>• Políticas de integração (medidas antidiscriminatórias, mercado de trabalho, fixação de residência, reagrupamento familiar, participação política, saúde, educação, concessão de vistos de residência, constituição de associações, etc.)</li> </ul>
	Acções de apoio aos imigrantes: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço da capacidade de organização;</li> </ul>

<p><b>Associações de imigrantes</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio no acesso à justiça;</li> <li>• Protecção dos interesses dos imigrantes;</li> <li>• Fornecimento de informação;</li> <li>• Promoção e divulgação de identidade e cultura de origem;</li> <li>• Defesa dos seus interesses;</li> <li>• Promoção da luta pelos seus direitos;</li> <li>• Promoção da aproximação à sociedade de acolhimento;</li> <li>• Facilitação da resolução dos problemas;</li> <li>• Promoção da convivência entre culturas;</li> <li>• Promoção de programas de inserção social;</li> <li>• Formação profissional;</li> <li>• Facilitação de acesso ao emprego, etc.</li> </ul>
<p><b>Empresas</b> (públicas e privadas)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recrutamento de trabalhadores imigrantes;</li> <li>• Criação de oportunidades de emprego;</li> <li>• Promoção de programas de formação dos imigrantes;</li> <li>• Estabelecimento de políticas de emprego não discriminatórias.</li> </ul>

Fonte: Adaptado de Peixoto (2004:28-29)

As associações de apoio aos imigrantes, sejam elas de cariz filantrópica ou de carácter étnico podem estimular o fenómeno da imigração não só quando intermedeiam o processo, mas também quando lutam perante instituições públicas para integração dos imigrantes nas sociedades de acolhimento.

Depois de abordar algumas das principais teorias que procuram esclarecer as causas da mobilidade populacional, passamos a tratar alguns conceitos básicos relacionados com as migrações.

## 2.2. Definição de conceitos

As migrações são fenómenos históricos que remotam a milhares de anos. Sem elas o mundo não se apresentaria com a plataforma social actual. São um fenómeno histórico ancestral.

A História ensina-nos que a África é o berço da Humanidade. Foi a partir daqui que o homem se expalhou pelos diferentes cantos do globo. As migrações estiveram ligadas a crises económicas, disputas de terras, procura de melhores condições de vida, calamidades naturais, crises políticas, motivações religiosas.

### 2.2.1. Migrações: emigração e imigração

Etmologicamente a palavra “ *migrare* ” é de origem latina e formou-se a partir da palavra *migrar*, que significa passar de um lugar para outro, mudar de residência. Este termo tem sido usado para descrever uma série de movimentos populacionais em várias direcções, com duração, magnitude e longitude variáveis, ou descrevendo uma única direcção desta mobilidade (Matos,1993:2).

As pessoas não estão presas aos espaços territoriais da sua origem. Desde tempos imemoriais movimentaram-se: saem e entram em diferentes espaços geográficos. Esta mobilidade tem sido objecto de estudo na área das Ciências Sociais, Geografia, Economia, Sociologia e Política. Com o processo da globalização a partir da segunda metade do século XX atingiram o seu ponto mais destacado.

De acordo com Cabral e Vieira (s/d) o tema das migrações

“deixou de ser unicamente associado a populações desfavorecidas social, cultural e economicamente, frequentemente encaradas unilateralmente como relevando de um âmbito assistencial e de um consequente encargo para as sociedades receptoras, passando actualmente a usufruir de um estatuto de fonte de conhecimento científico multidisciplinar.”

Pires (2003:58) procura trazer várias definições, considerando contextos espaciais e sociais e baseando-se em alguns autores, nomeadamente Lee (1969:285), que define migrações sob ponto de vista de mobilidade espacial;

**Mangalam (1968:13-15), que os considera como movimentos entre sistemas de interacção e Einsenstadt (1953:1) como “ transição, física, de um indivíduo ou grupo, de uma sociedade para outra. Essa transição envolve habitualmente o abandono de um quadro social – social setting- e a entrada num outro.”**

**O conceito que se atribui às migrações passa necessariamente por ter em conta a inclusão de dois fenómenos que se podem considerar duas faces da mesma moeda: emigração e imigração.**

**Rocha-Trindade (1990:467), considerada uma das vozes portuguesas autorizadas nesta área, destaca que:**

**“ o conceito de migração veio posteriormente a especializar-se com a fixação de fronteiras dos Estados e delimitação das soberanias nacionais: para cada lugar de onde se observava o fenómeno, era emigrante aquele que saía para lá das suas fronteiras e imigrante aquele que, do exterior, nelas penetrava.”**

**Emigrações referem-se a saída de pessoas duma localidade, distrito, província ou país, enquanto imigrações é um fenómeno inverso.**

### **2.2.2. Imigração ilegal**

**Sousa (2006:27) sugere que imigrar seria o resultado do estabelecimento de fronteiras e dos limites entre territórios, que conferem distinção entre origem e destino, assim como imigrante seria o estrangeiro que vindo de fora pretende estabelecer-se num país que não é seu, motivado por algum ideal.**

**Assim, o conceito de imigração ilegal só tem sentido quando se estabelecem fronteiras entre estados e que se considere que estas fronteiras representam a protecção das soberanias das nações e, por essa razão, devem ser invioláveis. Este fechamento abre espaços jurídicos para que as pessoas que penetram em território alheio sem a devida autorização sejam consideradas imigrantes ilegais e ao processo em si seja considerado imigração ilegal. A imigração ilegal é um**

fenómeno de mobilidade das pessoas sem olhar para as regulamentações legais estabelecidas.

A imigração ilegal acontece quando se atravessam fronteiras, violando as leis de imigração do país de destino e de origem. Um imigrante ilegal é um cidadão que atravessou uma fronteira estrangeira por terra, mar ou ar. Mesmo aqueles estrangeiros que entraram legalmente num país, quando permanecem no país depois de vencer o prazo são considerados imigrantes ilegais.

Segundo o *Relatório da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais - As migrações num mundo interligado: novas linhas de acção* (2005:31), existem várias categorias de imigrantes ilegais:

“o termo `imigração irregular´ é normalmente utilizado para descrever uma série de fenómenos diferentes que envolvem pessoas que entram ou ficam num país do qual não são cidadãos, infringindo assim as leis nacionais. Incluem-se aqui os migrantes que entram ou ficam num país sem autorização, aqueles que entram clandestinamente ou são traficados através de uma fronteira internacional, os requerentes de asilo indeferidos que não obedecem às ordens de deportação e pessoas que fogem aos controlos de imigração através de esquemas de `casamentos brancos.` Estas diferentes formas de migração irregular aparecem frequentemente agrupadas sob a designação alternativa de migração não autorizada, não documentada ou ilegal.”

A imigração ilegal tem sido uma das grandes preocupações dos países mais ricos que são obrigados a controlar este tipo de imigração com leis rígidas e deportações sistemáticas. Também são um problema para os próprios imigrantes que são obrigados a trabalhar sob condições precárias, com rendimentos baixos e sem direito à protecção jurídica devido ao seu estatuto social ilegal. São preocupação para os organismos de cariz filantrópico que batem duro perante governos por achar que estes devem criar mecanismos para a sua integração na sociedade de acolhimento e respeitá-los à luz dos Direitos Humanos.

### **2.3. As redes sociais**

O conceito de redes sociais apresenta-se como antigo no âmbito da Sociologia e da Antropologia. Nos anos 70 do século passado começou a suscitar interesse por parte dos investigadores da área das Ciências Sociais<sup>19</sup>.

Có (2007:16-17) sustenta que a teoria neoclássica que tentou explicar os movimentos migratórios a partir de postulados económicos falhou por não ter dado maior visibilidade a determinantes sócio-culturais. Adianta, ainda que a complexidade das dinâmicas migratórias teria estado no surgimento da teoria das redes sociais. Assim, a inclusão das redes sociais na análise de movimentos migratórios aparece numa altura de “ grande complexidade das mobilidades internacionais” e de formulação de várias políticas de controlo destes movimentos através de encerramento de fronteiras.

Rocha-Trindade (1995:90-91) defende que a introdução do estudo das redes sociais constituiu um dos momentos de viragem no campo da Sociologia das Migrações porque permitiu estabelecer uma ligação entre as abordagens de perspectivas micro e macro dos fenómenos migratórios e contribuiu para a análise e compreensão da mobilidade populacional com base em pressupostos que consideram os indivíduos como unidades não isoladas, mas que era necessário estabelecer vínculos entre os actores de modo a compreender o comportamento individual ou colectivo que gera os movimentos.

Có (2008:17) considera a emergência de redes migratórias como uma das mais - valias nas dinâmicas migratórias dos tempos actuais. As redes criam - no seu entender- a cadeia migratória através de uma rede de contactos e de rede de relações que facilita informação e processos migratórios. As redes são antigas mas os meios de comunicação vieram dar-lhes novos inputs.

---

<sup>19</sup> Rocha- Trindade (1995:90-91) aponta Radcliffe-Brown como um dos primeiros antropólogos a definir a estrutura social como rede de relações entre indivíduos numa determinada sociedade.

### **2.3.1. O conceito de redes sociais**

**As fronteiras físicas já não constituem barreiras intransponíveis para os cidadãos de muitos países. As pessoas não estão fechadas nos limites das suas fronteiras físicas, culturais, sociais e económicas. Alcançam zonas que há séculos atrás nunca se imaginava poder atingir com facilidade. Isto só é possível porque os contactos entre as pessoas se mantêm através de agentes de intermediação.**

**Quando os imigrantes transnacionais partem, seleccionam de antemão o país onde vão se instalar. Esta escolha parte de uma informação prévia que é coleccionada e trabalhada antes da partida. A informação constitui um instrumento valioso que ajudará o imigrante a tomar decisões racionalmente acertadas, senão quiser correr riscos imprevisíveis.**

**As redes sociais fornecem a informação que os potenciais imigrantes necessitam para minimizar o impacto negativo dos riscos que as viagens representam e manter uma articulação permanente com o destino.**

**As redes sociais envolvem relações de interesse entre os que chegam ao destino e aqueles que já se encontram radicados.**

**Para Albuquerque (2008:117) as redes sociais facilitam canais que permitem a interação necessária para os indivíduos conseguirem benefícios e que mediante estes laços se adquirem “ normas de reciprocidade que estimulam a atenção dos indivíduos para com o bem estar dos outros.”**

**Durham (1984:138)<sup>20</sup> refere que o indivíduo decide imigrar com base**

**“ na proximidade das relações do que na proximidade física « ...» segue as rotas que foram seguidas por parentes e amigos antes dele. Vai com conhecidos, ou a procura de conhecidos, que sabe**

---

<sup>20</sup> Citado em Soares (2002:18)

estar em tal ou qual lugar. Os lugares que ele conhece são aqueles que fazem parte da experiência passada da sua comunidade e são relações pessoais que servem do ponto de apoio à movimentação espacial. A não excepcionalmente, o emigrante não se aventura no desconhecido, mas se orienta por notícias, por informações, por relações.”

Tilly (1990)<sup>21</sup> defende a tese segundo a qual as unidades efectivas das migrações não são os indivíduos e muito menos as famílias, mas sim, pessoas ligadas por laços de amizade, de conhecimento, de parentesco e de trabalho. Independentemente dos atributos individuais, a imigração deve ser pensada em termos de estrutura comunitária que se translada. Neste contexto as “redes migram”.

As redes nem sempre carregam o signo de solidadriedade, confiança, elas também abrigam discórdias e conflitos uns aos outros devido a exploração que acontece entre grupos de imigrantes.<sup>22</sup>

Alguns autores estabelecem uma diferença entre alguns conceitos que parecem muito aproximados, nomeadamente rede social, rede pessoal e rede migratória. De acordo com Soares (2002:24) a rede social é constituída por um conjunto de pessoas, organizações ou instituições sociais conectadas por um certo tipo de relação. A rede pessoal é uma rede social fundada na base de relações sociais de amizade e parentesco. A rede migratória precede a migração e tem como objectivo o acto de migrar. Esta agrega várias redes sociais. É uma “rede de redes sociais”.

A rede de redes sociais seria uma cadeia de redes que estão ligadas entre si para tornar possível a circulação efectiva de dados informativos que permitem a mobilidade de pessoas entre uma região e outra de forma teoricamente segura.

---

<sup>21</sup> Citado por Soares (2002:19)

<sup>22</sup> Soares, Weber (2002:19) citando Tilly (1990:92). Este defende ainda que cada inclusão constitui exclusão e dá como exemplo a imigração americana que produziu especialização de trabalho pela origem.

O conceito de Massey (1987) extraído de Soares (2002:21) define a rede migratória como uma teia de relações interligadas que é mantido por um conjunto de expectativas mútuas e de comportamentos recíprocos. Estes comportamentos e expectativas apoiam o movimento de pessoas, bens e informações, une migrantes e não-migrantes e conecta comunidades de origem a determinadas sociedades dos locais de destino. Ela se torna, com o tempo, auto-suficiente devido ao capital social que ela disponibiliza através de contactos pessoais, com parentes, amigos e conterrâneos, oferecendo aos migrantes oportunidades de emprego, residência e apoio financeiro nos locais de destino. Neste contexto, os estudos de Massey se apresentam como referência obrigatória para quem pretende estudar esta área das Ciências Sociais.

Massey *et al* (1987:139)<sup>23</sup> afirmam que:

“ as redes migratórias consistem de laços sociais que ligam comunidades expulsoras a pontos específicos de destino nas sociedades receptoras. Esses laços unem migrantes e não migrantes em uma teia complexa de papéis sociais e relações interpessoais e complementares, mantidos por conjuntos informais de expectativas recíprocas e comportamentos prescritos (...) Esses laços sociais não são criados pelo processo migratório mas antes adaptados a ele, sendo reforçados ao longo do tempo, através da experiência comum dos migrantes.”

Carleial (2004:2) considera que as redes sociais envolvem relações de interesses entre os que chegam e os que já se encontram a residir no país de destino. Estas redes constituem um determinado tipo de sociabilidade que “ resignificam as acções sociais, retorritorializam os grupos sociais, rearmam, as parcerias, na passagem ou permanência do imigrante no lugar de destino, integrando-o, adaptando-o ou re-difinindo a sua situação.”

---

<sup>23</sup> Citado em Fazito, Dimitri (2002:s/d). *A Análise de Redes (ARS) e a Migração: mito e realidade*. UFM/Cedeplar. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais.

Outro teórico que se dedicou ao estudo das redes foi Portes.

Portes (1999:13)<sup>24</sup> considera as redes sociais como

“conjuntos de associações recorrentes entre grupos de pessoas ligadas por laços profissionais, familiares, culturais ou afectivos. E que são importantes na vida económica, na medida em que são meios de aquisição de recursos, como o capital e a informação e porque impõem simultaneamente constrangimentos eficientes à prossecução ilimitada dos interesses pessoais.”

Castles (2005:45) considera que: “as redes de migrantes continuam a servir de base às comunidades transnacionais – grupos cujos membros têm parte importante da sua existência social radicada simultaneamente em mais do que um país.”

Um outro fenómeno importante no âmbito do estudo das redes sociais é a emergência de associações, em muitos casos, ligadas a laços étnicos e a regiões comuns de origem. Ao partilhar sentimentos de pertença comuns, as redes podem conduzir ao aparecimento de comunidades com afinidades culturais comuns e sentimentos de pertença “a um todo” comum e objectivos.

Albuquerque (2008:117) admite que as redes sociais favorecem canais de interação para que os indivíduos possam obter benefícios e que é mediante esses laços que se adquirem normas de reciprocidade necessários para estimular a atenção dos indivíduos para com o bem estar dos outros.

A existência de redes organizadas em determinado ponto de destino é um dado fundamental para desencadear uma mobilidade migratória. O estudo das redes é

---

<sup>24</sup> Citado em Castro, Isabel (2006:12). *Problemática qualitativa e quantitativa do ‘capital social’*. Uma explicação. Lisboa, ISEG/ SOCIUS

um instrumento fundamental para compreender as conexões, legais ou não, os percursos dos imigrantes, as formas de integração dos imigrantes em sociedades de acolhimento.

Có (2007:17) considera as redes como “agentes” de incorporação dos migrantes que são sustentadas em “ teias de relações sócio-culturais específicas em determinados contextos”.

Para Bauer *et al* (2001:1)<sup>25</sup> as decisões de localização dos imigrantes são afectadas por três canais: fornecimento de informações sobre o mercado de trabalho das regiões onde os imigrantes se dirigem, aumento de vantagens dos migrantes em função dos bens étnicos disponíveis no local de destino e esperança de ajuda dos migrantes antigos na fixação dos imigrantes no destino. As redes não actuam apenas para direccionar os imigrantes, apoiam na acomodação inicial e na procura de emprego .

### **2.3.2. As redes sociais clandestinas**

A imigração ilegal ou irregular é sustentada por redes invisíveis que se instalam tanto no país de origem como de destino dos imigrantes. Estas redes são tão importantes como as redes legais considerando que sem elas não existiria imigração irregular.

A literatura que se tem debruçado sobre a migração, tem associado a imigração ilegal a uma rede de contrabandistas que fazem dos movimentos migratórios um dos negócios mais lucrativos da história moderna. Estas redes são tão eficientes como as redes oficiais devido ao facto de usarem tecnologias modernas de informação que lhes facilitam estabelecer contactos com os seus clientes e com

---

<sup>25</sup> Citado em Soares (2002:22)

uma rede de intermediação que se instalou não só nos países de origem e destino dos migrantes, como também nos países por onde os migrantes terão que transitar.

Peixoto (2007:72) diferencia tráfico de contrabando de migrantes nos termos em que o primeiro conceito refere-se a fenómenos ligados a violência, fraude e exploração, enquanto o segundo se refere a introdução clandestina de migrantes ou apoio a pessoas que se introduzem de forma ilegal num país. O autor considera ainda que as principais variáveis que diferenciam a migração “normal” de trabalho e formas de tráfico e contrabando de migrantes é a existência de um agente externo que desempenha o papel de intermediário e o estatuto irregular/ilegal do contrabando/smuggling . Neste sentido, tanto o tráfico como o contrabando de imigrantes são partes de redes clandestinas de apoio a movimentos irregulares de imigrantes.

As redes clandestinas que suportam a imigração ilegal podem ser constituídas por organizações clandestinas que fazem deste fenómeno um negócio e familiares e parentes carregados de espírito de consangüidade e ajuda.

### **2.3.3. As redes como capital social**

O conceito de capital social tem uma significação múltipla e transversal. Ele pode se transformar em capital económico, capital humano, capital intelectual, capital financeiro, etc. Contudo, a sua origem é sociológica.

O ponto de partida para o entendimento do capital social deve ser o relacionamento entre os membros e grupos de pessoas nas redes sociais que é construído a partir de factores que obedecem a um conjunto de regras, valores, normas que são condicionadas por factores políticos e culturais. Eles constituem mais-valia para a inclusão social dos imigrantes em comunidades transnacionais organicamente estabelecidas e organizadas, que passam informação e conhecimento.

Portes (2000:134) considera Pierre Bourdieu como o primeiro teórico que fez uma análise sistemática contemporânea do capital social.

Bourdieu (1985:248)<sup>26</sup>, considerado um dos grandes estudiosos do tema na França, define capital social como um agregado de recursos efectivos ou potenciais que estão ligados a uma rede de relação duráveis e mais ou menos institucionalizadas de conhecimento recíproco. O capital social é um recurso que os indivíduos e grupos sociais possuem. Este autor<sup>27</sup> acentua que o capital social é constituído por relações de redes de apoio mútuo ao indivíduo e a sua classe social. Ele é propriedade do indivíduo e de um grupo, permite às pessoas ter êxitos na competição social. Como propriedade do indivíduo propicia benefícios privados e individuais, facilita obter informação, profissões, favores e benefícios privados e individuais. Estes benefícios podem vir da área da economia ou de ciências sociais.

Sobre esta matéria Portes (2000:135) aprecia a análise de Bourdieu como a que:

“ apresenta maior refinamento teórico entre aquelas que introduziram o termo no discurso sociológico contemporâneo. O tratamento que dá ao conceito é de índole instrumental, centrando-se nos benefícios pelos indivíduos em virtude da participação em grupos e, na construção deliberada de sociabilidades tendo em vista a criação de capital... O conceito de Bourdieu estabelece uma unidade entre o estabelecimento de uma relação social que permite que os indivíduos reclamem acesso aos recursos na posse do grupo e a quantidade e qualidade desses recursos”.  
( cf. Vasconcelos, 2011: 14)

---

<sup>26</sup> Citado em Có (2006:7).

<sup>27</sup> Citado em Milani, Carlos (2003: 12): *Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas* (Bahia, Brasil, IV Conferência Regional ISTR – LAG, San José, Costa Rica, 8 -1º de Outubro, 2003.)

O conceito de capital social foi estudado também por James Coleman. Coleman é considerado por Vasconcelos (2011:18) como um dos maiores defensores da escolha racional. Segundo esta abordagem as escolhas racionais dos indivíduos são orientadas em função de critérios utilitários. Assim, as organizações e as normas culturais seriam o resultado de escolhas racionais dos indivíduos.

Para Coleman (1988<sup>a</sup>:98; 1990:302)<sup>28</sup>:

“ O capital social, definido pela sua função, seria o conjunto de recursos sócio-estruturais (não uma única entidade, mas uma variedade de entidades) com dois elementos em comum: consistem em algum aspecto da estrutura social (no sentido de redes sociais; facilitam certas acções dos indivíduos, pessoas ou organizações, que estão dentro dessa estrutura.)” ( cf. Portes, 2000<sup>a</sup>:136).

O capital social seria o resultado de relações não formais que se estabelecem na família, com os amigos, com os conhecidos que não tendo carácter económico acaba tendo impacto económico.

A função do capital social na óptica de Portes (2000:141) consiste no controlo social, fonte de apoio familiar e de benefícios através de redes extrafamiliares.

Existe entre a ideia de capital social de Coleman e a de Bourdieu alguma convergência. Esta convergência consiste no carácter intangível que os dois atribuem ao capital social em relação a outras formas de capital como o económico ou humano. O capital social se estabelece nas relações com os outros, que são a “ fonte dos seus benefícios.”

---

<sup>28</sup> Citado em Vasconcelos (2011:18)

Um dos teóricos que contribuiu para a noção de redes como capital social foi Putnam, que embora não as tenha conceptualizado, a sua caracterização foi significativa para a sua compreensão e para o nascimento de outras abordagens. De acordo com Putnam (1993: 167)<sup>29</sup> “ social capital here refers to features of social organization, such as trust, norms, and networks, that can improve the efficiency of society by facilitating coordinated actions.”

Vasconcelos (2011:21) considera Robert Putnam como o grande cientista responsável pela popularização da expressão capital social. Para este autor a definição de capital social de Putnam aproxima-se de associativismo gerador de “confiança generalizada, civismo e desenvolvimento sócio-económico.”

Martelão e Silva (2004:4)<sup>30</sup> fazendo fé no conceito de Putnam considera capital social como um agregado de normas, valores, instituições compartilhadas que facilitam a cooperação entre diferentes grupos sociais. Desta feita, e segundo o autor, o relacionamento deve envolver, no mínimo, duas pessoas e a constituição de redes sociais, o que é condicionado por factores de natureza cultural, política e social.

Có (2006:8) sustenta que o capital social corresponde a capacidade de o indivíduo interagir com os seus pares, podendo este beneficiar-se de uma posição e aprovação favoráveis apoiadas pelo nível de confiança e de comunhão de valores. Nesta perspectiva, o capital social pode ser comparado a posição social que o indivíduo assume no seu colectivo ou de referência.

O capital social terá contribuído, sobremaneira, no surgimento de redes sociais a vários níveis: individual e institucional. Ela tem um grande impacto nas relações

---

<sup>29</sup> Citado por Albuquerque (2008:116):

<sup>30</sup> Esta definição é baseada na de Putnam e foi extraída de Reis, Bruno Pinheiro W. (2003.44): Capital Social e Confiança: Questões de Teoria e Método. In, *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 21, p. 35 -49, nov. 2003.

humanas, entre grupos e estruturas sociais. Tem, também, impacto entre indivíduos ou entre estes e a comunidade, considerando que o conceito de comunidade sugere confiança, solidadriedade, convivência, protecção, valores, normas, segurança (Zygmunt, 2003:7).

Milani (2003:19-20) defende que as redes propiciam o fluxo e o intercâmbio de informação e criam espaços para a comunicação emergir, o que é fundamental para sistemas sociais ricos em capital social e, por essa razão, permite que opiniões e conhecimentos sejam partilhados.

Considera-se que a teoria do capital social de Bourdieu dá primazia às relações sociais, enquanto que a de Putnam dá ênfase ao grupo (Bequero, 2005: 90).

O capital social apresenta-se com duas dimensões: individual e colectiva. Individual por que este pode alocar recursos que ele disponibiliza e utilizá-los para seu próprio benefício; e colectiva, na medida em que tem como ponto de partida as relações de um grupo ou rede social.

Baquero (2005:90) estrutura as categorias do capital social em:

- **Relacional:** quando compreende as relações, laços e trocas que ligam os indivíduos numa rede;
- **Normativa:** que inclui os comportamentos e normas dum grupo;
- **Cognitivo:** que compreende conhecimentos e informações disponibilizados por determinado grupo;
- **Confiança no ambiente social:** que compreende confiança no comportamento de indivíduos em um dado ambiente social;
- **Institucionais:** que inclui as instituições formais e informais que estruturam os grupos e estabelecem as regras para a interacção social e o nível de cooperação e coordenação.

Os aspectos do capital social são divididos em:

- **Primeiro nível:** leis, normas e conhecimento. Este tipo de capital é condição para o surgimento do segundo;
- **Segundo nível:** os relacionados e desfrutados pelo grupo, como confiança no ambiente social, presença de instituições, aspectos individuais.<sup>31</sup>

Para certos autores o conceito de capital social deve ser abordado na sua relação com um conjunto de factores que contribuem para que várias pessoas possam estabelecer uma cooperação eficiente e duradoura.

As redes sociais são um fenómeno de capital social porque estabelecem canais de comunicação e informação entre migrantes entre o destino e o ponto de partida.

Martelão e Silva (2004:4) destacam que:

“o capital social possui uma natureza multidimensional. A visão mais estreita o define como um conjunto de normas e redes sociais que afectam o bem estar da comunidade na qual estão inscritas, facilitando a cooperação entre os seus membros pela diminuição do custo de se obter e processar informação.”

Baquero (2003:13) estabelece alguns indicadores para o capital social como obrigação, confiança, fluxo de informações, amigos, cultura, normas, redes e engajamento cívico.

As redes sociais para que sejam consideradas como capital social devem inspirar alguma confiança ao fornecer informação fidedigna aos imigrantes.

---

<sup>31</sup> Baquero, Raquel da Cunha (2005:91): Um estudo do capital social gerado a partir de Redes Sociais Orkut e nos Weblogs. In, *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, no. 28. dezembro 2005. quadrimestral

**Ninguém imigra sem equacionar os custos que isto representa, incluindo custos monetários.**

**Para Castles (2005:56):**

**“capital social refere-se aos relacionamentos necessários para migrar de modo seguro e eficiente no que respeita a custos. É bem sabido que a maioria dos migrantes segue por caminhos trilhados e se dirige para locais onde os seus compatriotas estabeleceram já uma ponte, simplificando a procura de trabalho e de alojamento e permitindo enfrentar os obstáculos burocráticos.”**

**Capital social refere-se a um processo de interacção, de relações sociais, de valores, convicções entre indivíduos e entre instituições.**

**Có (2004:8) afiança que quando o capital social tem um elevado grau, isto permite maior harmonização, cooperação, enquadramento e melhor integração entre os agentes sociais.**

## **2.4. Globalização e transnacionalismo**

**As migrações internacionais continuam a estar no centro das preocupações de um mundo onde as fronteiras físicas já não constituem barreiras intransponíveis para os cidadãos de muitos países. Hoje, as pessoas não são fechadas nos limites das suas fronteiras. Têm procurado outros espaços territoriais que acham poder proporcionar-lhes melhores condições de vida que aquelas que eles têm experimentado nos seus países de origem.**

**A globalização é um fenómeno que se afirmou à escala mundial. Não se pode falar das relações entre povos sem tocar áreas confinadas a aldeia global. A globalização, para além de ser um fenómeno amplamente discutido ao nível**

económico, se tornou um paradigma sociológico, político, antropológico e cultural.

Para uns trás o bem estar, para outros serve apenas os mais fortes abrindo cada vez mais as portas da injustiça. Os adversários da globalização defendem que os países pobres saem a perder num mundo onde os ricos ditam as regras do jogo político e económico.

Apesar das divergências na abordagem a realidade é clara: o mundo está se tornando cada vez mais pequeno e plano.

A globalização tem facilitado a partilha de ideias políticas, económicas, culturais, entre as nações do mundo.

Brum e Bedin (2003:10), apoiando-se em Santos (1999:48) consideram a globalização como um dos mais significativos acontecimentos políticos, económicos e sociais das últimas duas ou três décadas e constitui um marco simbólico-referencial da emergência do novo século XXI. Ela é uma fase da história humana que possui um alcance planetário e que exige a elaboração de novos paradigmas para a compreensão da realidade actual.

A globalização transformou o planeta terra num lugar para todos. Os vínculos entre nações tornaram-se mais estreitos e as relações mais complexas. Neste mundo globalizado está se tornando claro que os problemas que afectam estados de modo singular deixaram de ser coisas domésticas e passaram a ter um carácter internacional.

Os mesmos autores (Ibid, 2003:13) arrolam as seguintes causas da globalização:

- A queda do comunismo;
- A emergência de indústrias artificiais;
- Crescimento, deslocação e envelhecimento da população mundial;

- Surgimento de uma economia mundial desterritorializada;
- Configuração do mundo como um espaço político multipolar.

Outros factores que os autores avançam têm a ver com factores de natureza demográfica, tecnológica, política e institucional.

Robertson (2000:23) afirma que:

“A globalização, como conceito, refere-se, ao mesmo tempo, à compreensão do mundo e à intensificação da consciência do mundo como um todo. As ações e os processos aos quais o conceito de globalização agora se refere vêm ocorrendo, com algumas interrupções, por muitos séculos, mas o foco principal da discussão da globalização está centrado em tempos relativamente recentes.”

Este sociólogo periodiza a globalização<sup>32</sup> com base nas seguintes fases e características específicas:

a) *Fase I: A fase embrionária* (começo do século XV até a metade do século XVIII), cujos traços foram:

- Decadência do sistema transnacional medieval;
- Acentuação das ideias do indivíduo e das ideias em relação à humanidade;
- A teoria heliocêntrica do mundo;
- Início da geografia moderna e a difusão do calendário gregoriano.

b) *Fase II: A fase incipiente* (desde metade do século XVIII até década de 1870), manifestada através de:

---

<sup>32</sup> Robertson, Roland (2000: 88-89): *Globalização: Teoria Social e Cultura Global*. Petrópolis, Editora Vozes

- Mudança em relação à ideia do estado unitário homogêneo;
- Cristalização de conceitos em relação as relações internacionais formalizadas e de indivíduos padronizados como cidadãos;
- Conceito mais concreto do género humano;
- Aumento de agências e convenções internacionais e transnacionais;
- Começo da admissão de sociedades não europeias na sociedade internacional e
- Tematização da questão à volta do nacionalismo-internacionalismo.

c) *Fase III: A fase da decolagem* (desde a década de 1870 até metade da década 1920), caracterizada por:

- Tematização do problema da modernidade;
- Tematização de ideias relacionadas com identidades nacionais e pessoais;
- Inclusão de sociedades não europeias na sociedade internacional;
- Globalização das restrições sobre imigração;
- Aumento das formas globais de comunicação;
- Desenvolvimento de competições internacionais;
- Implementação a nível global do calendário gregoriano;
- Primeira Guerra Mundial.

d) *Fase IV: A fase da luta pela hegemonia* (começo da década de 1920 até primeira metade da década de 1960), com foco em:

- Disputas e guerras pela hegemonia global;
- Criação da Liga das Nações e das Nações Unidas mais tarde;
- Guerra Fria;
- Cristalização do Terceiro Mundo.

**e) Fase V: A fase da incerteza (início da década de 1960 e início da década de 1990) destaca-se pelo seguinte:**

- **Intensificação da consciência global;**
- **Acentuação de valores pós-materialistas;**
- **Fim da Guerra Fria e crescimento do problema dos direitos;**
- **Crescimento do número de instituições e movimentos globais;**
- **Rápida aceleração dos meios de comunicação globais;**
- **Sociedades enfrentam os problemas de multinacionalidade e polietnicidade;**
- **Direitos cívicos se tornam cada vez mais globais, etc.**

**O desabamento do Sistema Socialista contribuiu de alguma forma para que as portas dos movimentos migratórios se abrissem para diferentes direcções do planeta, tornando este fenómeno globalmente transnacional. A mobilidade das pessoas não só se direccionou nesse sentido, como também no sentido intracontinental.**

**A globalização como fenómeno à escala mundial gerou, no campo dos fenómenos migratórios, um outro fenómeno – o transnacionalismo.**

**Peralva (2008:17) defende que a evolução das tecnologias, a integração cultural, as competências desenvolvidas pelos migrantes e a economia informal transformaram os fenómenos migratórios da actualidade de migrações- urbanas e internacionais às migrações transnacionais.**

**Segundo Castles (2005:43-44):**

**“A globalização, definida como a proliferação de fluxos transfronteiriços e de redes transnacionais, alterou o contexto das migrações. As novas tecnologias de comunicação e de transportes permitem fluxos frequentes e**

multidireccionais de pessoas, de ideias e de símbolos culturais. O desgaste da soberania e da autonomia do estado-nação enfraquece os controles fronteiriços e a assimilação.”

De acordo com Portes (2006:208) o termo “ *transnacional*” não é recente. Em 1916 Randolph S. Bourne num texto intitulado “ *Transnational America*” defende que a América prestava maus serviços aos seus cidadãos e aos imigrantes ao pressionar estes últimos a assimilar uma cultura homogênea em detrimento da sua herança cultural.

Contudo, Nunes (2008:111) sustenta que o termo ‘transnacional’ ganhou fôlego no início dos anos 1990 quando um grupo de antropólogos o moldou para designar as actividades ‘multisituadas’ empreendidas por imigrantes haitianos para além das suas fronteiras nacionais.<sup>33</sup>

Citando Basch *et al* (1994:6), Nunes (2008:111) afirma que o transnacionalismo foi definido como um processo através do qual os transmigrantes forjam e mantêm relações sociais, económicas e políticas com as sociedades de origem e acolhimento e através destas relações criam campos que cruzam fronteiras nacionais – campos transnacionais.

A vida dos transmigrantes é uma vida dividida pelas regiões onde mantêm contactos com redes sociais, políticas, económicas, familiares, de parentesco, de conterrâneos.

Bourne (1916:90-91)<sup>34</sup> assevera que:

---

<sup>33</sup> Nunes (2008:111) cita, para fundamentar a sua tese, Bash, Glick-Schiller, Blanc-Szanton (1994) e Glick-Schiller e Fourn (1999).

<sup>34</sup> Citado em Portes, Alejandro (2006:208): Estudos Sobre as Migrações Contemporâneas: Transnacionalismo, empreendedorismo e a Segunda Geração. Editora Fim do Século (s/l)

**“Do mesmo modo que tendemos a desintegrar estes núcleos de cultura nacionalista, tendemos também a criar hordas de homens e mulheres sem um país espiritual, fora-da-lei culturais sem gosto, sem padrões que não sejam os da multidão... aqueles que vieram em busca da liberdade encontram apenas o abuso, tornando-se assim nos destroços da vida norte-americana.”**

**O termo foi também usado para designar empresas globais. Autores como Guarnizo e Smith cunharam os termos “ transnacionalismo dos poderosos” e “popular” para designar actividades de governos e empresas, assim como actividades relacionadas com imigrantes e comerciantes.**

**Dada a multiplicidade de significados o autor que temos vindo a citar distingue várias actividades que são levadas através das fronteiras nacionais como:**

- Internacionais (aquelas que são dirigidas noutros países por Estados e outras instituições com sedes nacionais);**
- Multinacionais (as que são conduzidas por instituições e que transcendem as fronteiras de um único Estado-nação. Apesar destas terem sede num país, os seus interesses envolvem-as na vida social, política e económica de vários países (Ibid, 2006: 209).**

**Portes (2006:210-211) designa como**

**“transnacionais as actividades iniciadas e mantidas por actores não-institucionais, sejam eles grupos organizados ou redes de indivíduos, através das fronteiras nacionais. Muitas destas actividades são informais, o que significa que ocorrem à margem dos limites da regulação e do controlo estatais. Mesmo quando supervisionadas por agências do Estado, a principal característica das actividades transnacionais consiste no facto de representarem iniciativas direccionadas para objectivos concretos, que requerem a coordenação transfronteiriça por parte de membros da**

sociedade civil. Estas actividades são realizadas em nome destes últimos e não em nome do Estado ou de outras entidades colectivas.”

**O transnacionalismo enquanto fenómeno relacionado com as migrações interconecta extremidades constituídas pelo local e pelo global.**

**Para Portes (2004:75):**

“ (...) o conceito de transnacionalismo, tal como é utilizado na literatura actualmente produzida, se refere antes de mais às actividades transfronteiriças de actores de base privados, nele se incluindo os imigrantes.” (cf.Castles, 2005: 80)

**Outros teóricos ligam o transnacionalismo a outros fluxos migratórios como Castles (2005:44) que defende:**

“há, hoje em dia, um reconhecimento generalizado de que a mobilidade populacional transfronteiriça está inextricavelmente ligada a outros fluxos que compõem a globalização e que as migrações são uma das principais forças de transformação social do mundo contemporâneo. Este facto faz dela um elemento vital para a compreensão das causas e das características das migrações internacionais, bem como dos processos de instalação e de transformação social a que dão origem”.

**O conceito transnacionalismo tem a ver com actividades de migrantes entre dois pólos: os países de origem e os de destino. Em princípio, o fenómeno foi abordado por cientistas sociais como estando ligado a deslocações de pessoas dos seus países de origem para outros onde as condições de vida eram melhores, ou assim consideradas.**

**O transnacionalismo seria um fenómeno que liga imigrantes às suas origens.**

**Para Castles (2005:75-76) a pertença a uma comunidade transnacional é a forma de substituição de pertença a um Estado-Nação, pois as comunidades transnacionais têm algo de comum que as mantêm coesas e solidárias no exterior como é o caso de “ identidade comum” de pessoas da “ mesma etnia”. A**

protecção que deveria ser feita pelo Estado-nação passa agora para a comunidade transnacional.

O transnacionalismo gera comunidades que, vivendo em países de destino, mantêm laços duradouros de vária natureza com os seus países de origem. A estas comunidades convencionou-se chamá-lhes de transmigrantes. Transmigrantes seria uma espécie de nova cidadania de pessoas que vivem as suas experiências entre duas ou mais nações e que por essa razão reclamam o exercício dos seus direitos culturais, políticos, sociais e económicos nesses espaços territoriais.

Segundo Peralva (2008:s/p):

“Na temática, mais recente, das migrações transnacionais, o fenómeno migratório ganha um grau bem maior de autonomia em relação aos espaços institucionais que acolhem os migrantes. Como consequência, a questão da ‘integração’ perde muito da importância e da centralidade que teve até um passado recente. A circulação migratória constrói relações multilocalizadas que atravessam as fronteiras dos Estados – nações. Ela delinea um espaço social próprio que se sobrepõe a essas fronteiras, fazendo emergir territórios autónomos em relação aos Estados, e dando origem á formas sociais particulares e diversificadas.”

É uma exigência nova que coloca países que se confrontam com a realidade migratória perante um desafio que no século XXI vai despoletar e abrir discussões acaloradas na ordem política internacional.

Existem discussões que colocam transnacionalismo e diáspora como duas faces da mesma moeda.

Castles (2005:77) defende que “não existe demarcação clara entre as noções de comunidade transnacional e de diáspora: certos autores utilizam-nas como sinónimos, outros para se referirem a diferentes tipos de grupos”.

O mesmo autor sustenta que existem teóricos que ligam transnacionalismo a motivos de natureza económica, política e cultural e diáspora a dispersão forçada

como aconteceu com a imigração dos judeus para Israel – imigração de retorno. Castles cita como exemplo de autores, Amit e Semyonov (2006:11).

**Historicamente e segundo Neves e Rocha-Trindade (2008:165):**

“ o termo diáspora tem origem grega e significa dispersão. Foi frequentemente utilizado no passado para designar situações de êxodo forçado de populações, em situações angustiantes, tal como aconteceu em razão das perseguições ao povo judeu e, igualmente, como fuga ao genocídio de que foi vítima a população da Arménia:” (cf. Vertoc, 2006; Cohen, 1996; Castles, 2005).

O transnacionalismo seria um fenómeno em que cidadãos que se encontram em outros países, mantêm-se ligados aos seus países de origem por laços económicos, políticos, culturais e religiosos e diáspora um fenómeno de imigração forçada por razões de natureza política, religiosa, guerras, exploração ou outras. A escravatura enquadra-se nesta última categoria.

### **CAPÍTULO III: ITINERÁRIO METODOLÓGICO**

### **3.1. O paradigma qualitativo**

Para a realização deste estudo foi feita uma pesquisa de cariz qualitativa para explorar, descrever e compreender o fenómeno imigração ilegal. Estudos desta natureza requerem este tipo de abordagem por se tratar de um fenómeno social.

A pesquisa qualitativa é, na óptica de Appolinário (2004:155) uma modalidade segundo a qual os dados são colectados através de interacções sociais e sujeitos a uma análise subjectiva pelo pesquisador. Ela incide sobre os fenómenos, sobre a interpretação de factos.

Segundo Carmo e Ferreira (2008:195) “o paradigma qualitativo postula uma concepção global fenomenológica, indutiva, estruturalista, subjectiva e orientada para o processo, própria da Antropologia Social:”

Para Richardson *et al* (1999:80) as pesquisas que usam o paradigma qualitativo

“podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos”.

Moreira (2002:57) aponta algumas das características básicas da pesquisa qualitativa como:

- Foco na interpretação que os participantes têm na situação em estudo;
- Subjectividade uma vez que o foco da pesquisa é a perspectiva dos participantes;
- Flexibilidade na condução da pesquisa;
- Preocupação com o contexto já que o comportamento das pessoas é determinado pelo ambiente;

- Impacto do processo de pesquisa sobre a situação de pesquisa, quer dizer o pesquisador exerce influência sobre a situação de pesquisa e é influenciado por ela.

As migrações internacionais enquadram-se dentro de estudos sociais e o paradigma qualitativo adequa-se à natureza desta investigação.

### 3.2. O paradigma quantitativo

Ainda que o paradigma dominante tenha sido o qualitativo, a análise e comparação dos dados recolhidos a partir das entrevistas e questionários foi feita com base no paradigma quantitativo.

Carmo e Ferreira (2008:195) afirmam que “o paradigma quantitativo postula uma concepção global positivista, hipotético-dedutiva, particularista, orientada para os resultados, própria das Ciências Naturais.”

Este paradigma recomenda o uso de métodos quantitativos, onde as informações e os dados recolhidos durante o processo da pesquisa são quantificáveis.

Appolinário (2004:155) define pesquisa quantitativa como uma modalidade onde variáveis predeterminadas são medidas e expressas em números.

Recolhidos os dados fez-se uma análise comparativa entre os resultados conseguidos nas instituições onde se fez a pesquisa. Esta comparação ajudou a compreender melhor o fenómeno.

O Paradigma quantitativo é, segundo Richardson *et al* (1999:70), “frequentemente aplicado nos estudos descritivos, naqueles que procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis, bem como nos que investigam a relação de causalidade entre fenómenos.”

Na pesquisa quantitativa o tratamento de dados através de estatísticas é o caminho mais usado.

A característica dos métodos quantitativos consiste, segundo Backstrom (2008: 11) na observação de fenómenos, formulação de hipóteses, controlo de variáveis, selecção dos sujeitos da investigação, verificação de hipóteses, uso de modelos matemáticos para testar as hipóteses.

Com este método pretende-se que os resultados da pesquisa sejam generalizados. O método tem, também, como finalidade estabelecer uma relação entre as causas e os efeitos dos fenómenos.

### **3.3. Método: estudo de caso**

O estudo de caso é uma abordagem metodológica que procura compreender, explorar, explicar e descrever fenómenos sociais. O estudo de caso é uma abordagem aplicada nas pesquisas de campo. Este método permite que os dados observados directa e indirectamente sejam recolhidos com ajuda de diários de campo e entrevistas.

A natureza desta pesquisa exige o recurso ao método de estudo de caso que, de acordo com Yin (2010:39), “ é uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não são claramente evidentes.”

Os imigrantes ilegais somalis constituem um caso específico no conjunto de imigrantes ilegais que demandam o território moçambicano.

Segundo Freixo (2010:110):

“a sua (refere-se ao estudo de caso) base é essencialmente o trabalho de campo ou ainda a análise documental, estudando uma dada entidade no

seu contexto real tirando todo o partido de fontes múltiplas com recurso a entrevistas, observações, documentos e artefactos.”

O estudo de caso é um recurso fundamental na investigação social na medida em que permite ao pesquisador estudar determinados fenómenos da realidade social com uma certa profundidade.

Bell (1993:8) afirma que:

“the great strength of the case-study method is that it allows the reseacher to concentrate on a specific instance or situation and to identify, or attempt to identify, the various interactive process at work. These process may remain hidden in a large-scale survey but may be crucial to the success or failure of systems or organizations.”

Fazendo fé em Adelman *et al* (1977) Bell (1993:3)<sup>35</sup> considera o estudo de caso como um termo guarda-chuva para uma família de métodos que têm como focos questionário sobre eventos.

Podemos destacar alguns dos objectivos do estudo de caso como:

- Explorar, descrever ou explicar fenómenos;
- Relatar factos, descrever situações ou factos;
- Proporcionar conhecimentos acerca do fenómeno estudado;
- Descrever, analisar e avaliar fenómenos.<sup>36</sup>

---

<sup>35</sup> Bell, Judith (1993:8): *Doing Your Research Project: A Guide for First- Time Researchers in Educational and Social Sciences*. Esta é a citação original: “Case study has been described as ‘an umbrella term for a family of research methods having in the decision to focus on inquiry around an instance’”

<sup>36</sup> Estes objectivos foram resumidos a partir de um trabalho de estudantes do Curso de Mestrado em Educação, Área de Especialização em Tecnologia Educativa, Unidade Curricular: Métodos de Investigação em Educação da Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia. Este trabalho foi publicado em Janeiro de 2008 por aquela Universidade com o título: “*Estudo de Caso*”. O trabalho foi realizado pelos seguintes estudantes: Cidália Araújo (Aluno no. 10538),

O contacto com imigrantes aconteceu no Centro de Maratane, que é o maior centro de concentração de refugiados e imigrantes que são surpreendidos ilegalmente em Moçambique. Os somalis são, como os outros imigrantes, acolhidos aqui antes dos procedimentos que incluem o seu registo e posterior recambiamento para o país de origem.

Através deste método foi possível compreender o fenómeno do ponto de vista dos imigrantes, aliás como é que eles próprios interpretam os motivos que estão na origem do abandono do país e de escolher Moçambique como destino preferencial. Esta percepção foi sujeita a uma análise global por parte da nossa parte para tentar apurar a lógica e a coerência das afirmações dos objectos de estudo.

### **3.4. Amostra e respectiva caracterização**

Um levantamento amostral é para Moreira (2002:30)<sup>37</sup> “ um procedimento sistemático para coletar informações que serão usadas para descrever, comparar ou explicar fatos, atitudes, crenças e comportamentos.”

---

Emília M. F. Pinto (Aluno no. 10660), José Lopes (Aluno no. 10879), Luís Nogueira (Aluno no. 10870) e Ricardo Pinto (Aluno no. 11317).

<sup>37</sup> Moreira (2002:30) define as seguintes etapas para o levantamento amostral:

- ” estabelecimento de objectivos para a coleta de informações;
- elaboração do projecto de pesquisa;
- a preparação de um instrumento para a coleta de dados válido e confiável;
- a administração e a pontuação do instrumento;
- a análise de dados; a comunicação dos resultados ao público interessado”.

Os dados empíricos para esta pesquisa foram recolhidos através de entrevistas aos imigrantes somalis que se encontram no Centro de Acolhimento de Refugiados de Maratane, ao Representante do ACNUR, ao Chefe do Departamento de Protecção e Serviços Sociais do INAR, ao Chefe de Repartição de Estrangeiros na Direcção Nacional de Migração (MINT) e ao Responsável do Centro de Refugiados de Maratane, num total de 14 entrevistas. Também foi aplicado um inquérito por questionário aos técnicos ligados às migrações das seguintes instituições: MINT, OIM, INAR e Centro de Refugiados de Maratane, num total de 4 questionários.

### **3.4.1. Caracterização da amostra do inquérito por entrevista**

Foram conduzidas entrevistas semi-estruturadas. Elas constituíram um dos instrumentos básicos para conduzir a recolha de dados. Permitiram captar informações/dados sobre variados assuntos e tiveram a vantagem de o entrevistador, a partir de questões previamente formuladas, poder no decurso das entrevistas, colocar outras questões em função das respostas que os entrevistados iam dando.

Segundo Moreira (2002:55), na entrevista semi-estruturada,

“o entrevistador pergunta algumas questões em uma ordem predeterminada, mas dentro de cada questão é relativamente grande a liberdade do entrevistado. Além disso, outras questões podem ser levantadas, dependendo das respostas dos entrevistados, ou seja, podem existir questões suplementares sempre que algo de interessante e não previsto na lista original de questões aparecer.”

A entrevista semi-estruturada situa-se entre a entrevista estruturada e não estruturada ou completamente aberta. É um tipo de entrevista que não obedece a esquemas e roteiros rígidos.

**Appolinário (2004:71) define entrevista semi-estruturada como o**

**“Tipo de entrevista que possui componentes estruturados e não estruturados, ou seja, há um roteiro de perguntas preestabelecidas a serem feitas ao respondente, mas há também um espaço para discussão livre e informal de determinado tema do interesse do pesquisador.”**

**As perguntas foram estruturadas de acordo com o tema central da pesquisa, o objectivo geral e os específicos. De modo a sistematizar melhor os dados recolhidos, as questões das entrevistas foram categorizadas segundo tópicos centrais, como:**

- Caracterização dos imigrantes;**
- Motivações dos imigrantes;**
- Rotas migratórias;**
- Redes sociais;**
- Integração e expectativas dos imigrantes;**
- Políticas de integração formuladas pelo governo;**
- Documentação dos imigrantes.**

**As entrevistas foram registadas num bloco e simultaneamente gravadas para facilitar a sua transcrição e análise.**

**Em certo momento houve necessidade de focalizar a entrevista ao notar que os entrevistados mostravam algum desconforto perante questões que para eles deviam constituir matéria de segredo.**

**A amostra foi constituída por 10 imigrantes e 4 técnicos das instituições que se têm lidado com os problemas das migrações internacionais em Moçambique, designadamente:**

O Instituto Nacional de Apoio aos Refugiados,<sup>38</sup> que é uma instituição do Ministério dos Negócios Estrangeiros criada para tratar de apoiar os cidadãos de outros países que entram em Moçambique na situação de refugiados. Assim, foi preocupação do estudo analisar de que modo esta instituição tem se lidado com os imigrantes que entram no país na situação de refugiados quando, na verdade são imigrantes ilegais.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados é um organismo das Nações Unidas, criado para se lidar com os refugiados. Os imigrantes ilegais podem entrar no país sob a capa de refugiados, por isso foi fundamental contactar esta instituição para saber de que maneira se lida com esta problemática ou qual é a sua intervenção. O ACNUR apoia o INAR em recursos financeiros e materiais.

O Ministério do Interior – Direcção Nacional das Migrações. Uma das atribuições deste Ministério é o controlo da inviolabilidade das fronteiras nacionais. Ao escolher esta instituição como amostra pensamos no facto de que ela, através da polícia que guarda fronteiras, estava em condições de fornecer informações que ajudassem a abordar o lado ilegal do fenómeno e em que zonas do país existe maior vulnerabilidade das fronteiras moçambicanas.

Os imigrantes somalis que se encontram no Centro de Acolhimento de Maratane. A escolha desta amostra teve uma certa relevância na medida em que são actores principais do estudo. Eles são detentores íntegros e insubstituíveis das verdades à volta das quais repousa a motivação para escolher Moçambique como destino preferido.

---

<sup>38</sup> *O Instituto Nacional de Apoio aos Refugiados* é uma instituição de direito dotada de personalidade jurídica e autonomia administrativa e subordina-se ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique. Tem como objectivo receber, acomodar e acompanhar os candidatos ao estatuto de refugiados.

A Organização Internacional para as Migrações foi criada em 1951 para assistir, assessorar e capacitar os Estados nos desafios que se impõem na gestão das migrações, promoção do desenvolvimento social e económico através da migração, na garantia do respeito da dignidade humana e do bem-estar dos migrantes, na promoção da cooperação internacional no âmbito das políticas migratórias. A OIM actua, sobretudo, nas áreas de combate à migração forçada, migrações e desenvolvimento, facilitação e regulação/gestão da migração.

O nosso objectivo era colher informação sobre como é que esta organização tem se envolvido no apoio aos migrantes que, por várias razões, escalam Moçambique.

Os quadros abaixo (*Quadros 7 e 8*) ilustram a população-amostra e as instituições que foram objecto da investigação.

**Quadro 7: Amostra de entrevistas**

Instrumentos de levantamento de dados	Instituição	Nºde entrevistas
Inquérito por Entrevista	Instituto Nacional de Apoio aos Refugiados (INAR)	1
	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)	1
	Ministério do Interior (MINT)/ Direcção Nacional das Migrações	1
	Organização Internacional para as Migrações (OIM)	1
	Imigrantes do Centro de Acolhimento dos Refugiados de Maratane	10
	Total	14

### **3.4.2. Caracterização da amostra do inquérito por questionário**

Os questionários foram dirigidos a outros técnicos ligados aos departamentos e repartições que se lidam com a migração. O meu objectivo era cruzar os dados provenientes das duas fontes (entrevistas e questionários) e ter o ponto de vista de pessoas, digamos imparciais.

Os questionários têm a vantagem de proporcionar o tratamento de dados estatísticos de maneira objectiva. Elas serviram de instrumentos de auxílio às entrevistas na colecta de informação.

Normalmente, os chefes têm a tendência de fornecer uma informação que não pode pôr em causa o sistema ou a instituição que dirigem.

As questões dos questionários foram elaboradas de acordo com os objectivos do estudo e arrumadas em função de grandes tópicos. Isto permitiu concentrar a recolha de dados dentro dos limites do estudo, e não entrar em questões supérfluas. Os tópicos sobre os quais os questionários incidiram abarcam as seguintes categorias:

- **Caracterização das instituições;**
- **Perfil dos imigrantes;**
- **Motivações dos imigrantes;**
- **Itinerário dos imigrantes;**
- **Redes sociais;**
- **Trajectórias dos imigrantes;**
- **Integração e expectativas dos imigrantes;**
- **Políticas de integração;**
- **Documentação dos imigrantes.**

O inquérito por questionário foi aplicado a 4 técnicos provenientes das seguintes Instituições:

**Quadro 8: Amostra de questionário**

Instrumentos de levantamento de dados	Instituição	Nº de entrevistas
Inquérito por Questionário	Instituto Nacional de Apoio aos Refugiados (INAR)	1
	Organização Internacional das Migrações	1
	Ministério do Interior (MINT) Direcção Nacional das Migrações	1
	Centro de Acolhimento dos Refugiados de Maratane	1
	Total	4

Do Instituto Nacional de Apoio aos Refugiados foi inquirido o Chefe do Departamento de Protecção e Serviços Sociais<sup>39</sup>; do Centro de Acolhimento dos

<sup>39</sup> O Departamento de Protecção e Serviços Sociais tem, entre outras tarefas, a missão de

- Receber, registar, organizar os processos dos candidatos ao estatuto de refugiado e preparar a documentação dos pedidos de asilo para submetê-los à entidade estatal competente;
- Actualizar o banco de dados sobre os refugiados;
- Divulgar aspectos relacionados com o estatuto de refugiado;
- Disseminar a legislação nacional e internacional sobre refugiados;
- Desenvolver acções de solidariedade para com os refugiados;
- Apoiar os refugiados quanto a aquisição de documentos (Art. 10 do Regulamento Interno do Instituto Nacional de Apoio aos Refugiados).

Refugiados de Maratane (1 técnico); do Ministério do Interior/Direcção Nacional de Migração (1 técnico) e da Organização Internacional das Migrações (1 técnico).

### **3.5. Instrumentos e técnicas de recolha de dados**

A colecta de dados consiste no levantamento das informações indispensáveis a resolução dos problemas que a pesquisa levanta. A escolha dos instrumentos de colecta de dados depende do tipo de pesquisa e dos dados que se pretendem. Os instrumentos de recolha de dados que nos parecem ajustar-se a este estudo de caso são as entrevistas e os questionários.

#### **3.5.1. Inquérito por entrevista**

As entrevistas de acordo com Bogdan e Biklen (1999:134) podem constituir a estratégia dominante na recolha de dados ou podem ser utilizadas com a observação participante e a análise de documentos. A entrevista, neste caso, serve para recolher dados descritivos permitindo ao pesquisador desenvolver uma ideia sobre a maneira como os sujeitos das entrevistas interpretam as situações da investigação.

A entrevista permite, segundo Richardson *et al* (1995:207), estabelecer e desenvolver uma relação estreita entre as pessoas. Este autor (Ibid,1995:7) defende que a melhor situação para participar na mente de um outro ser humano é a interação que se estabelece face a face, porque tem o carácter de proximidade e possibilita penetrar na mente, vida e definição dos indivíduos. Esta modalidade de interação é essencial na pesquisa na área das Ciências Sociais.

Quivy e Campenhoudt (2005:192) comungam da mesma posição de Richardson quando destacam que:

“Ao contrário do inquérito por questionário, os métodos de entrevista caracterizam-se por um contacto directo entre o investigador e os seus interlocutores e por uma fraca directividade por parte daquele.

Instaura-se, assim, em princípio, uma verdadeira troca, durante a qual o interlocutor do investigador exprime as suas percepções de um acontecimento ou de uma situação, as suas intrerpretações ou as suas experiências, ao passo que, através das suas perguntas abertas e das suas reacções, o investigador facilita essa expressão, evita que ela se afaste dos objectivos da investigação e permite que o interlocutor aceda a um grau máximo de autenticidade e de profundidade.”

**As entrevistas foram semi-estruturadas e abertas, feitas tendo em conta as questões de natureza ética “baseadas na confidencialidade e na autorização para o uso dos dados recolhidos.”**

**Appolinário (2004:70) define entrevista como sendo um**

“ procedimento genérico de colecta de dados no qual ocorre a presença física ou a distância do pesquisador e do sujeito entrevistado. Envolve, portanto, quatro elementos básicos: entrevistador, o entrevistado, o ambiente (natural ou controlado) e o meio (pessoal, por telefone, etc.) através do qual ocorre a entrevista.”

**Para Quivy e Campenhoudt (2005:69) as entrevistas contribuem para alargar ou rectificar o campo de investigação das leituras. Elas complementam-se e enriquecem-se mutuamente.**

**A entrevista permite, segundo Richardson (1999:207), estabelecer uma estreita relação entre o entrevistador e o entrevistado. É o modo de comunicação em que determinada informação passa de uma pessoa para outra.**

**A vantagem da entrevista é explicada por Bell (1993:91) nos seguintes termos:**

“ A major advantage of the interview is its adaptability. A skilful interviewer can follow up ideas, probe responses and investigate

motives and feelings, which the questionnaire can never do. The way in which a response is made (the tone of voice, facial expression, hesitation, etc.) can provide information that a written response would conceal. Questionnaire responses have to be taken at face value, but a response in an interview can be developed and clarified.”

### **3.5.2. Inquérito por questionário**

O questionário é um instrumento de levantamento de dados que se enquadra dentro do método quantitativo. Consiste em perguntas que devem ser respondidas por escrito tanto na presença do entrevistador como na sua ausência. É uma modalidade de entrevista estruturada.

Richardson *et al* (1999:189) salienta que os questionários têm duas funções, nomeadamente descrever e medir variáveis de um grupo social. Através da informação obtida é possível observar as características de um indivíduo ou grupo, como sexo, idade, estado civil, nível de escolaridade, preferência política, etc.

Para Appolinário (2004:168) o questionário é uma técnica de colecta de dados estruturada em que as perguntas escritas devem ser respondidas pelos sujeitos.

Quivy e Campenhoudt (2005:188) salientam que o questionário

“ Consiste em colocar a um conjunto de inquiridos, geralmente representativo de uma população, uma série de perguntas relativas à sua situação social, profissional ou familiar, às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais, às suas expectativas, ao seu nível de conhecimentos ou de consciência de um acontecimento ou de um problema, ou ainda sobre qualquer outro ponto que interesse os investigadores.”

O inquérito por questionário foi administrado directamente depois de uma explicação minuciosa sobre os conteúdos das variáveis.

O inquérito foi elaborado com base numa combinação de questões: abertas, baseadas em respostas livres; fechadas, em que o respondente devia optar entre duas alternativas e múltipla escolha, com perguntas que abriam espaço ao informante para optar por mais que duas possíveis propostas. Esta combinação permitiu uma exploração em profundidade das questões colocadas aos informantes e facilitou a tabulação dos resultados dos questionários.

### **3.5.3. Diário de bordo**

Alguns autores como Bogdan e Biklen (1994:150-151) ligam o diário de bordo às notas de campo ao afirmar que:

“ as notas de campo podem originar em cada estudo um diário pessoal que ajuda o investigador a acompanhar o desenvolvimento do projecto, a visualizar como é que o plano de investigação foi afectado pelos dados recolhidos, e a tornar-se consciente de como ele ou ela foram influenciados pelos dados.”

Ainda Bogdan e Biklen (1994:150) recomendam que depois de cada observação, entrevista, ou outra sessão de investigação, é normal que o investigador escreva em texto o que aconteceu. Esta escrita deve incluir a descrição das pessoas, objectos, lugares, acontecimentos, actividades e conversas. As notas devem incluir ideias, estratégias, reflexões e palpites. Este é um relato do que o investigador ouve, vê, experiencia e pensa no decurso da recolha da informação.

Estas notas de campo podem originar um diário pessoal do investigador que o ajuda a acompanhar o percurso do projecto e como é que a pesquisa foi afectada pelos dados recolhidos e pelo ambiente das recolhas.

Com este diário foram registados os ambientes em que as entrevistas se realizaram, as reacções dos entrevistados, as condições em que elas decorreram, os ambientes em que vivem os entrevistados, o humor dos

entrevistados, o tempo que eles levaram para responder as perguntas, as hesitações dos entrevistados, entre outros ambientes.

**Flick (2005:173) argumenta que:**

“ um método de registo é a utilização contínua de diários de pesquisa actualizados por todos os participantes.. Estes devem documentar o processo de abordagem do terreno, as experiências e problemas no contacto com ele ou com os entrevistados e na aplicação dos métodos.

Devem ainda ser incorporados factos importantes e assuntos de menor importância ou factos perdidos na interpretação, generalização, avaliação ou apresentação dos resultados, vistos da perspectiva de cada investigador.”

O diário de bordo é um tipo de registo muito usado na área das Ciências Sociais no campo da observação participante. Portanto, é um instrumento auxiliar do levantamento de dados através das entrevistas.

Flick (2005:173) sugere que quando são envolvidos mais do que um pesquisador é premente comparar os procedimentos empíricos e o enfoque das notas individuais com o uso de diários de pesquisa que devem documentar o processo de abordagem do terreno, as dificuldades, as experiências e os problemas no contacto com este terreno, assim como no trato com as entrevistas.

No diário de investigação, segundo Flick (2005:173),

“ devem ainda ser incorporados factos importantes e assuntos de menor importância ou factos perdidos na interpretação, generalização, avaliação ou apresentação dos resultados, vistos da perspectiva de cada investigador. A comparação de tais registos e as diferentes perspectivas neles expressas torna o processo de pesquisa mais intersubjectivo e explícito.”

O diário elaborado durante as entrevistas aos técnicos das instituições, mostrou que havia um certo tabu em desvendar assuntos considerados sigilo profissional. Também havia um certo receio em aprofundar tais assuntos.

No tratamento de dados recolhidos nas entrevistas e em documentos oficiais, colectados nas instituições onde se fez a pesquisa, nas leituras de livros, jornais, semanários foram usadas técnicas como análise de conteúdo. Socorremo-nos de procedimentos estatísticos para o tratamento desse material.

Foram elaborados inquéritos claros, concisos e precisos.

A análise de dados resultou da interpretação das entrevistas e questionários. Transcrevemos todas as entrevistas gravadas. As entrevistas foram codificadas e as respostas categorizadas para posterior interpretação. Em certos momentos foram feitas perguntas focalizadas para evitar que os entrevistados se dispersassem nas respostas que iam dando.

Durante as entrevistas foi analisado o comportamento e as reacções dos entrevistados, sobretudo perante o aparelho de gravação.

Os entrevistados mostraram algum à vontade durante a condução das entrevistas, o que pressupunha uma certa confiança nas respostas.

### **3.6. Técnicas da análise de dados**

No tratamento e análise de dados recolhidos nas entrevistas e em documentos oficiais, colectados nas instituições onde se fez a pesquisa, nas leituras de livros, jornais, semanários foram usadas técnicas como análise de conteúdo, análise documental e análise de dados estatísticos colectados em diferentes instituições.

A análise de dados resultou, também da interpretação das entrevistas e questionários. Transcremos todas as entrevistas gravadas. Estas entrevistas foram codificadas, as respostas categorizadas para posterior interpretação.

### **3.6.1. Análise documental**

Sobre o objectivo da pesquisa documental, Carmo e Ferreira (2008:73) defendem que ela

“visa seleccionar, tratar e interpretar informação bruta existente em suportes estáveis (scripto, audio, vídeo e informo) com vista dela extrair algum sentido. Por outro tem por objectivo executar essas mesmas operações relativamente a fontes indirectas.”

Referenciando S. Chaumier (1974) Bardin (1995:45-46) define análise documental como uma operação ou conjunto de operações que visam representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original para facilitar depois a sua consulta e referencial. Ela permite passar de um documento em estado bruto para um secundário em representação do primário.

São considerados documentos: regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de televisão, estatísticas, arquivos escolares, etc.

A pesquisa documental foi constituída por um caleidoscópio de fontes: livros, jornais, revistas, documentos oficiais do governo e de ONG's e instituições não governamentais, materiais impressos recolhidos nas instituições onde foi feito o levantamento de dados.

Uma grande parte da pesquisa bibliográfica foi realizada através da internet, já que existe pouca literatura escrita sobre a imigração em Moçambique e as bibliotecas têm poucos recursos de consulta sobre esta temática.

Foram analisados documentos oficiais publicados pelo governo no Boletim da República como é o caso do Regulamento Interno do Instituto Nacional de Apoio aos Refugiados e alguns diplomas ministeriais. Analisamos os conteúdos de

certos jornais de maior circulação no país, como o Diário de Moçambique, o Notícias, a Verdade, o País *Online* e o Canal de Moçambique.

### **3.6.2. Análise de conteúdo**

A investigação em Ciências Sociais procura descrever fenómenos e factos da realidade objectiva com recurso a métodos qualitativos. O tratamento destes dados pode ser feito com recurso a uma análise de conteúdo.

Para Bardin (1977) citado em Carmo e Ferreira (2008:269-270):

“A Análise de Conteúdo não deve ser utilizada apenas para se proceder a uma descrição do conteúdo das mensagens, pois a sua principal finalidade é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente de recepção), com a ajuda de indicadores (quantitativos ou não).”

As entrevistas aos imigrantes ilegais, às instituições internacionais e nacionais, que se lidam com a problemática da imigração em Moçambique, constituiu um dos focos importantes para encontrar respostas adequadas a problemática deste estudo. Esta análise procurou descobrir aquilo que as mensagens dos actores tinham escondido e subentendido.

A análise de conteúdo consiste no uso de documentos como base para a colecta de dados. Análise de conteúdo procura analisar o que a linguagem escrita e oral produz.

Bogdan e Biklen (1994:205) definem análise de dados como

“ o processo de busca e de organização sistemática de transcrições de entrevistas, de notas de campo e de outros materiais que foram sendo acumulados, com o objectivo de aumentar a sua própria compreensão desses mesmos materiais e de lhe permitir apresentar aos outros aquilo que encontrou. A análise envolve o trabalho com os dados, a sua organização, divisão em unidades manipuláveis,

síntese, procura de padrões, descoberta dos aspectos importantes e do que deve ser aprendido e a decisão sobre o que vai ser transmitido aos outros.” (Cf. Flick, 2005:193; Appolinário, 2004:27)

**Bardin (1995:31) compreende a análise de conteúdo como uma gama de técnicas para analisar as comunicações. Não é um instrumento, mas um conjunto de apetrechos, ou um instrumento que é marcado por uma disparidade de formas que se adaptam a um campo muito vasto - o das comunicações.**

**Através da análise de conteúdo foi possível sistematizar, explorar, codificar, tratar e interpretar os materiais recolhidos.**

**Para Quivy e Compenhoudt (2005:226)<sup>40</sup> a análise de conteúdo deve incidir sobre diferentes tipos de materiais como é o caso de obras literárias, artigos de jornais, documentos oficiais, programas audiovisuais, declarações políticas, actas de reuniões ou relatórios de entrevistas pouco directivas.**

**O estudo procurou analisar os materiais recolhidos nos vários órgãos de comunicação de massas, nomeadamente, jornais, semanários, revistas, rádio e televisão. Estes dados foram submetidos a uma análise comparativa para aferir a sua fidelidade e coerência. Como se sabe os órgãos de comunicação de massas nem sempre escapam a interesses políticos, ideológicos e propagandísticos, o**

---

<sup>40</sup> Quivy e Compenhoudt (2005:226) definem como objectivos da análise os seguintes:

- “ A análise das ideologias, dos sistemas de valores, das representações e das aspirações, bem como da sua transformação;
- O exame da lógica de funcionamento das organizações, graças aos documentos que eles produzem;
- O estudo das produções culturais e artísticas;
- A análise dos processos de difusão e de socialização (manuais escolares, jornais, publicidade);
- A análise de estratégias, do que está em jogo num conflito, das componentes duma situação problemática, das interpretações de um acontecimento, das reacções latentes a uma decisão, do impacto de uma medida...
- A reconstrução de realidades passadas não materiais: mentalidades, sensibilidades”.

que lhes tira aquela seriedade imparcial que se pretende num trabalho de natureza académica.

De igual modo, foram transcritos os conteúdos das entrevistas feitas às instituições nacionais responsáveis por controlar, coordenar e apoiar as imigrações em Moçambique. Esta transcrição foi acompanhada pela organização de um protocolo das observações feitas durante as entrevistas.

Tal como os média, os representantes das instituições entrevistadas não escapam aos ditames ideológicos, pois em algumas circunstâncias podiam tentar salvar a imagem das instituições que representam, ao florear uma realidade cuja verdade não convém trazer à superfície.

A análise de conteúdo obedeceu, quanto às entrevistas, aos seguintes passos recomendados por Flick (2005:193):

- Definição do material;
- Selecção das entrevistas ou partes delas;
- Análise de como tinham sido produzidos os materiais: quem esteve envolvido nas entrevistas, donde vieram os registos do material;
- Caracterização de material (como foi registado: gravação);
- Orientação da análise quanto ao que se desejava interpretar com base no material.

### **3.6.3. Análise de dados estatísticos**

Foram pesquisados dados estatísticos sobre as migrações em Moçambique nas seguintes instituições:

- No Instituto Nacional de Apoio aos Refugiados;
- No Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados;

- No Ministério do Interior/Direcção Nacional de Migração e
- No Centro de Acolhimento dos Refugiados de Maratane.

Foram colectados outros dados em fontes escritas não oficiais (imprensa, revistas, jornais, etc.)

Os dados encontrados nestas instituições não convergem, pois cada uma trás os seus. Isto, deve-se ao carácter confidencial que as instituições públicas atribuem a dados por elas colectadas.

### **3.7. Ética da Investigação**

A investigação no campo das migrações internacionais enquadra-se no campo das Ciências Sociais. O investigador que se arrisca a envolver-se nesta área de pesquisa deve tomar a consciência de que vai lidar-se com pessoas movidas por sentimentos e emoções individuais que não gostariam, provavelmente, de ver reveladas em escritos com que não têm afinidades e sem a sua devida autorização.

Um outro factor a ter em consideração é: tratando-se de pessoas que saem dos seus territórios para procurar abrigo num outro país, as suas revelações sobre as motivações de o fazer nem sempre são claras, o que pode levar os imigrantes a esconder as reais causas dos factores de partida e da sua vida privada.

As instituições que se lidam com os assuntos das migrações por sua vez não gostariam de ver publicada informação que põe em causa a sua profissão e os aspectos deontológicos que constituam segredo ou que conduzam a conclusões que mostram alguma ineficácia da instituição tanto na assistência aos necessitados, como no controlo dos que entram em território nacional.

**Perante a evidência destes factos, o pesquisador deve estar munido de uma estratégia de pesquisa que lhe permita merecer uma total confiança dos seus interlocutores e uma entrada gloriosa no campo da recolha de dados.**

**Um dos aspectos que a investigação tem de observar é o direito a privacidade, ao anonimato e à confidencialidade. Segundo Freixo (2010:180):**

**“O direito à confidencialidade é semelhante ao direito à privacidade e ao direito ao anonimato. Naturalmente que os dados recolhidos dos sujeitos constituem informações valiosas para o investigador. Contudo, este deve assumir todas as precauções para que o acesso a esses mesmos dados não tenha um carácter público. Os sujeitos que participaram no estudo, têm todo o direito de exigir que os dados tenham exclusivamente o fim para que foram tomados e não outros.”**

**Assim, o investigador deve tomar certas atitudes éticas que não ponham em causa as esferas privadas das pessoas com quem vai entrar em contacto. Como referem Bogdan e Biklen (1994:75):**

**“duas questões dominam o panorama recente no âmbito da ética relativa à investigação com sujeitos humanos, o consentimento informado e a protecção dos sujeitos contra qualquer espécie de danos. Tais normas tentam assegurar o seguinte:**

- 1. Os sujeitos aderem voluntariamente aos projectos de investigação, cientes da natureza do estudo e dos perigos e obrigações neles envolvidos.**
- 2. Os sujeitos não são expostos a riscos superiores aos ganhos que possam advir.”**

**Os dados recolhidos dos objectos da pesquisa foram publicados com autorização das pessoas em questão, depois de observados os aspectos acima destacados.**

**O contacto com as instituições onde se fez o levantamento de dados foi, primeiro, feito telefonicamente e mais tarde através de uma carta formal solicitando autorização para fazer as entrevistas e os questionários. Cada uma das instituições tem uma relação específica com os imigrantes através de apoio**

material, seu registo, enquadramento na sociedade moçambicana e protecção jurídica. (Vide Capítulo IV).

### **3.8. Limitações do estudo**

Ao longo do trabalho de investigação deparamo-nos com certas limitações que afectaram, de certa maneira, os resultados da pesquisa.

Primeiro, não existem em Moçambique estudos académicos e publicações sistemáticas sobre a imigração ilegal e sobre a somali, em particular. Este facto tornou difícil encontrar referências que ajudassem uma abordagem baseada em alicerces já explorados. As bibliotecas exploradas ao nível da cidade de Maputo não têm material suficiente sobre o assunto.

O segundo aspecto prende-se com a forma como a imigração ilegal é assumida no seio de algumas instituições públicas. Enquanto para umas a imigração ilegal no país é um facto, para outras é tabu. É considerada como um assunto de Estado e sobre o qual as instituições se furtam a fornecer dados que podem ajudar a explorar a área com certa fiabilidade e credibilidade. Neste sentido, não foi fácil obter dados consensuais de imigrantes ilegais que existem no país e daqueles que entram anualmente no país. Algumas instituições afirmaram mesmo não existir uma base de dados em Moçambique sobre a imigração ilegal.

Outro factor prende-se com a burocracia com que tem de se lidar para se chegar a uma entrevista ou a um questionário com pessoas das instituições que tratam assuntos das migrações.

Deparamo-nos com muitas dificuldades em entrevistar imigrantes somalis que se encontram fora do Centro de Acolhimento dos Refugiados de Maratane. Estes não estão disponíveis para serem entrevistados. Presume-se que desconfiem das pessoas que os abordam por achar que sejam agentes do governo que podem fornecer informação que pode conduzir a sua deportação para o país de

**origem. Face a esta situação fomos obrigados a recorrer aos imigrantes somalis que se encontravam no Centro de Acolhimento de Maratane.**

## **CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS**

#### **4.1. Moçambique na mira de imigrantes ilegais somalis**

Nos capítulos anteriores tentamos mostrar como é que um conjunto muito diversificado de factores sociais, políticos e económicos contribuem para a emergência do fenómeno migratório. Neste capítulo tentaremos mostrar como esses agentes são aproveitados pelos imigrantes somalis quando preferem Moçambique como seu país de refúgio. Trata-se de dados levantados a partir de entrevistas e questionários aplicados aos representantes das instituições que no seu dia a dia lidam com os imigrantes tanto no estatuto de refugiados como nas diferentes maneiras em que a imigração se manifesta.

Raimundo (2009:102) refere que em Moçambique não existem dados específicos sobre a migração internacional. Contudo, e de acordo com o Director da Migração da Cidade de Maputo (Junho de 2006), o movimento de pessoas para outros países era controlado pelo SNASP<sup>41</sup>. O controlo da migração internacional estava a cargo do aparato de segurança porque o cruzamento de fronteiras era considerado assunto do estado.

Talvez seja por isso que as instituições do estado abordadas têm algumas dificuldades em fornecer dados seguros sobre os influxos migratórios internacionais. Os dados que se apresentam neste trabalho foram colhidos no Centro de Acolhimento dos Refugiados de Maratane<sup>42</sup> na Província de Nampula (imigrantes somalis e responsável do Centro) e nas seguintes instituições: Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, Instituto Nacional de Apoio

---

<sup>41</sup> O autor refere-se ao período pós-independência. O SNASP era a polícia secreta moçambicana criada logo depois da proclamação da independência nacional.

<sup>42</sup> O Centro de Acolhimento de Refugiados de Maratane foi instalado na região norte de Moçambique, Província de Nampula, no ano de 2002. Foi transferido de uma região que distava 35 Km da Cidade de Maputo. Tinha muita proximidade com a República da África do Sul, um país que constituiu o sonho dos imigrantes. A transferência deste Centro para o norte aconteceu depois de acordos políticos entre Moçambique e a RSA. Presume-se que devido a proximidade com aquele país vizinho, muitos imigrantes atravessavam a fronteira, o que constituía um problema para a RSA.

**aos Refugiados, Direcção Nacional de Migração (MINT) e Organização Internacional das Migrações.**

**Moçambique tornou-se hoje um dos países preferidos pelos imigrantes ilegais, sobretudo de origem somali.**

**É sintomático que as pessoas que entram irregularmente nas fronteiras de outros países sem a devida autorização, o fazem porque os seus países estão em conflito armado, instabilidade política, crise económica, conflitos de carácter religioso, as vezes calamidades naturais, entre tantos outros motivos. Eles dirigem-se para países de destino porque procuram oportunidades de segurança, de emprego, etc. Mas porque os países para onde se dirigem colocam barreiras, as pessoas acabam atravessando fronteiras sem a devida autorização.**

**Primeiro, é necessário esclarecer o conceito de imigrante ilegal somali segundo a óptica das instituições abordadas.**

**Não existe um entendimento consensual entre as instituições sobre o que é um imigrante ilegal somali. Para a Chefe do Departamento de Protecção e Serviços Sociais no Instituto Nacional de Apoio aos Refugiados não existem imigrantes ilegais somalis em Moçambique. A tese por ela defendida parte do princípio de que a Somália é um país que está em guerra e sem governo efectivo há mais de vinte anos. Por essa razão os imigrantes que se fazem ao país são requerentes de asilo e, portanto, refugiados de guerra. Para o Chefe do Departamento de Protecção e Serviços Sociais:**

**“ Os somalis não são imigrantes ilegais, são refugiados genuínos. Sabe-se que a Somália está a vinte e um anos sem governo e em guerra. Os somalis preenchem todos os requisitos de refugiados. São refugiados natos apesar da sua maneira de entrar em Moçambique (o sublinhado é nosso), porque se sabe porque é que estão a sair do seu país.”**

**Os requisitos a que se refere a intuição estão contidos nos seguintes documentos oficiais: Convenção das Nações Unidas de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados, também conhecida como a Carta dos Direitos dos Refugiados; o**

**Protocolo Adicional de 1967 que procura preencher as lacunas da Convenção, sobretudo as reservas temporal e geográfica. Segundo este Protocolo, a questão dos refugiados não se deve limitar aos refugiados da II GM e a Europa, mas a todos os Continentes; a Convenção da OUA de 1969 que trata de aspectos específicos dos refugiados. Estas convenções procuram ampliar o conceito de refugiado.**

**“ *Apesar da sua maneira de entrar*”, é uma expressão que deixa dúvidas sobre se na verdade os imigrantes somalis que entram em Moçambique sem os procedimentos legais são ou não ilegais, é uma expressão que indica que os imigrantes somalis entram ilegalmente em Moçambique porque nem sempre se apresentam as autoridades para os procedimentos legais, sobretudo os que se decidem por passar para outros países.**

**A mesma posição é defendida pelo Chefe do Departamento de Gestão de Projectos de Saúde e Desastres na Organização Internacional das Migrações quando destaca que:**

**“ Ilegal não é um conceito correcto. Uma imigração sem documentos em Moçambique não é ofensa criminal, não tem nada de ilegal. Só não é regularizada, não é oficial. A pessoa não é regularizada. Porque a pessoa não está regularizada, não significa que vai a cadeia. Ele é um imigrante irregular, para dizer sem documentos.”**

**Contudo, O Chefe da Repartição de Estrangeiros na Direcção Nacional de Migração, instituição do Ministério do Interior em Moçambique, defende que existem imigrantes ilegais somalis.**

**Não existe nitidez quando se procura diferenciar migrante de refugiado. Esta posição é defendida por Tolentino (2009:8) quando afirma que:**

**“Nem sempre a distinção entre refugiado e migrante é clara, dada a afectação mútua dos processos que levam a tais estatutos. A principal diferença está no facto de, muitas vezes, o refugiado não se inserir na sociedade de acolhimento, pois ele vive em campos de refugiados isolados, que por definição são residências temporais, á espera de poder**

voltar ao seu país de origem. Entretanto, se o refugiado é aquele que foge de conflitos, por exemplo, esses mesmos conflitos contribuem para o agravamento da pobreza em determinadas regiões, e a fuga dessa pobreza é o que leva a milhões de pessoas a emigrar.”

**Esta deve ser a razão para uma compreensão diferenciada entre as instituições na definição do imigrante ilegal somali.**

## **4.2. As motivações por detrás da escolha de Moçambique**

A escolha de Moçambique pelos imigrantes somalis depende, em grande parte, de factores geográficos, políticos, económicos, culturais e religiosos.

As rotas seguidas por estes imigrantes incluem as províncias do norte e centro do país.

### **4.2.1. O factor geográfico**

Moçambique é um país situado na Costa Oriental de África entre os paralelos 10° 27' e 26° 52' de latitude sul, e entre o meridiano 30° 12' e 40° 51' de longitude este, à frente do Madagáscar com quem se separa através do Canal de Moçambique (Bila e Fondo, 2010:11).

O Oceano Índico apresenta-se como uma porta aberta para os países da Costa Oriental de África, nomeadamente Tanzânia, Quênia e Somália e para a Ásia. Esta localização é considerada como um dos factores que facilita a entrada de imigrantes ilegais uma vez que não existe um controlo efectivo das águas que banham estes países.

A convergência de cidadãos de origem somali para as nossas fronteiras pode ser facilitado pelo seguinte: a fronteira continental que separa Moçambique com os países do interland estende-se por mais de 4.000 Km, enquanto que a marítima

por mais de 2.000 Km. Não é fácil para as autoridades controlar este vasto território. (Vide Mapa 1).

Có (2008.20) argumenta que:

“os factores geográficos, essencialmente a distância entre os países (origem e destino), são também importantes na manobra e no percurso das mobilidades humanas; eles permitem a aquisição de um conjunto de informações importantes sobre os países de destino, assim como os custos a acarretar durante a viagem e instalação nos primeiros momentos são menores”.

Mapa 1: Moçambique



Fonte: <http://agramadavizinha.com/2011/12/22/mocambique-ai-fui-eu/>

Considerando que alguns imigrantes têm na terra do Rand o seu destino final, Raimundo (2009:97) destaca que, no caso de Moçambique, a situação geográfica tem facilitado a travessia da fronteira assim como o tráfico de pessoas, desde que a África do Sul se tornou alvo para migrantes e o lugar para negociantes transfronteiriços devido as suas ligações com o resto do mundo, através das suas bem estabelecidas infraestruturas.

O Mapa 2, mostra a situação geográfica da Somália no contexto do Continente Africano e a sua localização em relação aos países da África Oriental e de Moçambique, em particular.

Mapa 2: África



Fonte: Geografia e Cadastro (2012)

#### **4.2.2. O factor político**

**A Somália enfrenta uma crise político- militar e humanitária como resultado da incapacidade do Governo Federal de Transição (GFT) em assumir-se como autoridade e em trazer à mesa de negociações os diferentes grupos insurgentes.**

**A situação político-militar na Somália continua instável devido aos contínuos combates entre o exército somali e os insurgentes, sobretudo nos arredores de Mogadíscio. Muitos dos entrevistados vêm desta região.**

**Como consequência da guerra e insegurança que se instalaram no país, muitos cidadãos somalis têm vindo a abandonar o seu país à procura de refúgio em outros países de África.**

**Enquanto na Somália se vive essa situação de insegurança, Moçambique vive, há mais de vinte anos, um período de estabilidade política que é considerada pela comunidade internacional como um dos poucos exemplos de paz na África.**

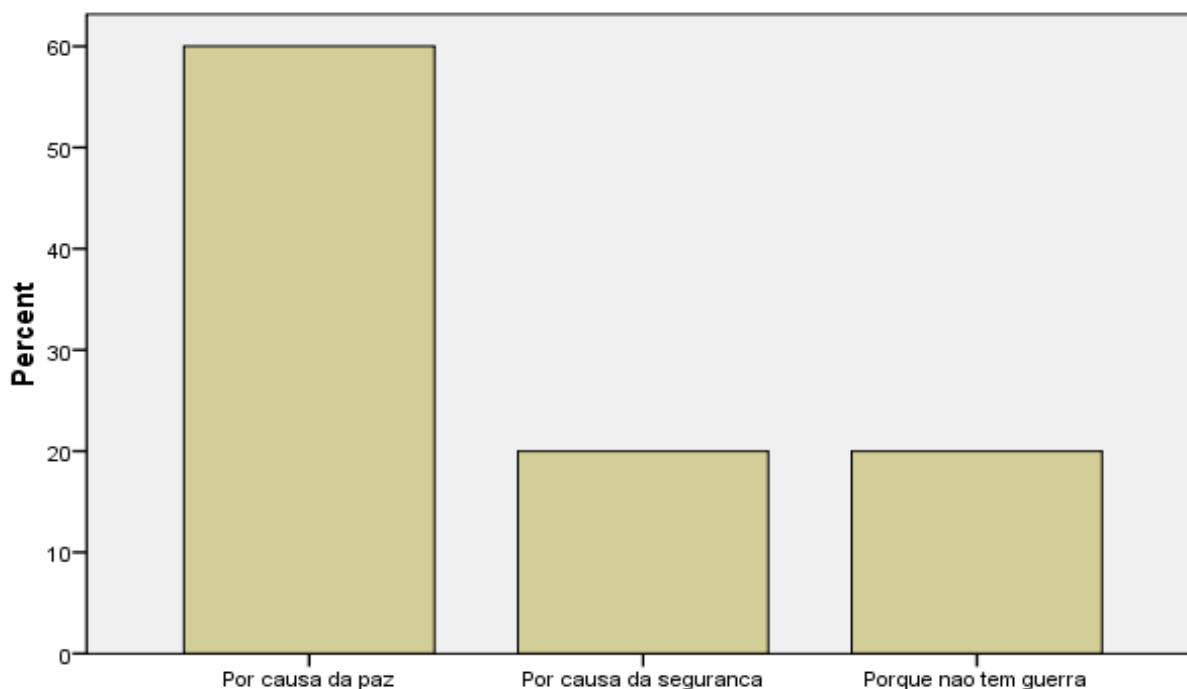
**Mazula (2002:17) defende que:**

**“ a comunidade internacional acha que Moçambique está no bom caminho. As Nações Unidas tomam-no como exemplo de sucesso nas suas intervenções em situações de conflito. Os dois ex-beligerantes tentam explicar essa estabilidade de paz pelo espírito de tolerância que faz aceitar o outro (Frelimo) ou pela paciência de não responder às provocações do partido no poder (Renamo).**

**A estabilidade política pode ajudar a compreender melhor a preferência dos imigrantes por Moçambique.**

**Como se pode observar no *Gráfico 1* os somalis escolheram Moçambique como país de destino devido a paz (60%), segurança (20%) e porque o país é hospitaleiro (20%) para os refugiados.**

**Gráfico 1: Razões da preferência de Moçambique pelos imigrantes**

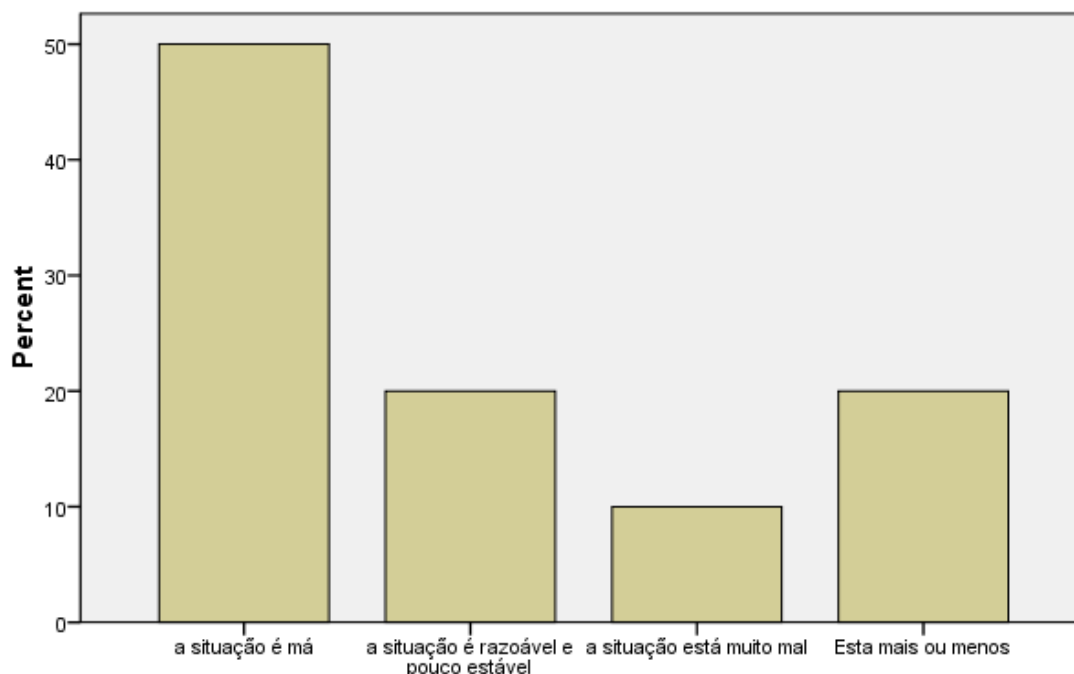


**Todos os entrevistados afirmaram que as razões para o abandono da Somália prendiam-se com a guerra.**

**As Regiões de Kismayo e Mogadíscio, no sul da Somália, têm sido assoladas por dissidências tribais que têm ocasionado uma constante movimentação das populações para os lugares mais seguros tanto no interior do país como no exterior.**

**Solicitados a descrever a situação político-social do seu país, os imigrantes do Centro de Acolhimento de Maratane descreveram-na como má, não boa, muito má, pouco estável e mais ou menos, dependendo do local de partida de cada imigrante. ( Vide Gráfico 2).**

**Gráfico 2: Situação político social da Somália**



**Para o representante do Instituto Nacional de Apoio aos Refugiados:**

“ A situação de guerra que se vive na Somália é a causa fundamental da saída dos somalis do seu país. Muitos somalis nasceram dentro dum ambiente de guerra e nunca conheceram a paz.”

**A situação de guerra que se vive na Somália é corroborada por outras instituições onde se fez o levantamento de dados. Tal é o caso do Representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.**

**Segundo esta fonte:**

“A falta de um governo na Somália há mais de 21 anos torna, claro, caótica a situação no país. As pessoas têm que sair dessa situação e quando chegam aqui por mais que sejam somalis e se pedem asilo são recebidos por nós. O maior motivo está ligado a guerra que o país atravessa.

Para além de Moçambique ser um país acolhedor, existem facilidades de os imigrantes atravessarem para a República da África do Sul.”

Devido a situação económica da África do Sul muitos imigrantes têm se servido de Moçambique para alcançar aquele país.

O Centro de Acolhimento de Maratane, em Nampula, é um centro aberto. Os imigrantes não são controlados por vedação e polícia. Daí que muitos imigrantes depois de algum tempo abandonam o Centro e procuram alcançar as províncias do sul com destino às terras do Rand.

Um exemplo claro foi-nos revelado pelo representante do Instituto Nacional de Apoio aos Refugiados quando nos confidenciou que em Maio de 2011 tinham sido registados no Centro de Maratane 11.000 imigrantes somalis. Contudo, até finais desse ano existiam 1.811.

Não há informações oficiais de onde se dirigiram os desaparecidos. Desconfia-se que grande número tenha se dirigido para a África do Sul servindo-se das Províncias do sul de Moçambique que fazem fronteira com aquele país. Este é um dado que merece reflexão. Porque é que os imigrantes se apresentam como refugiados em Moçambique e depois de se lhes conceder este estatuto desaparecem sem deixar sinais.

#### **4.2.3. O factor económico**

Alguns dos imigrantes ilegais que se fazem em território moçambicano são atraídos pelas facilidades de negócios que encontram, ou de que teoricamente têm conhecimento.

A abertura de Moçambique para a economia de mercado apresenta-se como um factor favorável ao ambiente de negócios.

**O crescimento do produto interno bruto (PIB) nos últimos anos tem-se mostrado constante.**

**Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatísticas <sup>43</sup>(2010):**

**“ As estimativas preliminares do PIB a preços constantes de 2003, medidos como soma dos valores acrescentados não ajustados à sazonalidade de todos os ramos mais os impostos líquidos de subsídios, indicam um crescimento, no I Trimestre de 2010 comparativamente ao mesmo período do ano anterior na ordem de 9.5%. No IV trimestre de 2009, o PIB havia crescido 7.0% o que representa uma aceleração da economia no I Trimestre de 2010, na ordem dos 2.5 pontos percentuais..”**

**Para alguns imigrantes estrangeiros Moçambique surge como um país que oferece um conjunto de novas oportunidades económicas e sociais, dificilmente encontradas no país de origem.**

**Ainda que a guerra seja um factor impulsionante da imigração ilegal somali, há razões de natureza económica.**

**O Chefe do Departamento de Protecção e Assuntos Sociais defende que:**

**“Moçambique aparece como país que reúne boas condições para o desenvolvimento do comércio.**

**Moçambique é considerado como um país acolhedor, sobretudo quando se trata de refugiados, onde as pessoas podem desenvolver actividades económicas de modo livre, desde que sejam registadas e sigam os procedimentos legais.**

---

<sup>43</sup> Instituto Nacional de Estatísticas, abreviadamente designado INE, é o órgão executivo central do Sistema Estatístico Nacional, abreviadamente designado SEN, conforme definido na Lei nº. 7/96, de 5 de Julho, ao qual cabe a produção e difusão de informação estatística oficial de interesse geral para o País (Moçambique).

Moçambique oferece excelentes condições para trabalhar. Moçambique é diferente de outros países onde os imigrantes ficam confinados em centros específicos sem contactos com o resto dos cidadãos nacionais.

Os somalis têm condições de trabalhar e procuram lugar onde eles podem desenvolver o seu trabalho de comércio”.

Alguns somalis são ricos, vem com dinheiro e conseguem pagar dinheiro a partir da Somália. Existem somalis que conseguem emprego em lojas de conterrâneos e depois de conseguir algum dinheiro abrem suas lojinhas tanto no mercado formal como no informal. Também existem imigrantes ilegais somalis envolvidos na extacção e compra de pedras semipreciosas como turmalinas na Província de Cabo Delgado, localidade de Minhanha (Rádio Moçambique, 02.05.2012).

Os somalis são um povo unido aqui em Moçambique e recebem informação dos seus conterrâneos que já se encontram estabelecidos sobre os processos de organização de documentos para abrir negócios.

#### **4.2.4. O factor cultural e religioso**

Moçambique é um país com uma diversidade cultural que é produto do cruzamento de vários grupos étnicos. Supõe-se que o país tenha mais de 20 etnias que se distribuem pelo vasto território nacional. Estes grupos são o resultado de um longo processo de migrações que, segundo a História, teriam sido originários da região dos Grandes Lagos e das floretas equatoriais da África Central. Estas migrações teriam começado no ano 200 d.C. (Serra, 2000: 20).

Outro fenómeno que trouxe á Moçambique povos de outras culturas foi a chegada de populações de origem árabe que professavam a religião muçulmana. A História regista o período entre os séculos IX e XIII como o da fixação progressiva de populações de origem asiática, provenientes do Golfo Pérsico (Ibid, 2000:24).

Estas populações foram se fixando ao longo da costa movidos por interesses comerciais. As populações locais assimilaram a cultura destes emigrantes, sobretudo a sua religião – a muçulmana.

As províncias que mais sofreram estas influências culturais e religiosas são as do norte, sobretudo a Província de Nampula.

As entrevistas confirmaram que cem por cento dos imigrantes somalis professam a religião muçulmana. As afinidades religiosas são uma mais valia para cultivar o espírito de irmandade e solidariedade muçulmanas.

Estatisticamente mais de 40 % da população da Província de Nampula professa a religião muçulmana, sobretudo na capital , na Ilha de Moçambique, Mossuril, Angoche e Nacala.

#### **4.3. As trajectórias dos imigrantes**

*O Relatório da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais – As migrações num mundo interligado: novas linhas de acção (2005:32-33)*, analisando as migrações irregulares ( entenda-se: ilegais), enumera uma série de consequências que se colocam à frente dos migrantes ilegais, tais como:

- Minar a confiança da opinião pública e eficácia das políticas migratórias;
- Por em causa a soberania de um Estado;
- Ameaçar a segurança pública e
- Gerar sentimentos xenófobos.

Pretendemos neste capítulo examinar as rotas seguidas pelos migrantes antes de chegar a Moçambique.

A Somália é um país do Chifre da África<sup>44</sup>, uma região com acesso natural a Moçambique através do seu Canal.

Procuramos descrever neste capítulo a situação geográfica das províncias do norte e centro de Moçambique. Fizemos esta escolha porque os imigrantes ilegais servem-se das facilidades terrestres e marítimas que estas províncias oferecem para furar as fronteiras moçambicanas.

A província porque entra a maioria dos imigrantes é a de Cabo Delgado. Nos últimos tempos as rotas têm mudado. Os imigrantes usam também as províncias de Niassa e Tete.

#### **4.3.1. As províncias do norte**

Niassa é a maior província de Moçambique com mais de 101.000 Km<sup>2</sup> de superfície. Separa-se do Malawi pelo grande Lago Niassa e da Tanzania pelo Rio Rovuma. Apesar da sua superfície é uma das menos povoadas. Não é fácil controlar uma província deste tamanho. Niassa faz fronteira com o Malawi e Tanzania. Os distritos de Sanga e Mavago fazem fronteira com a Tanzania através do Rio Rovuma e são tidos como aqueles por que entram os somalis. (*Vide o Mapa 3*).

---

<sup>44</sup> O Chifre de África é uma parte do Continente constituída pelos seguintes países: Djibuti, Somália, Etiópia, Eritreia e Quênia.

**Mapa 3: Niassa**



Fonte: Geografia e Cadastro (2012)

A província de Cabo Delgado situa-se mais ao norte. Para além de ser banhada pelo Oceano Índico, faz fronteira com a Tanzânia através do Rio Rovuma. Muitos imigrantes entram nesta província aproveitando as facilidades que o Oceano Índico oferece.

Os imigrantes entram em Moçambique através de Palma, Mocímboa da Praia, Mueda e Quissanga usando barcos a partir de Mogadíscio (Vide Mapa 4). Na sua viagem passam por Mombaça, no Quênia. Outros apanham barcos de Mogadíscio directamente para a costa moçambicana. São baldeados na costa para depois apanharem barquinhos que os conduzem até ao continente. O Gráfico 3 mostra

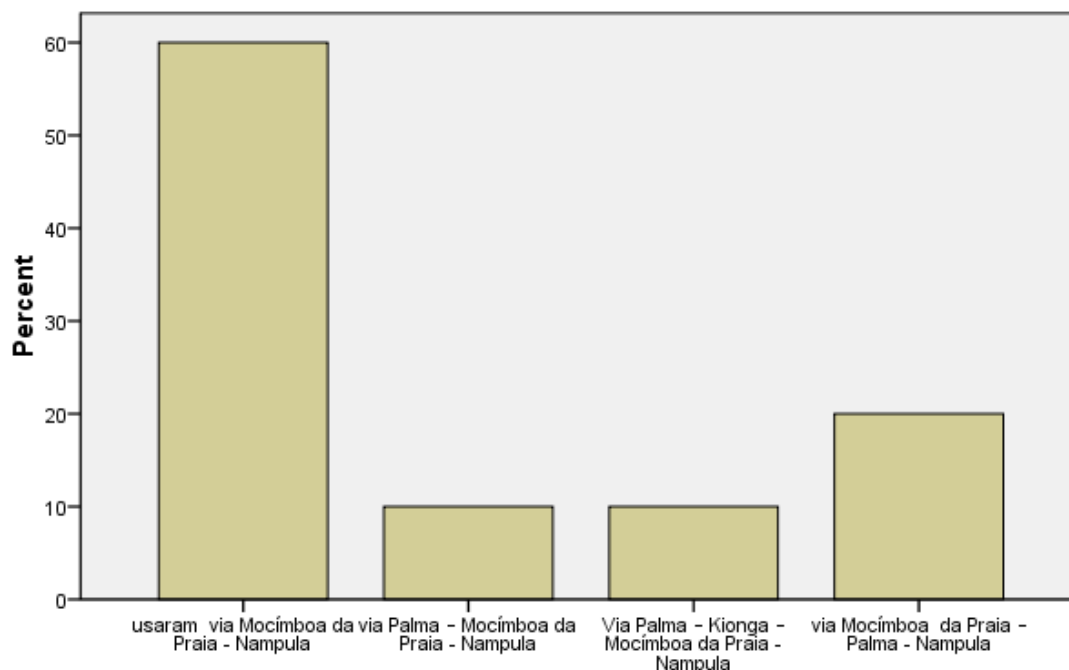
as rotas seguidas pelos imigrantes entrevistados até chegar a Província de Nampula.

Mapa 4: Cabo Delgado



Fonte: Geografia e Cadastro (2012)

**Gráfico 3: Rotas de Moçambique**



**Moçambique é usado como corredor para entrar na África do Sul. Alguns dos imigrantes que ficam em Moçambique são os que são registados pelo INAR.**

**Devido ao controlo que tem sido feito pelas autoridades moçambicanas na Província nortenha de Cabo Delgado as rotas têm conhecido uma outra evolução. As rotas usadas pelos imigrantes são dependentes das redes de contacto que lhes facilitam a informação.**

**De acordo com a Direcção Nacional de Migração, uma Instituição do Ministério do Interior, os imigrantes somalis**

**“usam o Corno de África, partindo da Somália, passam por Etiópia, Quênia e Uganda. Usam a via marítima. Os que usam barcos não passam por esses**

países. Chegam a Tanzânia, Dar-es-Salam e alcançam Pemba em Cabo Delgado.

Os imigrantes depois de sair de Mogadíscio, entram por Tanzânia, passando por Dar-es-Salam e entram em Moçambique através do Distrito de Palma, na Província de Cabo Delgado.

Em princípio os que usam as rotas terrestres são os imigrantes pobres, enquanto as rotas aéreas são para os imigrantes ricos. Normalmente, passam por Etiópia e Quênia. Os que viajam de avião levam muitas vezes vistos falsos e de origem duvidosa.

Quando chegam a Moçambique nem sempre sabem aonde vão. E quando são apanhados, são devolvidos para o país de origem”.

A Direcção Nacional de Migração forneceu alguns dados dos imigrantes ilegais que se serviram da via aérea para chegar à Moçambique e que foram posteriormente deportados. (*Vide Quadro 9*).

**Quadro 9: Imigrantes ilegais deportados**

Ano	Nacionalidade	Número
2010	Etíopes	44
2011	Etíopes/Somalis	88
2012	Somalis	23
	Etíopes	23

Fonte: Adaptado do MINT/Direcção Nacional da Migração (2012)

Outra versão considera que os imigrantes que não podem ir à Europa e América directamente, porque as medidas são apertadas, fazem-no usando Moçambique como ponte para a África do Sul. Uma vez estabelecidos na RSA tratam toda a

documentação oficial que lhes permitirá, ao fim de alguns anos, rumar para os Estados Unidos da América e para a Europa.

A este respeito a Direcção Nacional de Migração conclui que:

“Muitos imigrantes não têm Moçambique como destino, mas sim a África do Sul. E, mesmo assim, depois de algum tempo na África do Sul (5 anos) e com toda a documentação legal, procuram rumar para a Europa, Canadá ou Estados Unidos da América. Portanto, uma forma de alcançar à Europa é usar a rota de Moçambique. Sabem que ir a Europa directamente é difícil, então usam Moçambique, Ásia e Europa depois de possuírem documentação oficial, por exemplo na África do Sul”.

Quando os imigrantes são detidos em Moçambique declaram-se como requerentes de asilo para não correrem o risco de ser deportados.

Nampula (*Vide Mapa 5*) é a província que se pode considerar o bastião dos

Mapa 5: Nampula



Fonte: Geografia e Cadastro (2012)

imigrantes ilegais. Alí, fica situado o maior centro de acolhimento dos refugiados em Moçambique. Ela tem como limites duas das maiores províncias de Moçambique: Niassa e Cabo Delgado. Esta província é banhada pelo Oceano Índico.

#### 4.3.2. As províncias centrais

Que prováveis facilidades oferecem as províncias centrais de Moçambique à entrada de imigrantes ilegais?

Começemos pela província central de Tete (*Vide Mapa 6*). Esta província faz fronteira com três países: Zimbabué, Zâmbia e Malawi. Tem as fronteiras mais extensas com estes países. Algumas regiões como Angónia e Zóbue são planícies que não oferecem dificuldades de entrada dos imigrantes. Mais de 80%

Mapa 6: Tete



Fonte: Geografia e Cadastro (2012)

de sua fronteira não tem vedação. Alguns dos imigrantes que entram em Moçambique por Tete vem dos Centros de Acolhimento de refugiados existentes no Malawi.

Para o Representante da Organização Internacional das Migrações, Departamento de Gestão de Projectos de Saúde e Desastres, uma área que se preocupa com o problema de saúde dos imigrantes, sobretudo os riscos de contaminação de HIV/SIDA.:

“As rotas estão a mudar. Os imigrantes apanham barco de Mombaça que é mais fácil chegar a Moçambique através do norte. Através do mar foge-se melhor aos controlos fronteiriços. Outros entram em Tete através de Changara. Os que chegam a Tete devem ter vindo do Malawi e Zâmbia. A Zâmbia faz fronteira com a Tanzânia.

Nos últimos tempos as rotas têm mudado devido a intensificação de controlo fronteiriço nas rotas mais antigas e devido aos contrabandistas e cerco policial. Alguns imigrantes têm usado a via de Tete, depois de atravessar o Malawi. Entram através da Tanzânia, Malawi e Zâmbia.

O período onde as entradas se verificam com maior intensidade é o das chuvas devido às facilidades de contornar obstáculos constituídos por controlos fronteiriços. No tempo de inverno as entradas diminuem.”

Todas as instituições entrevistadas confirmam que as rotas mais frequentes de entrada dos imigrantes são as províncias de Cabo Delgado (mais de 80%) e Tete (20%). O INAR admite que outros imigrantes têm-se servido de Tsangano e Sanga. Porém, as Províncias da Zambézia, Manica e Sofala servem apenas de trânsito para as províncias do sul de Moçambique que fazem fronteira com a República da África do Sul.

A província central de Manica faz fronteira apenas com o Zimbabué. É vizinha das Províncias de Tete, Sofala e Zambézia. É a mais central de todas as províncias. Existem dados segundo os quais imigrantes ilegais foram detidos nesta província, nos distritos de Macossa, Gondola, Bàrué, Tambara e Guro que

transitavam para a Província de Tete (Jornal Notícias de 3.06.2011). O mesmo jornal publicou no mesmo dia um artigo onde se pode ler: “O caso mais recente sobre imigração ilegal refere-se aos 34 estrangeiros de nacionalidade somali e etiópe que foram há dias neutralizados no distrito de Bàrué, Província de Manica”. (Vide Mapa 7).

Estes imigrantes haviam fugido do Centro de Acolhimento de Maratane, na Província de Nampula.

Mapa 7: Manica



Fonte: <http://www.visitmozambique.net/pt/Media/Mapas/Tete>

#### 4.4. As redes moçambicanas e a imigração ilegal

Como já é sabido do estudo das migrações internacionais, não é fácil para as pessoas que não têm relação geográfica e familiar com os países de destino arriscar as suas vidas ao percorrer regiões desconhecidas para chegar a um destino escolhido e desconhecido. Partir nestas condições é uma decisão

arrojada de vida ou morte. As dificuldades são imensas, elas não se limitam apenas à descoberta de um território desconhecido, incluem dificuldades relacionadas com a língua, a cultura, alimentação, logística, acolhimento. Os imigrantes têm que fugir aos controles fronteiriços que podem lhes dar direito a recambiação. As doenças estão sempre à espreita. Quem viaja nas condições ilegais ao ficar doente arrisca-se a não encontrar socorro necessário para salvar a sua vida. Ao passar por vastas zonas desabitadas e florestas extensas é preciso contar com animais ferozes. Mesmo os que se arriscam pelo mar, as embarcações que os deixam à deriva não oferecem a segurança necessária para enfrentar temporais. Quando os imigrantes chegam ao destino têm que enfrentar outro conjunto de dificuldades. Se são indocumentados, como conseguir um documento oficial que lhe permita circular com o mínimo de liberdade. Se não fala a língua dos cidadãos da pátria que escolheu, como manter comunicação com quem quer que seja. Como solicitar comida num mundo desconhecido.

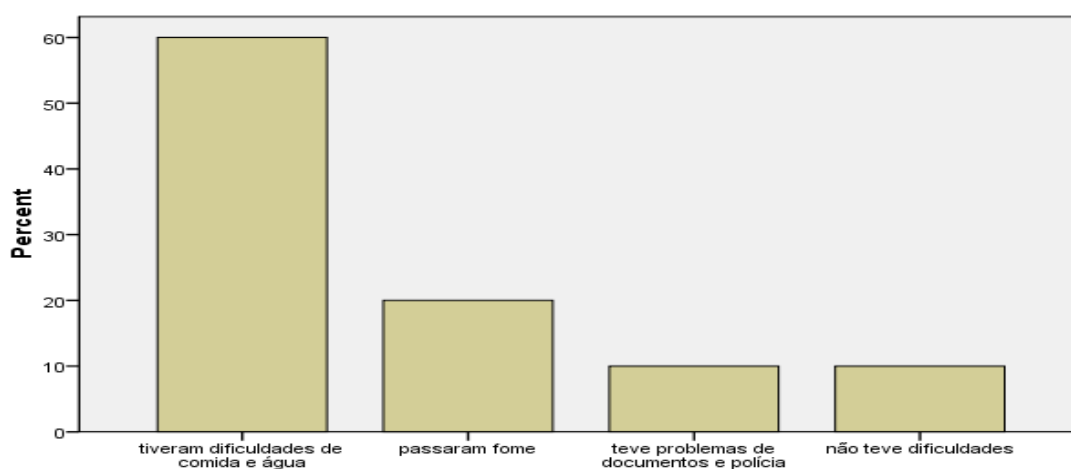
*O Relatório da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais – As migrações num mundo interligado: novas linhas de acção (2005:33)* aponta alguns perigos que se interpõem às pessoas que pretendem imigrar:

- Perigo quando se tenta atravessar fronteiras terrestres e marítimas com embarcações frágeis ou acima das suas capacidades;
- Exploração por empregadores e transportadores de migrantes;
- Tráfico de mulheres, homens e crianças;
- Contrabando de migrantes e tráfico humano e
- Indisponibilidade de serviços públicos aos migrantes devido a situação ilegal em que se encontram.

Portanto, são vários os obstáculos que se interpõem à decisão de partir.

À pergunta “*que tipo de dificuldades os imigrantes tinham enfrentado antes de chegar a Moçambique?*”, eles apontaram comida, água e documentação como alguns dos problemas de base ao longo das viagens. (Vide Gráfico 4).

Gráfico 4: Dificuldades ao longo do percurso



Os imigrantes apontam como dificuldades enfrentadas durante o percurso: comida e água (60%), problemas de documentação (10%), sem dificuldades (10%) e fome (20%).

Como as viagens duram dias, dependendo do local da partida, entre duas semanas a quarenta e cinco dias, quando os imigrantes chegam ao Centro de Acolhimento de Maratane, estão debilitados, desidratados e famintos. Como ficam muito tempo sem se alimentar, quando chegam a Maratane ficam algum tempo para recobrar as energias gastas ao longo da viagem e depois desaparecem com o apoio das redes clandestinas. Muitas vezes seguem em contentores ou camiões para o sul do país. Do sul procuram alcançar a África do Sul.

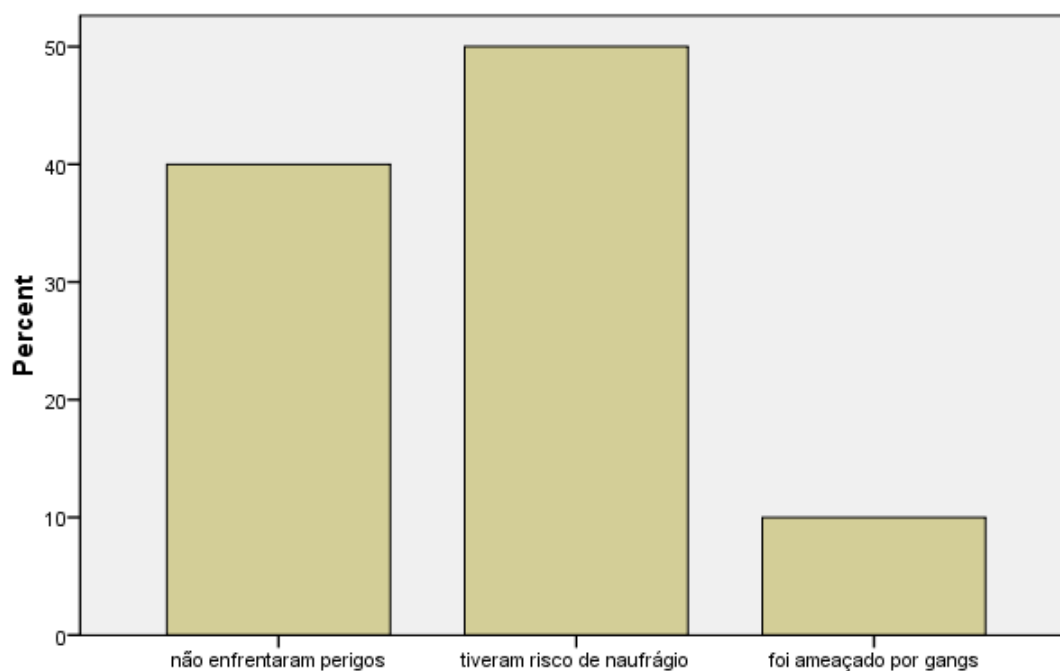
As viagens em contentores são penosas devido ao calor e sufocamento. Têm sido reportadas mortes como consequência das condições precárias em que viajam.

As viagens são autênticas aventuras tanto por terra como por mar.

Nesta caminhada passam muitos riscos entre os quais têm que enfrentar animais ferozes ou crocodilos quando têm que atravessar rios de que eles desconhecem a sua segurança.

Os imigrantes, de acordo com o *Gráfico 5*, apontaram como riscos: naufrágios e ameaças de morte por gangs.

**Gráfico 5: Perigos durante a viagem**



Assim, o imigrante tem que investir nestas dificuldades para encontrar as respostas adequadas à sua decisão de embarcar. Daí que as redes sejam um instrumento de capital importância ao manter os imigrantes informados sobre o país que escolheram.

#### **4.4.1. Tipologia das redes**

Como já foi discutido em capítulos anteriores, sobretudo na abordagem sobre as redes. Os imigrantes estabelecem contactos entre as suas origens e as regiões que eles pretendem escalar. Estes contactos passam pelos territórios por onde eles transitam.

Muanamoha (2011:101) aponta os empregadores, os média, os compatriotas, os recrutadores de mão-de-obra, os contrabandistas, as redes de transportes e comunicações e as comunidades de famílias e amigos como fazendo parte de algumas das redes que encorajam a migração laboral indocumentada além fronteiras.

Massey (1997) citado em Sasaki e Assis (2002:7) levantou algumas teses que contrariam as teorias neoclássicas fundadas em argumentos de racionalidade individual, defendendo que nos movimentos migratórios não seria mais o indivíduo autónomo a peça fundamental das decisões, mas sim famílias, domicílios e outras unidades de produção e consumo bem contextualizadas como por exemplo as redes sociais.

Desta feita, os migrantes somalis potenciam as redes, ao dirigir-se para aqueles locais onde eles têm relacionamentos predefinidos. São as redes familiares, de parentesco, de conterrâneos, de amigos que servem de guarda-chuva a todo um processo de imigração ilegal que Moçambique enfrenta nos últimos tempos. São redes invisíveis e sem rosto dada a natureza ilegal dos fluxos migratórios.

##### **4.4.1.1. As redes familiares**

A família foi sempre considerada como um elemento de aproximação natural entre as pessoas. A solidariedade fundada com base em laços familiares pode ser considerada uma solidariedade natural e afectiva.

Sobre o papel das redes familiares no apoio aos imigrantes podemos tomar, a título de exemplo, a imigração de moçambicanos para a vizinha África do Sul.

As populações do sul de Moçambique estiveram ligadas desde o século XIX a África do Sul por laços migratórios relacionados com o mercado de trabalho. No tempo em que o país era colónia portuguesa foram muitos os acordos assinados entre Portugal e a República Sul Africana com o objectivo de regular as migrações laborais. Mesmo antes desses acordos, muitos moçambicanos imigravam clandestinamente para trabalhar tanto nas minas, como nas plantações da região do Cabo. Aqui, eles tinham salários que, comparados com os pagos pelos colonos portugueses, compensavam relativamente. Este processo criou laços históricos que, ainda hoje, mantêm os povos destes dois países unidos.

O que sustentava a eficácia destas imigrações eram os laços familiares que uniam os cidadãos moçambicanos aos parentes que já se encontravam a trabalhar na África do Sul, ou que para lá haviam-se deslocado.

Os trabalhadores moçambicanos nas minas da África do Sul davam informação sobre as companhias que ofereciam melhores condições de trabalho. De igual modo davam informações sobre as regiões da África do Sul onde se encontravam moçambicanos radicados e que eram mais-valia para a integração dos imigrantes.

Ainda hoje, os imigrantes ilegais moçambicanos que atravessam a fronteira para a África do Sul são apoiados por familiares, parentes e amigos. Eram os familiares e parentes que ajudavam os novos imigrantes a adquirir ou legalizar a documentação que lhes permitiria circular sem problemas com as autoridades ou procurar um emprego limpo.

Para Fazito (2002:10):

**“a participação das famílias nos processos migratórios é activa e abrangente, apresentando funções diversificadas, como recrutamento, intermediação, suporte social na origem e no destino como o provimento de moradia temporária ou definitiva, e provimento dos contactos necessários a alocação profissional. Enfim, as famílias dos migrantes contribuem decisivamente para a interação comunitária bem sucedida.”**

**Ainda no âmbito das redes sociais torna-se fundamental compreender o papel que as redes baseadas no grau de parentesco desempenham nos movimentos migratórios. A informação facilitada pelos membros de uma família que se encontra a jusante pode influenciar os membros que se encontram a montante na decisão de partir, pois a confiança que se estabelece e se atribui aos membros é mais sólida e fiável que aquela que pode vir de qualquer outra fonte.**

**Rocha-Trindade (1995:929) sustenta que:**

**“Uma das componentes mais importantes das redes sociais baseadas em laços familiares, de amizade e comunitários é a unidade doméstica. Os agregados familiares são extremamente importantes para a análise das migrações, uma vez que eles constituem a mais pequena das entidades colectivas no seio da qual se verificam fortes relações de interesse mútuo e de especial confiança.”**

**Esta posição é, também, defendida por Wilson (2002:22) quando afirma que uma das bases mais importantes e seguras da organização social das migrações são as ligações familiares. Este esclarece ainda que não é qualquer forma de parentesco que pode fornecer assistência familiar, mas sim “ o relacionamento entre pais e filhos é o mais significativo, seguido pela ligação entre irmãos, depois entre tios e sobrinhos, e por fim entre primos directos.”**

**Abad (2001:6) citado em Soares (2002:22) enumera as funções das redes baseadas em laços de parentesco como a transmissão de informação que**

permite que os potenciais imigrantes saibam onde vão e o que irão encontrar ; efeito multiplicador na medida em que estas redes aumentam o número de potenciais imigrantes; manutenção das redes entre a origem e o destino antes e depois da migração através de ligações familiares, envio de remessas, laços de solidariedade e migrações de retorno e as redes têm o capital de dar continuidade à migração.

Um elemento destacado por Sasaki e Assis (2002:11) é o papel das redes familiares na minimização dos riscos. A migração de longa distância vincula-se a muitos riscos como os que têm a ver com segurança pessoal, conforto, renda, possibilidade satisfazer as relações sociais. Onde parentes, amigos, vizinhos e colegas de trabalho já têm bons contatos com o possível destino, a confiança sobre as redes de informações interpessoais estabelecidas minimizam e diluem os riscos.

Pode-se dizer que as imigrações baseadas na família são as mais seguras para a circulação de informação. Ninguém da família gostaria de dar informações erradas ao seu familiar.

Segundo a Chefe do Departamento de Protecção e Serviços Sociais<sup>45</sup> no INAR “Também existem redes familiares ou de conterrâneos, porque há imigrantes que se hospedam em residências de pessoas que já se estabeleceram no país.”

Quando se perguntou aos imigrantes: “*se tinham alguns familiares ou conhecidos aqui em Moçambique?*”, 50% dos imigrantes somalis respondeu que tinha familiares e amigos. Os restantes 50% disseram que não tinham familiares

---

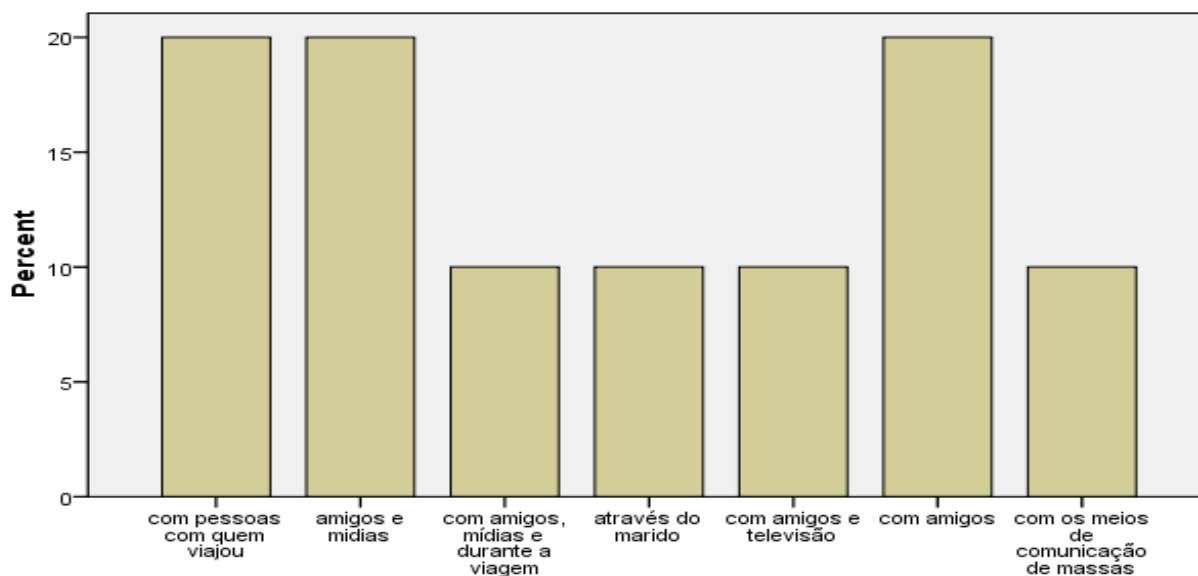
<sup>45</sup> O Departamento de Protecção e Serviços Sociais, é um departamento do Instituto Nacional de Apoio aos Refugiados que “ é responsável pela: recepção e registo dos requerentes de asilo, produção de documentos inerentes ao processo de solicitação de asilo; disseminação dos procedimentos legais a serem observados pelos refugiados e planificação das actividades do departamento segundo as necessidades de curto, médio e longo prazo.” – art. 8 do Regulamento do Instituto Nacional de Apoio aos Refugiados.

nem amigos. Alguns dos familiares destes imigrantes residem em Moçambique entre 1 e 21 anos.

Uma das perguntas colocadas foi: “Com quem tinham tido informação sobre as rotas seguidas?” As respostas são diferentes:

- Com pessoas com quem viajou;
- Com amigos e mídia;
- Com marido;
- Com amigos e televisão;
- Com os meios de comunicação de massas. (Vide Gráfico 6).

Gráfico 6: Redes de informação



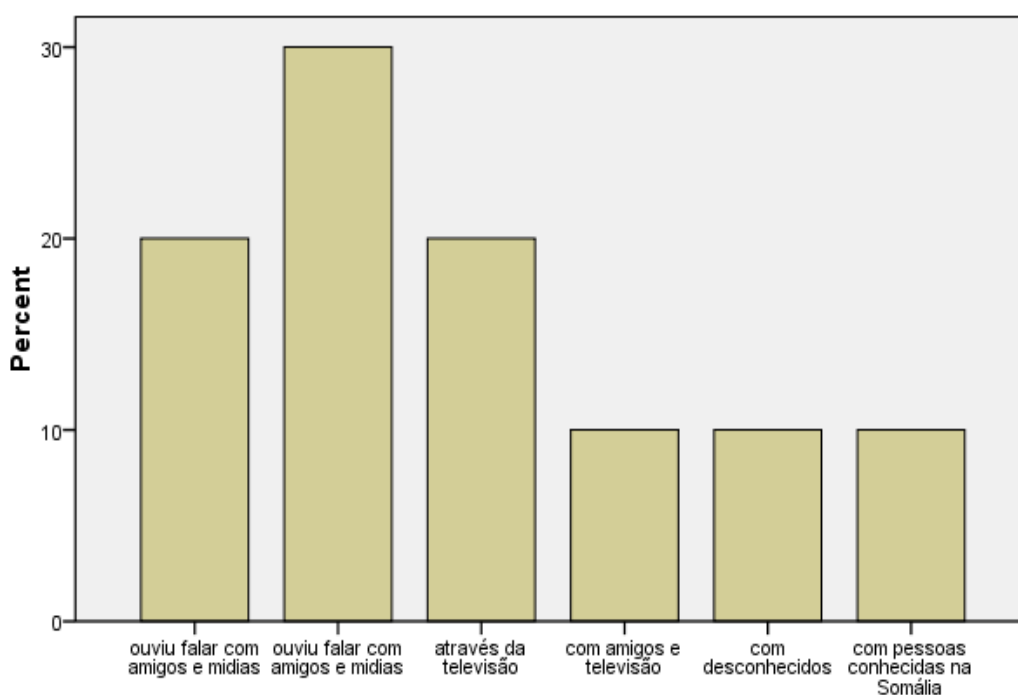
Quando os imigrantes referem que tiveram conhecimentos sobre as rotas com pessoas com quem viajaram, isto leva a deduzir que ao longo das viagens se estabelecem laços de aproximação, confiança, amizade, solidariedade, ajuda mútua fundados na origem, no sofrimento e nos objectivos comuns. Estas relações ajudam a partilhar informação.

O Gráfico 7 mostra com que meios os migrantes somalis tiveram informação sobre Moçambique.

Sobre com quem tinham tido informação sobre Moçambique tivemos como respostas:

- Mídias;
- Televisão;
- Desconhecidos e
- Conhecidos.

Gráfico 7: Meios de informação das rotas



Contudo, quando se pergunta: “ *Quem te recebeu em Moçambique?*” As respostas são bem discretas :

- Pelo Instituto Nacional de Apoio aos Refugiados ( 50%);
- Pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (30%);

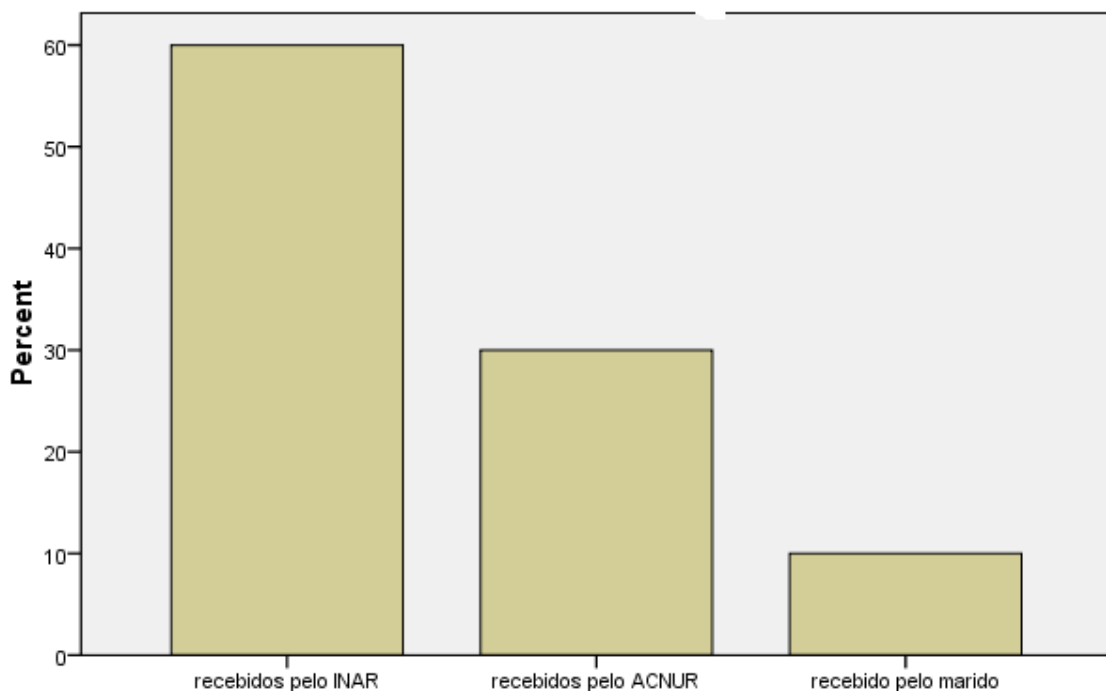
- Pelo povo ( 10%) e
- Pelo marido ( 10%).

O *gráfico 8* é uma ilustração das instituições que são mencionadas pelos somalis como tendo desempenhado um papel importante no seu acolhimento.

Os imigrantes não se arriscam a apontar os familiares e amigos que lhes teriam recebido, porque constituiria quebra do segredo montado num tipo de imigração perseguida pelas autoridades. Quando os somalis afirmam que foram recebidos pelo povo moçambicano, esta afirmação tem sentido diplomático e é um sinal de agradecimento a hospitalidade dos moçambicanos.

Os imigrantes agradecem ao Instituto Nacional de Apoio aos Refugiados e ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados porque estas instituições têm facilitado, intermediado a sua integração, bem como dar apoio material.

**Gráfico 8: Instituições que receberam os imigrantes**

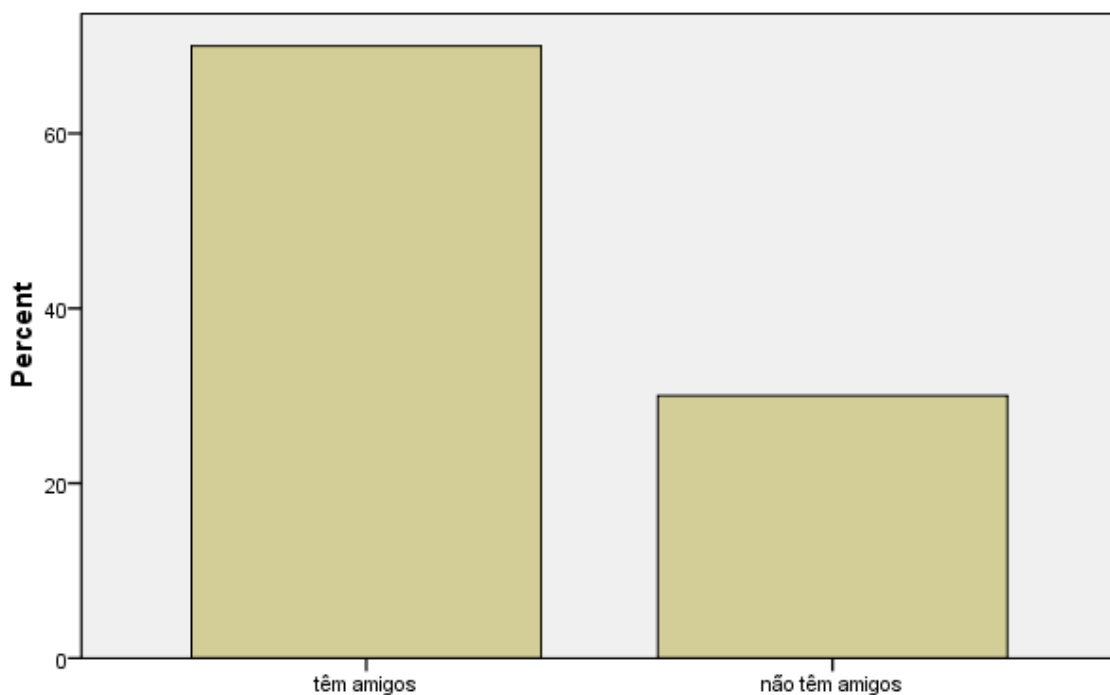


À pergunta:” *Tem amigos em Moçambique?* “

- 70% respondeu que tinha amigos e
- Apenas 30% disse que não tinha amigos. ( *Vide Gráfico 9*).

Não se pode considerar amigos pessoas com quem têm relações de convivência desde a Somália. Pode-se considerar amigos imigrantes da terra que, devido às afinidades de proveniência, têm sido valiosos na concessão de informação fundamental para quem decide abandonar o país.

**Gráfico 9: Relações entre os imigrantes**



Perante estas respostas pode-se concluir que existe, sim uma rede de informantes familiares e conhecidos que ajudam os seus conterrâneos a chegar à Moçambique.

#### **4.4.1.2. As redes clandestinas**

O fluxo de informações que ajudam os imigrantes a diminuir os riscos de escolher um país desconhecido, não circula apenas usando canais mais ou menos formais.

As informações fluem aproveitando canais informais entre os pontos de partida, de trânsito e de destino. Este circuito de informações é muito eficiente.

As redes sociais clandestinas têm desenvolvido uma actividade de solidariedade muito valiosa para com os seus conterrâneos.

O Instituto Nacional de Apoio aos Refugiados acredita na existência de redes clandestinas:

“ Existem redes clandestinas que facilitam a informação de que os imigrantes necessitam para chegar a Moçambique. Estas redes partem da Somália, passam pelos países de trânsito até chegar em Moçambique.

A imigração ilegal é um negócio rentável porque os imigrantes pagam valores avultados que chegam a U\$1.000. As redes são tão organizadas que os potenciais imigrantes chegam a depositar dinheiro nas contas das pessoas que constituem as redes de apoio.

É difícil lidar-se com os somalis. Eles não são sinceros devido a situação de guerra que o seu país atravessa. Eles vivem uma situação de corrupção.

Há redes. Antes de Moçambique colocar guardas nas fronteiras havia redes muito fortes. Eles chamam isso de negócio. Pagam altos valores para ser transportados de Mogadíscio a Moçambique. As redes são muito organizadas de tal maneira que depositam dinheiro no país na conta dos facilitadores. São redes de tráfico e transporte de pessoas. Apesar destas redes não se lhes retira o direito de estatuto de refugiado”.

Este depoimento contradiz um pouco a tese defendida pelo mesmo representante do INAR, segundo a qual os imigrantes somalis não podem ser considerados ilegais já que o seu país encontra –se em guerra há mais de 20

anos. A pergunta que se coloca é: como é que alguns dos imigrantes chegam a pagar 1.000 dólares para chegar a Moçambique nas condições de um país dilacerado pela guerra e por uma fome que transformou o país numa zona de emergência?

Isto levanta algumas suspeitas sobre a natureza e o estatuto de alguns somalis que pedem asilo em Moçambique. Sabe-se que a Somália é palco de pirataria marítima. Será que alguns dos piratas se apresentam como solicitantes de asilo?

O Instituto Nacional de Apoio aos Refugiados é da opinião de que a existência de redes não retira aos imigrantes o estatuto de refugiados.

Os imigrantes preferem não falar de redes clandestinas por se tratar de risco denunciar quem lhes ajudou a chegar a Moçambique.

Os somalis pagam somas avultadas em dinheiro para alcançar Moçambique, o que permite concluir que essas somas são depositadas em contas dos constituintes de redes.

O facto de não termos fontes fiáveis e credíveis não descarta a hipótese da existência de redes clandestinas uma vez que os factos confirmam isso. Aliás, uma rede clandestina é aquela que se furta a usar circuitos legais para chegar ao destino preferido.

**Para o representante da Direcção Nacional das Migrações no MINT:**

“ Existe uma cadeia de redes a partir do país de origem, passando pelos países de trânsito até chegar a Moçambique. Eles têm contactos com as pessoas que os vão receber, tanto em Moçambique como na África do Sul.

Em Nampula já têm pessoas que chegaram a muito tempo como refugiados e que têm pequenas lojas e barracas. Uns estão no comércio formal e outros no comércio informal. Ficam aqui um mês ou dois e depois apanham camiões em contentores em direcção ao centro e sul a caminho de Maputo. Em Maputo ficam algum tempo. A intenção não é Maputo, é África do Sul. Em Maputo podem ficar seis meses e depois rumar para este país.

Ainda não se sabe se são redes familiares ou de traficantes. As redes têm ramificações com os países de trânsito e os países de destino. Existem intermediários. Eles têm o contacto das pessoas que os vão receber. Quando chegam a Moçambique têm contactos com as pessoas que os vão receber e com o país deles.”

**A representante do ACNUR é um pouco mais cauteloso quando se trata de redes:**

“ Existem redes sociais e redes de contrabando. Porém, não podemos garantir que estejam em Moçambique ou tenham contactos a partir de Moçambique. Não temos informação que nos garanta que haja contactos com familiares que estão em Moçambique.

Existem redes que assistem os imigrantes, fornecendo informação sobre as rotas mais seguras.”

**Existe a convicção da existência de um sistema complicado de laços entre imigrantes, traficantes e contrabandistas.**

**Os protocolos subscritos em 2000 no âmbito das Nações Unidas definem tráfico como um fenómeno que consiste:**

“no recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou acolhimento de pessoas, recorrendo á ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, rapto, fraude, engano, abuso de autoridade ou de situação de vulnerabilidade, ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tem autoridade sobre outra, para fins de exploração.” (Peixoto, 2007:72-73)

**Estes protocolos incluem na categoria de tráfico: a exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, a escravatura ou práticas idênticas à escravatura, a servidão ou exploração de órgãos. O contrabando seria a facilitação de entrada ilegal de uma pessoa num Estado de que não é nacional ou residente para obter “ directa ou indirectamente um benefício financeiro ou outro benefício material.” (Ibid, 72-73).**

**A este respeito o Chefe do Departamento de Gestão de Projectos de Saúde e Desastres na Organização Internacional de Migrações, afirmou:**

“Desconfia-se que haja redes de traficantes e contrabandistas. As vezes usam pescadores que têm conhecimentos dos caminhos mais seguros. Os imigrantes percebem o risco e é por isso que os imigrantes são constituídos mais por homens que por mulheres. Os homens arriscam-se a viajar em condições difíceis.

Na verdade viajam em condições precárias, em camiões. Os contrabandistas não estão interessados pelos direitos humanos, mas sim por dinheiro.”

**Alguns dos somalis inquiridos (30%) disseram que não tinham amigos em Moçambique, contudo tinham conseguido viajar até ao país.**

**Tem sido reportado pelos órgãos de comunicação social casos de imigrantes que foram flagrados em contentores procurando alcançar o sul de Moçambique, provavelmente para atravessar a fronteira em direcção a RSA.**

**Os transportadores de imigrantes quando são interceptados pela polícia e se procura saber quem são os proprietários dos camiões que eles conduzem, não se arriscam a indicar nomes. Isto é uma prova de que a imigração ilegal envolve uma rede organizada de contrabandistas e constitui um negócio complicado.**

#### **4.5. O papel das instituições na integração dos imigrantes**

**Importa estudar a natureza das políticas de integração instituídas pelo governo e por outras instituições nacionais e internacionais, aferindo o seu impacto na configuração das migrações internacionais em Moçambique.**

***O Relatório da Comissão Mundial Sobre as Migrações Internacionais - As migrações num mundo interligado: novas linhas de acção (2005:9), fazendo referência a Divisão para as Populações da Organização das Nações Unidas ,***

**afirma existir actualmente cerca de 200 milhões de migrantes no mundo, o equivalente a população do Brasil, quinto país mais populoso do mundo.**

**As migrações internacionais têm sido um desafio para os governos, que são forçados a produzir políticas que tenham em vista a inclusão dos novos cidadãos.**

**Castiglioni (2009:39) afirma que a**

**“A migração é um processo complexo em suas características, mensuração, causas e efeitos. O estudo da migração é relevante não só para a compreensão dos seus determinantes políticos, sociais e económicos, como também para o conhecimento dos efeitos que ocorrem em várias esferas: o processo afecta a vida e o comportamento dos migrantes, suas famílias e suas redes parentais e comunitárias, e, em termos da estrutura da sociedade, por seu carácter bilateral, a migração provoca modificações na distribuição, na dinâmica, e na composição da população, interferindo na vida política, e social das comunidades de partida e de chegada dos migrantes.”**

**Partindo do pressuposto de que as migrações envolvem cidadãos que pertencem a nações com governos, estes têm um papel muito significativo no processo de gestão dos fluxos migratórios, quer no país de partida, quer no país de destino. Esta gestão de fluxos migratórios pode ser feita através de estabelecimento de políticas que estimulam ou dificultam o processo, de políticas que facilitem a integração dos imigrantes.**

**Moçambique possui instituições que no seu dia a dia têm-se confrontado com pessoas que procuram acolhimento no país. De acordo com as competências que lhes foram atribuídas estas instituições devem trabalhar no sentido de integração dos imigrantes no país.**

#### **4.5.1. O papel da polícia**

**Apesar de os Estados investirem na segurança das suas fronteiras através de aumento de guardas fronteiriços e agentes de imigração, construção de vedação**

e barreiras fronteiriças, detenção de imigrantes em situação irregular, introdução de passaportes digitais, utilização de dados biométricos, detenção de passaportes de migrantes e traficantes de seres humanos, etc. ( *Relatório da Comissão Mundial Sobre as Migrações Internacionais - As migrações num mundo interligado: novas linhas de acção, 2005:34* ), as migrações irregulares nunca param de crescer. Estas medidas em nada assustam as pessoas que pretendem deixar as suas regiões de origem para experimentar boa vida em outros países.

Peralva (2008:s/p) defende que a compreensão das migrações contemporâneas num mundo globalizado deve considerar dois aspectos: o primeiro, é a intensificação dos fluxos migratórios como processo em marcha e não estabilizado; o segundo, refere-se a enfraquecimento da capacidade dos Estados em controlar esses fluxos, tanto nos países emissores como nos receptores.

É por causa das barreiras que os países colocam à entrada de estrangeiros nos seus países que encontramos maior número de cidadãos a entrar ilegalmente nos países preferidos.

Para a Polícia da República de Moçambique existem imigrantes ilegais oriundos da Somália. Uma das preocupações da polícia, depois de se ter constatado a entrada massiva de cidadãos de nacionalidade somali e da Região dos Grandes Lagos, foi montar um sistema de vigilância naquelas zonas onde se havia constatado a vulnerabilidade das fronteiras. A vigilância daquelas áreas e de outras, sobretudo no norte e centro, permitiu detectar migrantes transportados em contentores rumo as províncias do sul. Especula-se, e com certa razão, que o destino destes imigrantes seja a República da África do Sul.

Quando assim acontece, os imigrantes são conduzidos para as esquadras mais próximas para depois seguirem os trâmites legais.

A missão da polícia consiste em velar pela integridade do território e inviolabilidade das fronteiras nacionais. Esse papel tem sido assumido com

certas dificuldades devido a extensão das fronteiras nacionais e a exiguidade de recursos materiais, financeiros e humanos.

Não compete a polícia integrar imigrantes, mas entregá-los às instituições para os procedimentos legais.

No seu trabalho: “ *International Migration Management and Development in Mozambique: What Strategies?*”, Raimundo (2009:104-110) sustenta que as migrações no período pós- independência foram geridas por leis duras (1975 a 1990) quando tudo era controlado pelo Estado segundo os princípios do ‘*poder popular*’ e em estreita ligação com a URSS, RDA, Cuba e outros estados socialistas. Para viajar para fora do país era obrigatório ter um passaporte passado pelos Serviços de Migração controlados pelo SNASP ( Serviço Nacional de Segurança Pública). Durante este período as pessoas que estudavam fora eram obrigadas a regressar ao país findos os estudos. Falar sobre migrações, neste período, era considerado tabu, porque era assunto de segurança do estado. As políticas reguladoras das migrações consistiam em reforçar o controlo das fronteiras e combater a migração irregular. Esta tarefa cabia aos Ministérios da Segurança, da Justiça, do Interior e da Defesa. Apesar deste apertado controlo, ninguém do governo está em condições de fornecer dados sobre quantos moçambicanos viviam no Ocidente durante o tempo de exílio. Quanto às movimentações no interior do País, o controlo fazia-se através das *Guias de Marcha*<sup>46</sup> e *Grupos Dinamizadores*<sup>47</sup>.

---

<sup>46</sup> *Guia de Marcha* era um documento passado pelas autoridades para autorizar a movimentação das pessoas duma província para outra, ou dum distrito para o outro. A pessoa, ao chegar ao destino, devia apresentar-se às autoridades locais para averbar a guia e não ser considerado como estranho.

<sup>47</sup> *Grupo Dinamizador* era uma estrutura criada pelo Partido Frelimo nos bairros, localidades que controlavam as populações nos locais sob sua jurisdição. Era uma espécie de estrutura paralela às do Governo, mas com grande influência nas decisões políticas.

## 4.5.2. O papel do Instituto Nacional de Apoio aos Refugiados

O INAR é uma instituição que se subordina ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e tem como tarefas receber, acomodar e acompanhar os candidatos que pretendem que lhes seja concedido o estatuto de refugiados<sup>48</sup>.

---

<sup>48</sup> A Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados define refugiado como uma pessoa:

“que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de Janeiro de 1951, e receando com razão ser perseguido em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, ou filiação a certo grupo social ou das suas opiniões políticas, que se encontra fora do seu país de que tem a nacionalidade e não queira pedir a protecção daquele país; ou que, se não tiver a nacionalidade e estiver fora do país no qual tinha a sua residência habitual após aqueles acontecimentos, não possa ou, em virtude do dito receio, a ele não queira voltar.”

Porque este conceito não se adaptava aos contextos de outros continentes, e incidia sobre um espaço e um tempo do período da Europa Pós - II Guerra Mundial, a Convenção da OUA de 1969, procurou um conceito renovado segundo o qual é refugiado:

“ qualquer pessoa que, devido a uma agressão, ocupação externa, dominação ou acontecimentos que perturbam gravemente a ordem pública numa parte ou na totalidade do seu país de origem ou do país de que tem a nacionalidade, seja obrigada a deixar o lugar de residência habitual para procurar refúgio noutra parte fora do seu país de origem ou nacionalidade.”

O Estado Moçambicano pelas resoluções no. 11/88 e 12/88 de 25 de Agosto, ratificou a Convenção da Organização da Unidade Africana, relativa a aspectos específicos dos problemas dos refugiados em África, de 10 de Setembro de 1969 e o Protocolo Adicional a Convenção de Genebra sobre Estatuto do Refugiado, de 31 de Janeiro de 1967.

A Lei no. 21/ 91 de 31 de Dezembro, aprovada pela Assembleia da República, no seu art. 1, diz:

“ Considera-se refugiado todo aquele que:

- a. tenha um fundado receio de ser perseguido por causa da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em determinado grupo social ou suas opiniões políticas, e se encontra fora do país da sua nacionalidade e não possa, ou em virtude daquele receio, não queira voltar ou pedir a protecção daquele país;
- b. Se não tiver nacionalidade e se achar fora do país em que tinha a sua residência habitual, não possa ou não queira, em face daquele receio a ele voltar;
- c. Devido a uma agressão externa, ocupação, dominação estrangeira, ou acontecimento que alteram em termos graves a ordem pública numa parte ou em todo o país de origem, seja obrigado a deixar o lugar da sua residência habitual, com finalidade de pedir refúgio em outro lugar fora do país de origem ou de nacionalidade.”

**São atribuições do INAR, segundo o artigo 3 do Regulamento Interno deste Instituto:**

- “ a) Conceder apoio e assistência aos candidatos ao estatuto do refugiado e aos refugiados na República de Moçambique, bem como coordenar com as demais entidades nacionais e estrangeiras na execução de acções tendentes a proporcionar-lhes um clima de segurança e estabilidade no país em coordenação com a Comissão Consultiva para os Refugiados criada pela Lei n.º 21/91, de 31 de Dezembro;**
- b) Organizar os processos de pedido de asilo no que concerne à aquisição de documentos de identificação e de viagem;**
- c) Actualizar os processos individuais dos candidatos ao estatuto de refugiado e dos refugiados;**
- d) Propor a assinatura de contratos e acordos com o Governo e instituições de assistência ou agências doadoras no âmbito da sua área de actividade;**
- e) Criar e fazer gestão quotidiana dos centros de acomodação no que concerne a distribuição de bens alimentícios, bens de uso individual e outros serviços disponíveis;**
- f) Promover o acesso à educação e saúde pública aos requerentes de asilo e aos refugiados;**
- g) Promover projectos conducentes ao auto-sustento dos refugiados.”**

**Em princípio, o INAR não se lida directamente com os imigrantes ilegais. Porém, foi obrigado a lidar-se com esta realidade quando em Palma e Mocímboa da Praia, Província de Cabo Delgado, começou a haver um grande influxo de somalis. Era necessário registá-los e conceder algum apoio enquanto as autoridades procedessem a tramitação do seu expediente.**

**Ainda que Moçambique não tenha políticas de integração dos imigrantes, como acontece nos países da União Europeia, existem princípios básicos de inserção destes.**

Olhando para os artefactos legais estabelecidos tanto no plano regional da União Africana, como no plano nacional encontramos uma protecção ao candidato ao estatuto de refugiado.

No caso específico de Moçambique em que o INAR “*recusa-se*” a aceitar o estatuto ilegal dos imigrantes somalis é fundamental argumentar que os somalis passam ao estatuto de candidato a refugiado quando são encontrados na situação ilegal pela polícia, valendo-se da situação de guerra em que se encontra o seu país para merecer esta protecção.

Nos interessa analisar a integração do imigrante ilegal candidato a refugiado. É fundamental estabelecer a ligação entre imigrante ilegal, candidato a refugiado e refugiado<sup>49</sup>.

Temos que esclarecer primeiro, que ainda que o INAR recuse o carácter ilegal de alguns imigrantes que se fazem ao território nacional, o processo de organização dos seus documentos para que passem a estatuto de refugiado já é sintomático de que a imigração ilegal somali defendida pelos órgãos de comunicação e pela polícia de Moçambique existe. Entendemos que, por razões diplomáticas e de prestígio, e tendo em conta a própria história de um Moçambique que viveu mais de dez anos de conflito armado, haja que moderar certas apreciações a pessoas que estão nas condições em que os cidadãos moçambicanos estiveram no passado.

Para os imigrantes acolhidos no Centro de Maratane os procedimentos incluem entrevistas, registo e mais tarde recebem um documento que lhes dá acesso à comida e a cuidados sanitários no Hospital localizado dentro do Centro.

Depois de três anos, passa-se a uma verificação de controlo para ver se ainda continuam no centro ou não. Depois deste controlo recebem um documento para

---

<sup>49</sup> Num debate televisivo organizado (23.10.2012) pelo Canal estatal TVM onde participaram estudantes do ISRI, académicos e público em geral, foi constatado que existiam imigrantes ilegais que se apresentam como refugiados no Centro de Maratane em Nampula mas que depois de algum tempo desaparecem sem deixar sinais.

circular na Província de Nampula aguardando a entrevista que lhes vai conceder o estatuto de refugiado. Depois desta entrevista pode o imigrante, já com o estatuto de refugiado adquirido, pedir autorização para o exercício de uma actividade comercial.

Quanto às políticas de integração o INAR defende que:

“Não existem políticas escritas de integração dos imigrantes. Porém, existem princípios básicos para muitos imigrantes que entram em Moçambique, desde que sejam legalizados e tenham o estatuto de refugiados. Estes princípios incluem:

- No caso dos imigrantes que apresentam certificado de habilitações podem ter equivalência que lhes permite continuar os estudos com os moçambicanos;
- Ter facilidades de obter documentos para o exercício de actividades comerciais;
- Legalização dos imigrantes ilegais através da concessão do estatuto de refugiado como condição inicial para o exercício de qualquer actividade ou concorrer a um emprego.”

Segundo a nossa fonte, os somalis trazem muito dinheiro que lhes facilita começar o negócio. Outros começam por trabalhar para comerciantes conterrâneos e depois abrem seus negócios em Moçambique. Eles são muito unidos e possuem informações sobre Moçambique. Os somalis são basicamente comerciantes e pedem para desenvolver esta actividade.

#### **4.5.3. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados**

O ACNUR nasceu a 14 de Dezembro de 1950, como órgão da Assembleia Geral das Nações Unidas. O ACNUR tinha, no começo, o mandato de reassentar refugiados, na sua maioria, europeus desabrigados pela II Guerra Mundial.

A partir de 1960 o ACNUR dedicou-se a dar assistência económica aos refugiados provenientes das guerras civis.

O mandato do ACNUR é de:

- Dar protecção jurídica e assistência material aos refugiados assim como apoiar os que solicitam asilo em outros países;
- Salvar os direitos e o bem estar dos refugiados;
- Oferecer protecção e assistência aos refugiados;
- Encorajar os Estados a criar condições conducentes à protecção dos direitos humanos;
- Reintegrar os refugiados de regresso ao seu país.

O Estatuto do ACNUR define que suas actividades são de carácter estritamente humanitário e apolítico.

Em Moçambique o ACNUR surgiu depois da independência em 1975 e teve um papel muito decisivo no apoio ao repatriamento dos refugiados moçambicanos que se encontravam nos países vizinhos devido a guerra civil.

Em Moçambique o ACNUR tem como objectivos:

- Apoiar actividades de auto-suficiência dos refugiados;
- Apoiar os governos para desempenhar o seu papel na protecção e assistência aos refugiados;
- Dirigir as actividades de planificação para eventual afluência de refugiados ao país.

O ACNUR trabalha com o INAR e com os diferentes ministérios.

Quanto à integração dos refugiados na vida social, o Representante do ACNUR comunga da mesma ideia do representante do INAR quando afirma que:

“ Depois de adquirido o estatuto de refugiado, os refugiados têm os mesmos direitos que os nacionais. Estudam, tem direito ao trabalho e a educação.

No campo de Maratane eles podem sair do campo quando apresentarem uma justificação das razões que lhes levam a sair do campo.

Há refugiados que estudam, há médicos, enfermeiros, professores. Eles ajudam o país com o conhecimento que trazem do seu país. Existem estudantes em várias universidades.

Com um documento do governo eles podem trabalhar e autosustentar-se. Podem instalar-se em qualquer parte do país.

Depois de adquirirem o estatuto de refugiados, os imigrantes são integrados na sociedade, sobretudo na educação, na saúde, no comércio formal e informal.

Os filhos de imigrantes têm os mesmos direitos que os filhos de moçambicanos. Estudam nas mesmas escolas.”

O processo de transição de imigrante ilegal a refugiado acontece depois de cumprir certos requisitos que incluem o preenchimento de um formulário com os seguintes dados:

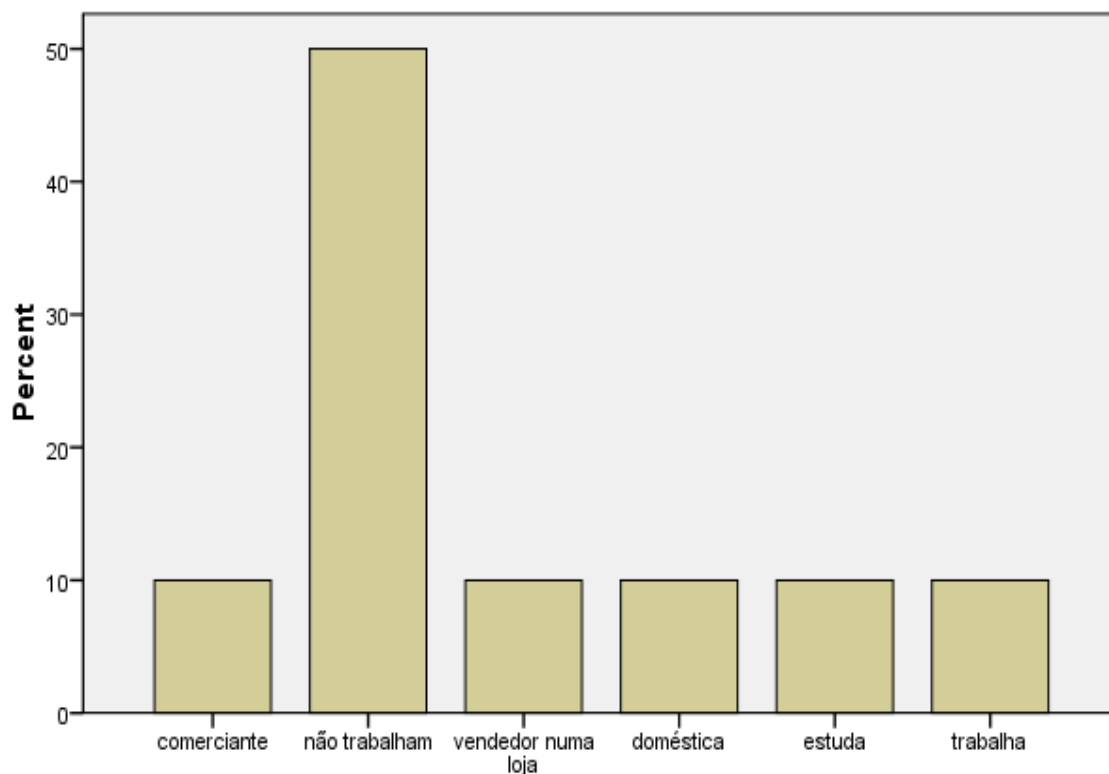
- **Dados biográficos do requerente;**
- **Razões que levaram o requerente a sair do seu país;**
- **Razões pelas quais receia regressar ao seu país;**
- **Avaliação da credibilidade da informação fornecida pelo requerente ( documentos, provas de familiares, ou de outros testemunhas, informação do país de origem, declarações detalhadas do requerente, consistentes, contraditórias, omissas, comportamento e carácter do requerente durante a entrevista);**
- **Avaliação para inclusão – secção 2 ( 1) Lei do Refugiado ( Convenção de 1951/ Protocolo de 1967);**
- **Tendo em conta a informação do país de origem haverá a hipótese de se regressar ao seu país, a tortura e outros abusos serem concretizáveis.**

Em função dos dados apresentados recomenda-se que o requerente preencha os requisitos necessários ao estatuto de refugiado tendo em conta o preceituado na Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados, aos critérios presentes na definição do art. 1.2 da OUA e deve ser reconhecido como refugiado (a) e (c) do art. 1, da Lei 21/91 de 31 de Dezembro.

#### 4.5.4. Perspectivas futuras

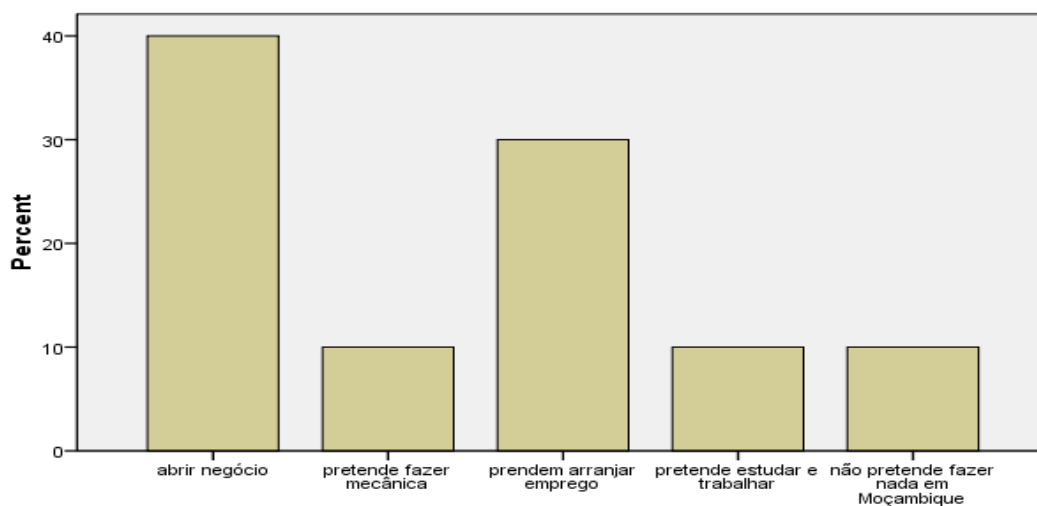
O maior número dos imigrantes entrevistados no Centro de Maratane não tem ocupação. Só um reduzido número de imigrantes é que desenvolve actividades no comércio. O *Gráfico 10* dá um panorama das actividades que alguns dos imigrantes desenvolvem no Bairro de Maratane.

Gráfico 10: Ocupação de imigrantes



Como qualquer pessoa que se arrisca a encontrar refúgio, os imigrantes trazem consigo esperanças e sonhos. O *Gráfico 11* ilustra as expectativas que os imigrantes carregam ao chegar a Moçambique.

**Gráfico 11: Perspectivas de vida dos imigrantes**



Alguns dos imigrantes acreditam que Moçambique é a sua segunda pátria e, por isso, pretendem realizar aqui os seus sonhos. Outros acreditam que um dia a paz irá pairar sobre o seu país e, por isso, Moçambique aparece como terra de espera. A maioria dos imigrantes gostaria de abrir negócio e ter uma vida independente.

Há um outro grupo que pretende ter um emprego em vez de estar acantonado no Centro de Acolhimento de Maratane. Outros sonhos distribuem-se entre estudar para depois arranjar emprego e aprender alguma profissão no ramo da mecânica.

## **CAPÍTULO V: CONCLUSÃO**

**Ao longo deste trabalho procurou-se caracterizar os fluxos de imigração ilegal provenientes da Somália, sobretudo as rotas e os processos de fixação em território moçambicano. O estudo analisou, também, as redes sociais que sustentam estas migrações. Foram, de igual modo, identificadas as condições político-económicas e culturais que servem de atractivo aos imigrantes somalis e as políticas de regulação e integração adoptadas pelo Estado Moçambicano.**

**A Somália é um país que desde os anos 80, do século passado tem sido assolado por uma crise política que se vem arrastando até agora com consequências humanitárias nefastas para o seu povo.**

**Os imigrantes ilegais vindos daquele país do Corno de África, e que escolhem Moçambique como seu destino preferido tanto para fixar residência como para transitar para a África do Sul, encontram neste país razões objectivas para o fazer. Por um lado são as facilidades geográficas aliadas a um deficiente controlo de fronteiras que tornam o país vulnerável. Além disso, Moçambique goza de uma estabilidade política que é considerada um exemplo a nível do continente e do mundo. A par destes factores, o país oferece oportunidades de investimentos que constituem uma mais-valia para quem se interesse em negócios. Moçambique tem afinidades culturais e religiosas com a Somália. As províncias do norte de Moçambique, sobretudo as de Nampula e Niassa, são compostas por pessoas que professam maioritariamente a religião muçulmana. Isto deve-se a contactos seculares que as populações costeiras destas regiões tiveram com os árabes. Atraídos por este espírito de irmandade e solidariedade, estes imigrantes vêm no país grandes hipóteses de hospitalidade e fraternidade.**

**Na sua maioria os imigrantes seguem por rotas marítimas , mas existem rotas terrestres que passam por países como o Quénia, o Uganda, a Tanzânia, entrando pelo distrito de Palma na Província de Cabo Delgado. Os distritos de Sanga e Mavago na Província de Niassa constituem também portas de entrada. Outros vindos do Malawi, entram do lado moçambicano pelos distritos de Tsanganano e**

**Changara, na província de Tete. São poucos os que utilizam a via aérea. Quando assim acontece, trazem vistos falsos.**

**Como foi exposto no Capítulo IV a maioria dos imigrantes que chegam a Moçambique, e que são acolhidos no Centro de Maratane, na Província de Nampula, depois de se recompor, após longos dias de viagem sem assistência, abandonam este local em direcção ao sul do País, sobretudo Maputo . As províncias do sul não são o seu destino definitivo, funcionam como rampa de lançamento para alcançar a República da África do Sul.**

**Os resultados da pesquisa realizada apontam para a existência de redes de familiares, amigos, conterrâneos e clandestinas que têm servido como fonte de informação sobre as rotas mais seguras. Porém, existe um número considerável de imigrantes, que acedem aos meios de comunicação de massas, como a rádio e a televisão, para obter informação sobre Moçambique.**

**Metade dos imigrantes do Centro de Acolhimento de Maratane não trabalha. Os restantes dedicam-se ao comércio, aos estudos e a actividade doméstica.**

**Os imigrantes trazem consigo esperanças e sonhos como: abrir negócio e ter uma vida independente, estudar para arranjar emprego, aprender uma profissão no ramo da mecânica. Existe um outro grupo que sonha que um dia a paz voltará a iluminar o seu país e, por isso, será na Somália onde as suas esperanças vão se concretizar.**

**A nível institucional, Moçambique não possui um quadro político de integração dos imigrantes. Todavia, os imigrantes que se encontram acolhidos têm merecido o devido tratamento na área da educação, saúde, comércio formal e informal.**

**O Instituto Nacional de Apoio aos Refugiados têm a missão de organizar os processos dos refugiados , conceder apoio e assistência aos candidatos ao estatuto de refugiado e aos refugiados, coordenar com outras instituições**

nacionais e estrangeiras a execução de acções de segurança dos imigrantes. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados tem a tarefa de apoiar materialmente os refugiados, apoiar material e financeiramente o Instituto Nacional de Apoio aos Refugiados de modo que possa desempenhar com êxito a sua missão de assistência aos refugiados, dar protecção e assistência jurídica aos refugiados e requerentes de asilo, apoiar o governo moçambicano nos seus esforços para criar acções de protecção aos refugiados.

No Centro de Acolhimento de Maratane, na Província de Nampula, e em outros locais, os filhos de imigrantes frequentam as escolas moçambicanas ao lado de crianças moçambicanas, beneficiando, por exemplo, do livro de distribuição gratuita para o ensino básico<sup>50</sup>. Ainda, no sector da educação, existem imigrantes que se dedicam a actividade de docência. Imigrantes com formação profissional na área de saúde trabalham em unidades sanitárias nacionais como médicos e enfermeiros. Existem imigrantes, sobretudo nas grandes cidades que desenvolvem normalmente actividades no sector comercial formal e informal dando, assim, o seu contributo no desenvolvimento da economia moçambicana.

A imigração ilegal em Moçambique é um fenómeno que terá que ser acompanhado dentro dos compromissos e acordos que Moçambique tem com as instituições ligadas às migrações, de modo que as consequências que possam resultar não sejam negativas tanto para os imigrantes como para os nacionais, pois as vozes em surdina nem sempre são favoráveis ao fenómeno e a forma como o governo tem se lidado com o assunto.

Os meios de comunicação de massas têm reportado a detenção de imigrantes ilegais que procuram atravessar Moçambique em direcção a África do Sul, bem como naufrágio de embarcações com imigrantes ilegais. Também têm sido

---

<sup>50</sup> Em Moçambique, as crianças que frequentam o Ensino Básico ou Ensino Primário da 1ª. a 7ª. Classes recebem gratuitamente o livro escolar, porque Governo o Moçambicano definiu este ensino como gratuito.

reportado, pelos média, o envolvimento de imigrantes ilegais somalis na extração e compra de pedras semipreciosas e outros negócios ilícitos, sobretudo na província de Cabo Delgado.

Face à lacuna existente sobre a problemática das migrações internacionais, em particular das correntes migratórias ilegais, no contexto moçambicano, este estudo pretende ser um contributo para o desenvolvimento e aprofundamento da investigação sobre as migrações internacionais em Moçambique com especial enfoque na imigração ilegal. Além disso, o trabalho realizado aponta para a necessidade de se perspectivar o estudo dos movimentos migratórios ilegais num quadro mais vasto de análise que contempla a sua dimensão legal/júridica, bem como as suas implicações nos domínios económico, social e cultural.

Por último, torna-se importante alargar o âmbito da análise a outras correntes migratórias, como é o caso dos imigrantes ilegais provenientes não só da Região dos Grandes Lagos e Corno de África, mas também da Ásia. Estas recentes dinâmicas migratórias, que transformaram Moçambique num país de imigração e numa plataforma giratória das migrações internacionais nesta região de África merecem especial atenção face ao seu impacto social, político e cultural a nível nacional e internacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**ABRAHAMSSON, Hans e NILSSON, Anders**

**1994** *Moçambique em Transição – Um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974 – 1992*. Maputo, Padrigu/CEEI – ISRI

**ALBUQUERQUE, Rosana de Lemos de Sousa**

**2008** *Associativismo, Capital Social e Mobilidade: Contributos para o Estudo da Participação Associativa de Descendentes de Inigrantes Africanos Lusófonos em Portugal*. Lisboa, Universidade Aberta ( Tese de Doutoramento em Sociologia – Especialidade Sociologia das Migrações )

**AMIT, Karin e SEMYONOV, Moshe**

**2006** Israel as a Returning Diaspora, in *Diaspora and Transnationalism*, Metropolis World Bulletin, Volume 6, September, 2006

**APOLLINÁRIO, Fábio**

**2004** *Dicionário de Metodologia Científica: Um Guia para a Produção do Conhecimento Científico*. São Paulo, Editora Atlas S.A.

**BACKSTROM, Bárbara**

**2008** *Metodologia das Ciências Sociais: Métodos Quantitativos*. Caderno de Apoio, Universidade Aberta

**BAQUERO, Raquel da Cunha**

**2005** Um estudo do capital social gerado a partir de Redes Sociais no Orkut e nos Weblogs. In, *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, no.28, dezembro 2005, quadrimestral. Disponível em [200.144.189.42/ojs/index.php/famecos/article/view/454/381](http://200.144.189.42/ojs/index.php/famecos/article/view/454/381). Acessado a 20.11.2011

**BARCA, Alberto da e SANTOS, Tirso dos**

**2005** *Geografia de Moçambique – Física e Económica (10ª. Classe)*, Moçambique, Diname

**Bardin, Laurence**

**1995** *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Edições 70

**BAUMAN, Zygmunt**

**2003** *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.

**BELL, Judith**

**1993** *Doing Your Research Project: A Guide for First-Time Researchers in Education and Social Science*. Buckingham, Philadelphia, Open University Press

**BILA, Helena e FONDO, Jeremias**

**2010** *Saber Geografia 10ª. Classe*. Maputo, Longman

**BOGDAN, Robert e BIKLEN, Sari**

**1994** *Investigação Qualitativa em Educação*, Porto, Porto Editora

**BRUM, Algemiro Luís e BEDIN, Gilmar António**

**2003** Globalização e Desenvolvimento – algumas reflexões sobre as transformações do mundo atual e suas implicações no processo de desenvolvimento. In, *Desenvolvimento em Questão*. Julho-dezembro, ano/ vol.1, número 002, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, Brasil, pp. 9-35

**CABRAL, Alcinda e VIEIRA, Xéria**

( *sd*). *Políticas Integrativas e Conceitos ligados as Migrações (s/l)*

**CARDOSO, Patrícia Laffratta**

**2011** *A Sociedade Internacional e os “ Estados Falidos”:* o combate à pirataria na costa da Somália. Brasília, Centro Universitário de Brasília ( Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de bacharelato em Relações Internacionais no Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

**CARLEIAL, Adelita**

**2004** *Redes Sociais entre imigrantes*. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxamba – MG – Brasil, de 20 de Setembro de 2004

**CARMO, Hermano e FERREIRA, Manuela Malheiro**

**2008** *Metodologia da Investigação – Guia para Auto-Aprendizagem*. 2ª. Edição, Lisboa, Universidade Aberta

**CASTIGLIONI, Aurélia H.**

**2009** *Migração: Abordagens Teóricas*. In, ARAGON, Luís E. ( organizador): *Migração Internacional na Pan-Amazónia*. Belém, UFPA NAEA, pp. 39-57

**CASTRO, Marina Scotelaro de**

**2010** *A instabilidade na Somália e a ineficácia das intervenções internacionais*. Texto informativo. Segurança

**CASTLES, Stephen**

**2005** *Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios dos Trabalhadores Convidados às Migrações Globais*. Lisboa, Fim de Século

**CASTRO, Isabel**

**2006** *Problemática qualitativa e quantitativa do ‘ capital social’*. , Lisboa, ISEG/ SOCIUS

**CEMIRDE**

**2010** *Relatório da Visita na Arquidiocese e ao Campo de Refugiados em Maratane*. Província de Nampula, Diocese de Nacala

**CÓ, João Ribeiro Butiam**

**2007** *Os “limites” da racionalidade migratória guineense: redes, capital social e determinantes sócio-culturais nas dinâmicas migratórias contemporâneas*. SOCIUS-Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa. No. 4/2007

---

2004 **“As associações das comunidades migrantes em Portugal e a sua participação no desenvolvimento do país de origem: o caso guineense”**. SOCIUS-Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa. No. 12/2004

---

2006 **“A aquisição do capital social e a formação das estruturas sociais na Guiné Bissau: uma abordagem para a percepção de conflitos sociais”**. SOCIUS-Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa. No. 6/2006

**COHEN, Robin**

1996 ***Diaspora and the nation-state: from victims to challengers***. International affairs 72, 3(1996) p. 507-529

**CRISPIM, Danilo Bijos**

2003 ***Migrações e Seletividade: Principais Modelos e Contribuições***. Brasília, Universidade de Brasília, Departamento de Economia

**DA COSTA, Eduardo Augusto Souto Schneider**

2012 ***Pirataria na Somália: um novo (velho) problema***. Brasília, Universidade de Brasília Faculdade de Direito (Monografia apresentada a Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB) como requisito à obtenção do título de Bacharel em Direito)

**DE OLIVEIRA, Gilberto Carvalho**

2010 ***Economia política da pirataria na Somália: bases para uma abordagem transformativa***. Univ.Int., Brasília, v. 8, n.2,p.23-51,jul./dez.2010

**FAGUNDES, Maria Clara Marques**

2011 ***Neo-patrimonialismo sem Estado: 20 anos de experiências de Governo na Somália***. Brasília, Universidade de Brasília (Monografia apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de especialista em Relações Internacionais

**FAZITO, Dimitri**

**2002** *A Análise de Redes (ARS) e a Migração: mito e realidade*. UFM/Cedeplar (Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais)

**FERIN, Isabel et al.**

**2008** *Media, Imigração e Minorias Étnicas 2005 – 2006*. Lisboa, ACIDI

**FIGUEREIDO, Janaina Germano**

**2010** *O Colapso Estatal Somali e a Acção de Piratas no Chifre da África: análise da situação somali à luz da teoria de Estados falidos como causa dos ataques piratas no Oceano Índico*. Belo Horizonte, Centro Universitário de Belo Horizonte

**FIGUEIREDO, Joana Miranda**

**2005** *Fluxos Migratórios e Cooperação para o Desenvolvimento: Realidades Comparativas no Contexto Europeu*. Lisboa, ACIME. Disponível em [http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/col\\_Teses/3-JMF.pdf](http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/col_Teses/3-JMF.pdf) (consultado a 14.02.2011)

**FILHO, Pio Penna**

**2011** Guerra e Fome na Somália. In, *Meridiano 47 vol. 12, n. 128, nov.-dez. 2011 [p. 42 a 49]*

**FLICK, Uwe**

**2005** *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa, MMonitor

**FREIXO, Manuel João Vaz**

**2010** *Metodologia Científica. Fundamentos, Métodos e Técnicas*. Lisboa, Instituto Piaget

**GONÇALVES, Maria Ortelinda Barros**

2007 *Desenvolvimento em Meio Rural – Contributos da Emigração e do Regresso. Aplicação ao Concelho de Boticas na Região Barosã.* Universidade Aberta de Lisboa, Departamento de Ciências Sociais e Humanas ( Tese de Doutoramento)

INE:

2010 III Recenseamento Geral da População e Habitação 2007. Maputo

Instituto Nacional de Estatística

2010 *Indicadores macroeconómicos.* Disponível em  
[http://www.ine.gov.mz/indicadores\\_macro:económicos/cn/pib.1t2010](http://www.ine.gov.mz/indicadores_macro:económicos/cn/pib.1t2010)

( acessado em 25.08.2010)

LACERDA, Keyla Christina Albuquerque

2007 *Migração e Seletividade: Uma Análise Empírica do Caso de Fortaleza (2000 – 2002).* Trabalho apresentado no V Encontro Nacional sobre Migrações, ABEP, realizado em Campinas – SP- BR, de 15 a 17 de Outubro de 2007

JUBTHANA-FERNAND, Andrea.

2009 International Migration in Suriname. In, ARAGON, Luís E. ( organizador): *Migração Intrernacional na Pan-Amazónia.* Belém, UFPA NAEA, pp. 39-57

MARTELÃO, Regina Maria e SILVA, Braz de Oliveira e

2004 *Redes e Capital Social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local.* Ci. Inf. Brasília, V. 33 n. 3, p.41 -49, set./ dez 2004

MATOS, Cristina

1993 *“Migrações: Decisões Individuais e Estruturas Sociais”.* SOCIUS-Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa. No.5/93

**MAZULA, Brazão**

2002 Paz e Democracia Desafiantes. In, Mazula, Brazão (Coord) (2002): *10 Anos de Paz*, Vol.1. Maputo, CEDE

**MICOA**

1998 *Macrodiagnóstico da Zona Costeira de Moçambique*. Maputo, MICOA/UICN/NORAD/CTIIGC

**MEDEIROS, Isabel**

2010 Serão Explicáveis os Conflitos Violentos em África? Notas de Leitura. In, *Finisterra*, XLV, 89, 2010, pp. 181 - 204

**MILANI, Carlos**

2003 *Teoria do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)*. IV Conferência Regional ISTR – LAC, San José, Costa Rica, 8-10 de outubro, 2003. Disponível em [www.lasociedadcivil.org/docs/ciberteca/carlosmilanip.pdf](http://www.lasociedadcivil.org/docs/ciberteca/carlosmilanip.pdf). Acessado a 20.11.2011

**MOREIRA, Daniel Augusto**

2002 *O Método Fenomenológico na Pesquisa*. São Paulo, Thompson Pioneira

**MUANAMOHA, Ramos Cardoso**

2011 Padrões da Migração Laboral Indocumentada de Moçambique para a África do Sul. In, *Revista Científica Inter-Universitária: Economia, Política e Desenvolvimento*, Vol 1, No. 4, Janeiro 2011. CAP- Centro de Análise de Políticas da FLCS/UEM

**MUCHANGOS, Aniceto dos**

1999 *Moçambique, Paisagens e Regiões Naturais*. República de Moçambique Tipografia Globo, Lda

**NANJOLO, Luís Agostinho; ISMAEL, Ismael Abdul**

2007 *G10 Geografia 10ª. Classe*. Maputo, Texto Editores-Moçambique Lda

**NUNES, Maria Fátima Ferreira**

**2008** *Imagens das Migrações Chinesas na Área Metropolitana do Porto: Do Ciclo de Seda à Era Digital*. Universidade Aberta (Tese de Doutoramento em Tropologia - Especialidade de Antropologia Visual)

**PEIXOTO, João**

**2004** *As Teorias Explicativas das Migrações : Teorias Micro e Macro-Sociológicas*. SOCIUS Working Papers, N<sup>o</sup> 11/2004. Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa

---

**2007** Tráfico, Contrabando e Imigração Irregular: Os novos contornos da imigração brasileira em Portugal. In, *Sociologia, Problemas e Práticas*, no. 53, 2007. pp. 71-90

**PERALVA, Angelina**

**2008** *Globalização, migrações transnacionais e identidades nacionais*. iFHC – Instituto Fernando Henrique Cardoso/CIEPLAN – Corporacion de Estudios para Latinoamerica. São Paulo/Santiago de Chile

**PIRES, Ruí Pena**

**2003** *Migrações e Integração*. Oeiras, Celta Editora

**PORTES, Alejandro**

**2004** Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo imigrante. In, *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Centro de Estudos Sociais, No. 69, Outubro 2004.p.73-93

---

**2000** Capital Social: Origens e Aplicações na Sociologia Contemporânea. In, *Sociologia, Problemas e Práticas*. Lisboa: CIES. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, No. 33. p.133-158

---

1999 *Migrações Internacionais: Origens, Tipos e Modos de Incorporação*. Oeiras, Celta Editora

---

2006 *Estudos Sobre as Migrações Contemporâneas: Transnacionalismo, empreendedorismo e a segunda geração*. Editora Fim do Século (s/l)

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van

2005 *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa, Gradiva

RAIMUNDO, Inês M.

2009 *International Migration Management and Development in Mozambique: What Strategies?* doi:10.1111/j.1468-2435.2009.00525.x (Published by Blackwell Publishing Ltd., 9600 Garsington Road, Oxford OX4 2DQ, UK, and 350 Main Street ; Malden, MA 02148, USA)

---

( s/d) *Causas, consequências e padrões da migração internacional de Moçambique: questões emergentes no espaço da lusofonia (s/l)* ( trabalho cedido gentilmente pela autora)

RAMALHO, Hilton Martins de Brito

2005 *Migração, Seleção e Desigualdades de Renda: Evidências para o Brasil Metropolitano a partir do Censo Demográfico de 2000*. João Pessoa, UFPB/CCSA

RANDIG, Rodrigo Wiese

2008 Somália & Somalilândia: uma ilusão colectiva e um facto ignorado. In, *Meridiano 47 n.100*. 2008 [p. 21 a 28]

**REIS, Bruno Pinheiro W.**

**2003** Capital Social e Método. In, *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 21, p.35-49. nov. 2003

**Relatório da Comissão Mundial Sobre as Migrações Internacionais**

**2005** *As migrações num mundo interligado: Novas linhas de acção*. Fundação Calouste Gulbenkian

**RICHARDSON, Roberto Jarry et al.**

**1999** *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. São Paulo, Atlas

**ROBERTSON, Roland**

**2000** *Globalização: Teoria social e cultura global*. Petrópolis, Editora Vozes

**ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (org.)**

**1995** *Sociologia das Migrações*. Lisboa, Universidade Aberta

---

**1990** Migrações no quadro do Mercado Único Europeu. In, *Análise Social*, Vol. XXV, 1990 (3º.), 465-477

**PIRES, Rui Pena**

**2003** *Migrações e Integração*. Oeiras, Celta Editora

**SALOMON, Délcio Vieira**

**2001** *Como Fazer uma Monografia*. São Paulo, Martins Fontes

**SANTOS; Mauro Augusto dos et al.**

- 2010 *Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias*. Texto para Discussão No. 398. Belo Horizonte, UFMG/Cedeplar. Disponível em <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20398.pdf> (Consultado no dia 14.02.2011)

**SASAKI, Elisa Massae e ASSIS, Gláucia de Oliveira**

- 2000 *Teorias das Migrações Internacionais*. XII Encontro Nacional da ABEP 2000 Caxambu, Outubro de 2000

**SAUL, Renato**

- 2004 As raízes renegadas da teoria do capital humano. In, *Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, no.12, jul/dez, 2004, p. 230-273

**SERRA, Carlos ( Direcção)**

- 2000 *História de Moçambique, Vol. 1*. Maputo, Livraria Universitária

**SILVA, Adilma Zuleica Monteiro**

- 2003 *Diplomacia e Integração dos Emigrantes Cabo-Verdianos*. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul ( Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado junto à Disciplina ECOO2290 – Trabalho de Diplomacia – do Curso de Relações Internacionais como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais)

**SOARES, Weber**

- 2002 *Da Metáfora à Substância: Redes Sociais, Redes Migratórias e Migração Nacional e Internacional em Valadares e Ipatanga*. Belo Horizonte, MG, UFMG/Cedeplar (Tese de Doutorado)

**SOUSA, José Edmundo Xavier Furtado**

- 2006 *Os imigrantes ucranianos em Portugal e os cuidados de saúde*. Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas ( ACIME), Lisboa ( Tese de Mestrado)

**STEPHEN, Castles**

**2005** *Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios: dos trabalhadores convidados às migrações globais*, Lisboa, Fim do Século

*Portal do Governo de Moçambique*

**2011** *Mais de seis mil imigrantes fogem do Centro de Refugiados* .Disponível em: [http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news\\_folder\\_sociedad\\_cultu/ja\\_neiro-2011/mais-de-seis-mil-imigrantes-fogem-do-centro-de-refugiados/](http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_sociedad_cultu/ja_neiro-2011/mais-de-seis-mil-imigrantes-fogem-do-centro-de-refugiados/) (Consultado a 6 de Agosto de 2011)

**TOTENTINO, Nancy Curado**

**2009** *Migrações, remessas e desenvolvimento: o caso africano*. SOCIUS-Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa. No. 9/2009

**VASCONCELOS, Pedro**

**2011** *Capital Social, Solidariedade e Desigualdade Social no Portugal Contemporâneo*. ISCTE/ Instituto Universitário de Lisboa, Departamento de Sociologia (Tese de Doutoramento)

**VERTOVEC, Steven**

**2006** *Diasporas Good? Diasporas Bad?* In, *Diaspora and Transnationalism*, Metropolis World Bulletin, Volume 6, September, 2

**WILSON, Fusco**

**2002** *Redes Sociais na Migração Internacional: O Caso de Governador Valadares*. Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudos da População (Textos NEPO 40)

**YIN, Robert K.**

**2010** *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*, 4ª. edição, Porto Alegre, Bookman

**ZAGO, Evandro Farid ; MINILLO, Xaman Korai Pinheiro**

**2008 Conseqüências da Falência de um Estado: Pirataria nas águas da Somália. In, *Meridiano 47 n. 100.* nov. 2008. p.11-16**

## **Documentos**

**Convenção de 1951 Relativa ao Estatuto dos Refugiados**

**Convenção da Organização da Unidade Africana que Rege Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados em África**

**Lei no. 21/91 de 31 de Dezembro, Assembleia da República de Moçambique**

**Protocolo de 1967 Relativo ao Estatuto dos Refugiados**

**Regulamento Sobre o Processo de Atribuição do Estatuto de Refugiado na República de Moçambique**

**Regulamento Interno do Instituto Nacional de Apoio aos Refugiados**

## **Jornais**

**Jornal A Verdade (15.03.2011)**

**Jornal O País *Online* (13.10.2011)**

**Jornal Diário de Moçambique (15.10.2011)**

**Jornal Notícias (27.10.2011)**

**Semanário Canal de Moçambique (14.10.2011)**

**Agência de Informação de Moçambique (18.01.2011)**

## **ANEXOS**

## Anexo 1

### Questionário

*Caros responsáveis,*

Este inquérito por questionário pretende facilitar a recolha de dados sobre a imigração ilegal somali, os factores que obrigam esta nacionalidade a abandonar a sua terra, o itinerário por ela seguida, as redes que servem de apoio ao processo, assim como as políticas reguladoras e integrativas instituídas pelo governo. Os fins para que se destina são meramente académicos. Serão respeitados os princípios éticos relacionados com a confidencialidade e sigilo.

#### 1. Caracterização dos inquiridos

Responsabilidade \_\_\_\_\_  
Instituição \_\_\_\_\_  
Idade: \_\_\_\_\_  
Anos de experiência profissional \_\_\_\_\_

## 2. Trajectórias dos imigrantes

Marcar com X nos distritos por onde entram os imigrantes e indicar por escrito as outras regiões de entrada na última parte do quadro.

### a. Província de Cabo Delgado

<b>Distritos</b>	<b>Marcar X na opção escolhida</b>	<b>Outras trajectórias/entradas (escrever o nome)</b>
<b>Palma</b>		
<b>Mocímboa da Praia</b>		
<b>Macomia</b>		
<b>Pemba</b>		
<b>Quissanga</b>		

### b. Província de Nampula

<b>Distritos</b>	<b>Marcar X na opção escolhida</b>	<b>Outras trajectórias/entradas</b>
<b>Erati</b>		
<b>Memba</b>		
<b>Nacala Velha</b>		
<b>Angoche</b>		
<b>Lalaua</b>		
<b>Malema</b>		
<b>Mossuril</b>		
<b>Mongicual</b>		
<b>Moma</b>		

**c. Niassa**

<b>Distritos</b>	<b>Marcar X na opção escolhida</b>	<b>Outras trajectórias/entradas</b>
Lago		
Sanga		
Mavago		
Mecula		
Marrupa		
Nipepe		
Metarica		
Cuamba		
Mecanhelas		

**d. Província de Tete**

<b>Distritos</b>	<b>Marcar X na opção escolhida</b>	<b>Outras trajectórias/entradas</b>
Zumbo		
Marávia		
Chifunde		
Macanga		
Angónia		
Tsangano		
Chiuta		
Moatize		
Mutarara		

e. Província da Zambézia

<b>Distritos</b>	<b>Marcar X na opção escolhida</b>	<b>Outras trajectórias/entradas</b>
<b>Milange</b>		
<b>Gurué</b>		
<b>Alto Molocué</b>		
<b>Gilé</b>		
<b>Pebane</b>		
<b>Maganja da Costa</b>		
<b>Namacura</b>		
<b>Inhassunge</b>		
<b>Chinde</b>		

Assinale com X nas perguntas que se seguem e dentro dos quadradinhos.

3. Redes sociais

a) Como é que os imigrantes têm informações sobre Moçambique:

- Familiares
- Amigos
- Moçambicanos
- Governo
- Mídia

Outras fontes  Quais? \_\_\_\_\_

**b) Que informações circulam no seu país sobre Moçambique:**

- País hospitaleiro
- País com facilidades de negócios
- País com fragilidades fronteiriças
- País estável

**4. Políticas de integração**

**a) O país tem estratégias de regulação de fluxos de imigrantes**

- Sim
- Não

**Se tem, quais** \_\_\_\_\_

**b) Moçambique tem políticas de integração de imigrantes.**

- Sim
- Não

**Se tem, quais** \_\_\_\_\_

**c) Em que áreas os imigrantes são integrados:**

- Ensino
- Saúde
- Emprego
- Negócios

- Outras actividades

Quais? \_\_\_\_\_

d) Com que línguas os somalis se comunicam:

- Somali
- Inglês
- Francês
- Árabe
- Português
- Outras línguas

Quais? \_\_\_\_\_

e) Em que sector desenvolvem as suas actividades:

- Comércio informal
- Comércio formal
- Educação
- Saúde
- Indústria hoteleira
- Não trabalham

Outras áreas \_\_\_\_\_

f) Que relações mantêm com os moçambicanos:

- Excelentes
- Boas

- Normais
- Más
- Péssimas
- De subordinação

Descrever como se manifestam as relações  
escolhidas \_\_\_\_\_

#### 5. Itinerário dos imigrantes

a) Que vias os imigrantes usam para chegar a Moçambique:

- Via marítima
- Via aérea
- Via terrestre
- Outras vias

Quais? \_\_\_\_\_

#### 6. Motivações e expectativas

a) Porque razões eles saem do seu país:

- Crise política
- Crise económica
- Disputas étnicas
- Motivos religiosos
- Fome cíclica
- Outras razões

Quais? \_\_\_\_\_

b) Porque que razões, na sua óptica, eles escolhem Moçambique como destino preferido:

- Facilidades geográficas
- Estabilidade política
- Facilidades de prosperar no negócio
- Hospitalidade dos moçambicanos
- Afinidades culturais e religiosas
- Porque têm amigos
- Porque têm família
- Porque têm conhecidos

g) Que expectativas eles levam:

- Permanecer em Moçambique
- Ir para os Países vizinhos

Quais? \_\_\_\_\_

- Outras expectativas:

\_\_\_\_\_

## 7. Caracterização e documentação

a) A maioria dos imigrantes é formada por:

- Solteiros (as)
- Casados (as) com moçambicanos (as)
- Casados (as) com somalis
- Casados (as) com outras nacionalidades

Quais \_\_\_\_\_

b) Que documentação os imigrantes apresentam quando são apanhados:

- Passaporte
- Bilhete de Identidade
- Carta de Condução
- Outros documentos \_\_\_\_\_

c) Depois de serem encontrados:

- Legalizam a documentação
- Pagam para ficar
- São recambiados
- Outras acções \_\_\_\_\_

d) Quem facilita a legalização de documentos aos imigrantes somalis:

- Polícia
- Entidades civis
- Serviços de imigração
- Entidades de acolhimento
- ACNUR
- INAR

Que passos para oficializar a  
documentação \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

e) Como é que os imigrantes escapam aos sistemas de controlo fronteiriço:

- Protegido por familiares
- Subornando autoridades
- Escondidos em viaturas
- Protegidos por amigos
- Outras formas  Quais \_\_\_\_\_

f) Qual é a imagem que se tem dos imigrantes:

- Criminosos
- Lavagem de dinheiro
- Exploradores de pedras semipreciosas
- Traficantes de pessoas
- Traficantes de drogas
- Outras avaliações \_\_\_\_\_

g) Muitos dos imigrantes já estiveram em Moçambique:

- Uma vez
- Duas vezes
- Mais de duas vezes
- Nenhuma
- Porque saíram? \_\_\_\_\_

h) Em que áreas se fazem sentir os impactos da presença de imigrantes somalis em Moçambique:

- Económica

- Política
- Sociocultural
- Outras áreas

Quais? \_\_\_\_\_

Esclarecer de que maneira o impacto escolhido se faz sentir na sociedade moçambicana \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

---

---

---

Obrigado

## Anexo 2

### Guião de Entrevistas

Caro responsável do Centro de Maretane,

O presente guião tem fins meramente académicos para a elaboração da Tese de Mestrado em Relações Interculturais e visa recolher dados empíricos sobre as motivações que levam os imigrantes somalis a escolher Moçambique como destino, os seus itinerários e as suas redes de informantes. Os aspectos éticos de confidencialidade e anonimato serão observados. Muitas das questões colocadas têm a ver com imigrantes somalis.

Cargo que ocupa no Centro _____
Instituição a que pertence o
Centro _____ Ano da fundação do
Centro _____
Nacionalidade _____
Há quanto tempo é responsável do Centro _____
Estado Civil _____

### Questões da entrevista

#### 1. Caracterização

- a) De que país vêm os outros imigrantes?
- b) Qual é a idade média dos imigrantes somalis?
- c) Qual é a sua faixa etária?
- d) Qual é o seu estatuto social (desempregados, formados profissionalmente, sem profissão)?
- e) Qual é o seu estatuto familiar (casados, solteiros, separados)?

## **2. Rotas imigratórias**

- a) **Que rotas específicas os imigrantes usam para chegar a Moçambique?**
- b) **Que meios usam para chegar a Moçambique?**
- c) **Quantos imigrantes ilegais (sobretudo somalis) se encontram no Centro de Maratane?**
- d) **Qual é a média de entrada de imigrantes por mês no Centro?**
- e) **Quais as crenças religiosas dos imigrante somalis?**

## **2. Motivações dos imigrantes**

- a) **Que motivações levam os imigrantes somalis a escolher Moçambique como país de destino?**
- b) **Que situações políticas, económicas, sociais e religiosas atravessam para deixar o país de origem?**

## **3. Redes sociais**

- a) **Como é que os imigrantes conseguem furar os esquemas de segurança fronteiriça?**
- b) **Quem fornece informação que ajuda os imigrantes a alcançar Moçambique?**
- c) **Quem facilita a aquisição de documentos de entrada?**
- d) **Que consequências as redes trazem para o país (político, social, cultural e económico)?**

## **4. Políticas de integração**

- a) **Que políticas o Governo estabeleceu que permitem regular e integrar os imigrantes na sociedade moçambicana?**
- b) **Terá o Centro algumas actividades que mantém os imigrantes ocupados? Quais?**
- c) **Que tratamento é dado aos imigrantes ilegais no Centro?**
- d) **Que implicações esta imigração tem na economia, política e relações sociais em Moçambique**
- e) **Fale sobre outros assuntos relacionados com os imigrantes.**

**Obrigado!**

## **Anexo 3**

### **Guião de entrevista**

**Caro representante do Instituto Nacional de Apoio aos Refugiados (INAR)**

**A presente entrevista tem como objectivo recolher dados empíricos sobre a imigração ilegal em Moçambique, com especial enfoque sobre a imigração clandestina de cidadãos de origem somali. Todos os aspectos éticos de natureza confidencial serão observados pelo entrevistador de modo a guardar sigilo sobre a entidade entrevistada.**

### **Questões de interesse**

#### **1. Caracterização e funções do Instituto**

- a) O que é o Instituto Nacional de Apoio aos Refugiados (se possível obter alguma documentação oficial sobre a sua criação e as suas atribuições)?**
- b) Será que o Instituto de Apoio aos Refugiados lida-se com a imigração ilegal? Se, sim, de que maneira?**
- c) Qual é o Papel do Instituto Nacional de Apoio aos Refugiados?**

#### **2. Movimentos migratórios**

- d) Quando é que começou a imigração ilegal somali em Moçambique?**
- e) Dados gerais sobre a imigração em Moçambique, incluindo a somali?**

#### **3. Rotas migratórias**

- a) De que maneira os imigrantes chegam a Moçambique (rotas seguidas)? Indicar as províncias, distritos, postos administrativos ou localidades de entrada.**
- b) Que perigos estas rotas representam para os imigrantes?**
- c) Quais são os centros de acolhimento dos imigrantes estabelecidos em Moçambique?**

#### **4. Motivações imigratórias**

- a) Que causas (motivações) provocam o fluxo de imigrantes ilegais somalis em Moçambique?**
- b) Que atractivos tem Moçambique para os imigrantes?**

#### **5. Políticas de integração**

- a) Moçambique tem uma política de regulação dos fluxos migratórios?**
- b) Existe em Moçambique uma política de controle e integração dos imigrantes?**
- c) No caso de os imigrantes serem detectados que medidas são tomadas, sobretudo no contacto com o país de origem?**

#### **6. Redes Sociais**

- a) Existirão algumas redes sociais que mantêm informados os potenciais imigrantes somalis sobre Moçambique? Se sim, que tipo de redes existem? Qual é o papel destas redes?**
- b) Como é que as autoridades moçambicanas lidam-se com estas redes?**
- c) Que consequências as redes trazem para o país (político, social, cultural e económico)?**

**Muito obrigado pela paciência!**

## **Anexo 4**

### **Guião de entrevista**

**Caro Chefe/Representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR):**

O presente guião de entrevista visa recolher alguns dados relacionados com imigração ilegal de pessoas de origem somali, com o objectivo de estudar as motivações que estão na origem da opção por nosso país destas pessoas. Igualmente, os dados constituirão uma base para a elaboração da Dissertação de Mestrado. Assim, agradece-se a sua contribuição e que serão acautelados e rigorosamente cumpridos os aspectos éticos e sigilosos em relação aos dados recolhidos.

### **Questões de interesse**

#### **1. Instituições de controlo Imigratório**

- a) O que é o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados? ( se possível obter alguma documentação do ACNUR referente a imigração ilegal no mundo, África, na região e em Moçambique)**
- b) Será que o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados lida-se com a imigração ilegal. Se, sim, de que maneira (seu papel)?**
- c) Haverá outras instituições a nível internacional e nacional que se lidam com a imigração ilegal? Quais?**

#### **2. Movimento imigratório**

- a) Quando é que Moçambique começa a receber refugiados (imigrantes)?**
- b) Quando é que começou a imigração ilegal em Moçambique, sobretudo a somali?**
- c) Dados estatísticos sobre imigrantes ilegais (sobretudo somalis) em Moçambique.**

### **3. Motivações imigratórias**

- a) Que razões (motivações) a Organização encontra como estando na origem do fluxo de imigrantes ilegais somalis em Moçambique?**
- b) Que situação os somalis atravessam no seu país que serve de repulsão?**
- c) Que condições Moçambique tem que servem de atractivo?**

### **4. Rotas imigratórias**

- a) A Organização tem conhecimento das rotas imigratórias dos somalis até chegar á Moçambique? Quais são essas rotas?**
- b) Que facilidades estas rotas oferecem a imigração ilegal?**

### **5. Redes Sociais**

- a) Que facilidades informativas os imigrantes encontram para chegar à Moçambique?**
- b) Existirão algumas redes sociais que mantêm informados os potenciais imigrantes sobre Moçambique? Se sim, que tipo de redes?**

### **6. Políticas de integração**

- a) Como avalia a contribuição do Estado Moçambicano no apoio aos imigrantes ilegais somalis?**
- b) Haverá uma política de integração traçada pela Organização para ajudar o país a lidar-se com a imigração ilegal?**
- c) Que política de integração ou regulação de fluxos migratórios Moçambique tem?**
- d) Que implicações o assunto da imigração ilegal tem na política da Organização (político, social, cultural e económico)?**

**Obrigado pela participação!**

## Anexo 5

Caro imigrante,

Este guião tem como objectivo recolher dados empíricos que permitirão compreender porque os imigrantes somalis preferem Moçambique, as rotas que seguem, as actividades que realizam, as suas expectativas. As entrevistas têm fins académicos e serão observados os princípios éticos de confidencialidade e sigilo.

### 1. Caracterização dos imigrantes

Nome do imigrante _____
País de origem _____
Sexo _____
Cidade /Localidade de Origem _____
Idade: entre 18 e 22 _____; entre 22 e 27 _____; entre 27 e 32 _____; mais de 32 anos _____
Estado Civil _____ Quantos filhos _____
Religião que professa _____

## Questões da entrevista

### 2. Motivações imigratórias

- a) Porque escolheu Moçambique como país de destino?
- b) Que razões lhe levaram a abandonar o seu país?
- c) Qual é a situação político-social do seu país?
- d) Está de passagem ou escolheu este país para fixação definitiva? Para que país gostaria de seguir? Porquê?

### 3. Rotas imigratórias

- a) Que itinerário seguiu para chegar a Moçambique (países)? Que meio usou para chegar a Moçambique?
- b) Quanto tempo levou para chegar a este país?
- c) Que tipo de dificuldades encontrou para chegar aqui?
- d) Que perigos enfrentou durante a viagem?
- e) Quantos dias meses ou anos durou a viagem?
- f) Porque regiões de Moçambique passou até chegar ao destino?
- g) Porque escolheu Nampula como destino?
- h) Pretende fixar-se aqui ou passar para outro país ou região? Porque?

### 4. Redes sociais

- a) Tem alguns familiares ou conhecidos aqui em Moçambique?
- b) Há quantos anos essa família vive em Moçambique?
- c) Com quem teve informação sobre as rotas seguidas?
- d) Quem te recebeu em Moçambique?
- e) Tem amigos em Moçambique?
- f) Com quem ouviu falar sobre Moçambique?

## **5. Integração e expectativas**

- a) Que actividades realiza desde que chegou aqui em Moçambique?**
- b) Que pretende fazer neste país?**
- c) Como foi integrado na sociedade moçambicana?**
- d) Quais são os problemas com que se debate neste país?**
- e) Como têm sido as relações com os naturais da Cidade de Nampula?**
- f) Fale sobre outros assuntos que achas importantes?**

**Obrigado pela cooperação!**

## Anexo 6

### Guião de entrevista

Caro responsável do Ministério do Interior a presente entrevista visa recolher dados empíricos que permitirão compreender porque os imigrantes somalis preferem Moçambique como país de destino, as rotas que eles percorrem, as motivações de partida , as políticas de regulação dos fluxos migratórios e as políticas de integração dos imigrantes estabelecidas pelas autoridades do governo de Moçambique.

Os aspectos de confidencialidade e anonimato serão observados pelo entrevistador.

Responsabilidade que ocupa \_\_\_\_\_  
Instituição \_\_\_\_\_  
Departamento \_\_\_\_\_  
Idade: \_\_\_\_\_  
Anos de experiência profissional \_\_\_\_\_  
Nível académico \_\_\_\_\_

### Questões de interesse

#### 1. Caracterização dos imigrantes

- a) Qual é a situação familiar da maioria dos imigrantes (solteiros, casados, têm filhos, têm familiares em Moçambique)?
- b) Qual é idade média dos imigrantes?
- c) Os imigrantes têm alguma formação profissional? Qual?
- d) Que níveis académicos possuem (formação primária, secundária, superior ou outra)?

## **2. Trajectórias imigratórias**

- a) Quais são as trajectórias seguidas pelos imigrantes para chegar a Moçambique?**
- b) Quais são as províncias por que entram? Indicar os distritos, os postos administrativos e localidades por Província?**
- c) Será Moçambique o seu destino definitivo? Se não, porque se servem de Moçambique?**
- d) Que perigos representam estas trajectórias?**

## **3. Motivações imigratórias**

- a) Que factores contribuem para os imigrantes saírem do seu país?**
- b) Porque escolhem Moçambique como destino preferencial?**

## **4. Redes sociais**

- a) Que canais facilitam informação sobre Moçambique aos imigrantes?**
- b) Em que partes de Moçambique as redes são mais activas?**
- c) Que tipo de redes existem?**

## **5. Políticas de integração**

- a) Como é que Moçambique controla os fluxos de imigrantes?**
- b) Moçambique tem políticas de regulação e integração de imigrantes? Quais?**
- c) De que maneira os imigrantes são integrados na sociedade moçambicana?**

- d) Onde é que os imigrantes se alojam quando chegam ao país?
- e) Em que sector desenvolvem as suas actividades?
- f) Que relações os imigrantes têm com os moçambicanos?
- g) Qual é o impacto da presença de imigrantes somalis em Moçambique?
- h) Qual é a imagem que se tem dos imigrantes na sociedade moçambicana?

#### **6. Documentação**

- a) Como é que os imigrantes escapam aos sistemas de controlo fronteiriço?
- b) Que documentos os imigrantes apresentam quando são apanhados?
- c) Quem facilita documentos ilegais aos imigrantes somalis?
- d) Qual é o tratamento que se dá aos imigrantes depois de serem detectados como ilegais?
- e) Dados estatísticos sobre imigrantes ilegais somalis em Moçambique (incluindo de outras nacionalidades).

**Obrigado pela paciência.**